

CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA IMPLANTAÇÃO DO
PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

Í N D I C E

- Mataram a pobreza
- O processo de industrialização nos vales do Araguaia-Tocantins e do Pindaré
- Fábricas de poluição (com 01 anexo)
- * A luta pela terra na região do Programa Carajás
- O Programa Grande Carajás / Frente de expansão capitalista
- Tucuruí: expropriados X Eletronorte (atualização) com 02 anexos
- * Questões fundiárias (com 17 anexos)
- Os povos indígenas e o Projeto Ferro-Carajás: avaliação do Convênio Cia. Vale do Rio Doce - FUNAI (assessores)
- Sobre a participação de antropólogos na assessoria de órgãos públicos ou de projetos de desenvolvimento regional. (documento ANPOCS)

MARÇO 1986

Participaram da elaboração deste trabalho membros da SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS e do CEPASP - CENTRO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E ASSESSORIA SINDICAL E POPULAR (Marabá - PA)

Apóio FASE Nacional e CPT

O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS AGRÍCOLA/FRENTE DE EXPANSÃO CAPITALISTA

O Programa Grande Carajás Agrícola, versão preliminar de Ministério da Agricultura, datado de 1983, ainda não conseguiu ser desenvolvido no seu total.

A área de jurisdição do Programa Grande Carajás Agrícola é estabelecida pelo Decreto-Lei nº 1813 de 24.11.80 e, posteriormente, alterado pelo Decreto-Lei nº 1904 de 23.11.81, estende-se por uma superfície em torno de 840.000 Km², compreendida entre os rios Xingu e Parnaíba, até o rio Amazonas, envolvendo 37% do Estado do Pará, 9% do Estado de Goiás e 95% do Estado do Maranhão.

O programa está dividido em sete polos, assim distribuídos: três(3) no Pará, Castanhal, Marabá e Xingu; três(3) no Maranhão, Bacabal, Imperatriz e Balsas; um(1) no Goiás, Araguaína. Cada polo envolve vários municípios, o polo Castanhal envolve vinte e cinco, o polo Marabá envolve cinco, o polo Xingu apenas um, o polo Bacabal envolve vinte, o polo Imperatriz envolve cinco, o polo Balsas envolve cinco e o polo Araguaína envolve dezessete.

Estas áreas apresentam um grande potencial de manchas de solos férteis, reservas minerais, madeiras preciosas, borracha vegetal, castanha-do-Brasil e outras. A densidade demográfica varia de 0,2 a 11 hab/Km², com presença de várias reservas indígenas.

A regularização fundiária aparece como problema crucial, tendo em vista a chegada constante de pessoas em busca da terra para trabalhar e outros para especular. Os órgãos responsáveis pela questão fundiária, Institutos de Terras dos Estados e Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT, tem contribuído para a ocorrência dos conflitos entre posseiros/grileiros, posseiros/fazendeiros, posseiros/grupos empresariais e outros que querem privatizar todas as terras com fins especulativos ou para conseguirem incentivos fiscais através da Superintendencia do Desenvolvimento da

Amazônia - SUDAM, Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Banco da Amazônia S.A - BASA e Banco do Nordeste Brasileiro - BNB, muitas das vezes ilícitos. " A obtenção destes incentivos fiscais revelou-se um negócio tão rendoso que estimulou a formação de gigantescos imóveis rurais, para cujo atingimento todos os meios foram utilizados, na maioria dos casos a "grilagem"(apropriação de terras devolutas, mediante títulos forjados)".

Em São Félix do Xingu, escolhido como o sétimo polo do projeto, até o final de 1984, sem contar com as terras licitadas pelo Instituto de Terras do Pará-ITERPA, haviam 10 grupos com áreas variando de 21.780 a 95.382 hectares, sem falar também na empresa Andra de Gutierrez que possui uma área de 400.000 hectares. E 19 pessoas físicas possuíam áreas variando de 21.680 a 108.000 hectares, perfazendo um total de 1.324.310 (um milhão trezentos e vinte e quatro mil e trezentos e dez) hectares. Se esse total fosse dividido entre os 29, daria uma média de 45.665 hectares para cada um, que está muito além dos 50 hectares conquistados pelos posseiros, através da luta, derramando suor e sangue.

No programa há um plano de Assentamento Dirigido-PAD, dando conotação especial e desdobramento em três níveis: política de incorporação de novas áreas, política de colonização e política fundiária.

O Plano de Assentamento Dirigido - Carajás "contribuirá decisivamente para o alcance de importantes objetivos, como: a) elevação da oferta e melhoria das condições de emprego no meio rural; b) melhoria das relações campo/cidade via criação de uma sólida classe média rural".

O programa tem como uma das metas, por polo, a utilização de cerca de 40.000 ha de área útil agricultável com assentamento de cerca de 160 produtores individuais indicados por cooperativas agrícolas previamente selecionados, preferencialmente em projetos com áreas máximas de 10.000 ha úteis divididos em lotes de até 400 ha agricultáveis, objetivando uma área média de 250 ha úteis. E oferecer aos produtores individuais já proprietários de terras com imóveis rurais nas regiões selecionadas para os assentamentos, os benefícios do programa (pesquisa, máquinas e equipamentos de maior desempenho, assistência técnica, crédito, comercialização, em um sistema

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

Fundado em 23 de outubro de 1984

CGC 04.303.442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68.500 - Marabá - Pará - Brasil

03

cooperativista e apoiado por um programa financeiro com prazos e condições pré-estabelecidas), em até no máximo 400 ha úteis.

O perfil dos lotes agricultáveis a serem explorados:

Lotes de 250 ha	produção de grãos	160 ha
	pecuária	60 ha
	culturas perenes	30 ha
Lotes de 400 ha	produção de grãos	250 ha
	pecuária	80 ha
	culturas perenes	50 ha
	outros usos	20 ha

A pretensão é de "estimular e desenvolver a implantação de uma agricultura moderna e empresarial, de médio porte, com atividades de agropecuárias visando a produção de grãos (milho, arroz, feijão, sorgo, soja, etc..), cana-de-açúcar, culturas perenes (pimenta, guaraná, café, borracha, dendê, cacau, etc..), complementarmente a pecuária e outros produtos desde que a experiência dos produtores justifique".

Os lavradores da região possuem, em média, áreas de 50 hectares ou trabalham como posseiros em áreas devolutas pretendidas por grileiros ou fazendeiros, mesmo assim são os responsáveis por 100% da produção de grãos da região, desenvolvendo uma agricultura de subsistência sem nenhuma assistência por parte do Estado (Nação politicamente organizada).

O objetivo do programa em apoiar-se nos grupos de rendas altas e médias, na exportação da produção e na transformação dos pequenos produtores da região em um contingente de mão-de-obra, é mais uma maneira de expulsá-los, fazendo partirem em busca de um outro lugar, fugindo mais uma vez do sistema, pois, em sua maioria (quase 95%) são trabalhadores rurais enclausurados do nordeste do país por um processo de exploração de mão-de-obra, embora num modelo arcaico, mas que forçou a encampá-los o movimento migratório em busca da terra prometida.

É um projeto que criará uma grande dependência do mercado externo em detrimento do atendimento das necessidades internas, de

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

Fundado em 23 de outubro de 1984

CGC 04303442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68500 - Marabá - Pará - Brasil

04

xando uma ampla massa de trabalhadores no campo e na cidade cada vez mais miseráveis, uma vez excluídos da participação da vida econômica gerada pelo projeto.

PRIMEIRA INICIATIVA DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO FEITO PELO GETAT e COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Em 1982 o GETAT contratou os serviços da empresa de engenharia SETEPLA - Engenharia de Projetos S.A, para elaboração do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) - Carajás, para ser desenvolvido numa área localizada ao Sudoeste do município de Marabá e ao sudeste da mina de ferro carajás, abrangendo uma superfície de 104.280 ha, destinada a receber 1.106 famílias de trabalhadores rurais e abrigar 5.130 famílias nos seus núcleos urbanos e para-rurais.

Tal como foi planejado, o projeto de assentamento Carajás constituiria de uma única área programa, designando-se assim uma região de influência de um núcleo urbano principal denominado Centro de Desenvolvimento Regional-CEDERE. O CEDERE por sua vez é completado por núcleos urbanos secundários denominados Núcleos Urbanos de Base (NUB) para atender as necessidades mínimas do meio rural adjacente,

Os lotes rurais com área média de 50 ha, terão como regime de exploração o "regime de economia familiar", eventualmente auxiliado por terceiros, com a exploração agrícola programada com atividades de culturas permanentes e temporárias, visando a produção de alimentos básicos e produtos para exportação.

A infra-estrutura básica se divide em cinco programas primários: Assistência social, higiene e saúde, educação básica, extensão rural e segurança pública. Nestes programas inclui do mínimo ao máximo necessário para o desenvolvimento de uma comunidade, da construção do aeroporto a cemitério.

A seleção de colonos se prenderia em obedecer a sistemática implantada pelo GETAT, em função das pressões sociais nas áreas sob sua jurisdição.

A seleção de colonos produtivos de outras regiões deveria levar em consideração a qualificação de futuro colono com a fixação

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

Fundado em 23 de outubro de 1984

CGC 04.303.442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68.500 - Marabá - Pará - Brasil

05

das seguintes condições básicas:

- alfabetização do marido, mulher ou criança dependente,
- experiência agrícola,
- cadastro em órgãos financeiros, já tendo obtido financiamento agrícola.
- idade em condição de trabalho,
- capacidade de sobrevivência para efetuar a derrubada, queimada e construção de casa até a obtenção do primeiro financiamento de custeio.

Dentre os que apresentarem as condições acima deverá ser dada preferência aos que:

- já foram associados de cooperativa agrícolas,
- possuírem veículos de transporte,
- tiverem maior número de dependentes em condições de produção.

COMO SE DEU TAL ASSENTAMENTO E COMO SE ENCONTRA ATUALMENTE

O projeto foi inaugurado em maio de 1983, contava com a seguinte infra-estrutura: 551 Km de estradas vicinais e algumas estradas de fazendas que ficaram dentro do projeto, com uma área aproximadamente de 60.000 ha. No interior do projeto foram construídos dois CEDERES, o CEDERE I a 25 Km de Rio Verde, povoado na PA-275, com cinco casas de funcionários, uma escola, uma enfermaria, um laboratório, um almoxarifado, um refeitório, alojamento para seleção de colonos, três escritórios e um posto radio-fônico. No momento já estão todos desativados, existindo no CEDERE apenas dois enfermeiros, dois motoristas e um guarda. O CEDERE II a 70 Km de Rio Verde, foi equipado com a mesma infra-estrutura, o núcleo urbano evoluiu para um total de 100 casas, mas a população enfrenta sérios problemas com relação ao abastecimento de água, por ser um local seco, a escola, atendimento médico e as estradas que já não oferecem condições de tráfego.

Os 1.551 colonos assentados foram trazidos de várias áreas de conflitos fundiários sob jurisdição do GETAT, Sul e sudeste do Pará, do Maranhão, Norte de Goiás (Bico do Papagaio), de algumas antigas colônias agrícolas que já se tornaram inviáveis e alguns já se encontravam no local.

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

Fundado em 23 de outubro de 1984

CGC 04.303.442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68.500 - Marabá - Pará - Brasil

06

Os colonos eram trazidos ao chegar recebia seu lote, madeira e telha para construção da casa com poço, salários nos primeiros seis meses, com o compromisso, feito através de contrato, de reassair ao GETAT em prestações; muitos não tiveram o direito de receber.

Os lotes entregues aos colonos variam de 25 a 50 ha. Muitos dos lotes não foram demarcados, simplesmente iniciadas as picadas.

Além dos 1551 assentados existem em torno de 500 famílias no projeto esperando por lote; estes moram e trabalham com os assentados de parceria, que as vezes chegam a causar sérios problemas.

Muitas das famílias atraídas pelo projeto já desenvolvem o processo de ocupação das áreas improdutivas, embora pretendidas por fazendeiros, em volta do projeto.

A assistência técnica, fornecimento de insumos, sementes, crédito e mudas de culturas permanentes não apareceram. Os jovens técnicos agrícolas trazidos das escolas de Castanhal-Pará e do Rio Grande do Sul, através de convênios entre o MEC (Ministério da Educação), COAGRI (Cooperativa Agrícola) e GETAT e assentados em lotes de 50 ha, com a finalidade, imposta pelo programa, de fazerem de seus lotes, "Modelo", já desistiram; muitos voltaram ao local de origem, outros procuram emprego na Companhia Vale do Rio Doce ou em agências bancárias da região. Muitos dos agricultores assentados já desistiram do lote, passando seu direito a outro e saindo à procura de outro lugar.

O objetivo maior do projeto se define em poucos pontos, como: - criação de um grande exército de reserva de mão-de-obra, próximo ao projeto mineral e aos futuros projetos agrícolas financiados aos grandes e médios produtores e ainda a formação de uma barreira humana em volta da serra Norte e Sul, que possa proteger de ocupação as áreas minerais e agricultáveis pretendidas pela Companhia Vale do Rio Doce-CVRD.

O projeto foi sempre desenvolvido no espírito de área de Segurança Nacional, onde é mais forte a repressão imposta pelos técnicos aos assentados e sempre aceita, como condição de continuar no projeto. Os médicos faziam atendimento portando arma na cintura e bem exposta. Os CEDERES eram cercados sob uma forte vigilância, as estradas com guirritas e guardas.

Diz um trecho do projeto: "As áreas de acesso às estradas deverão ser rigorosamente e diuturnamente fiscalizadas, afim de se evitar a entrada e transito de pessoas não autorizadas". Só os técnicos

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

==== Fundado em 23 de outubro de 1984 ====
CGC 04 303 442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111
CEP 68 500 - Marabá - Pará - Brasil

cos do GETAT, órgão ligado diretamente ao Conselho de Segurança Na⁰⁷cional e da CVRD tinham acesso ao projeto.

O programa de segurança pública diz o seguinte: "além da instalação de destacamento policial, nos locais de concentração humana, inicialmente nos CEDERES será imprescindível a implantação de postos de segurança, servindo como barreira na estrada de acesso à área do projeto".

A FUNÇÃO DO GETAT

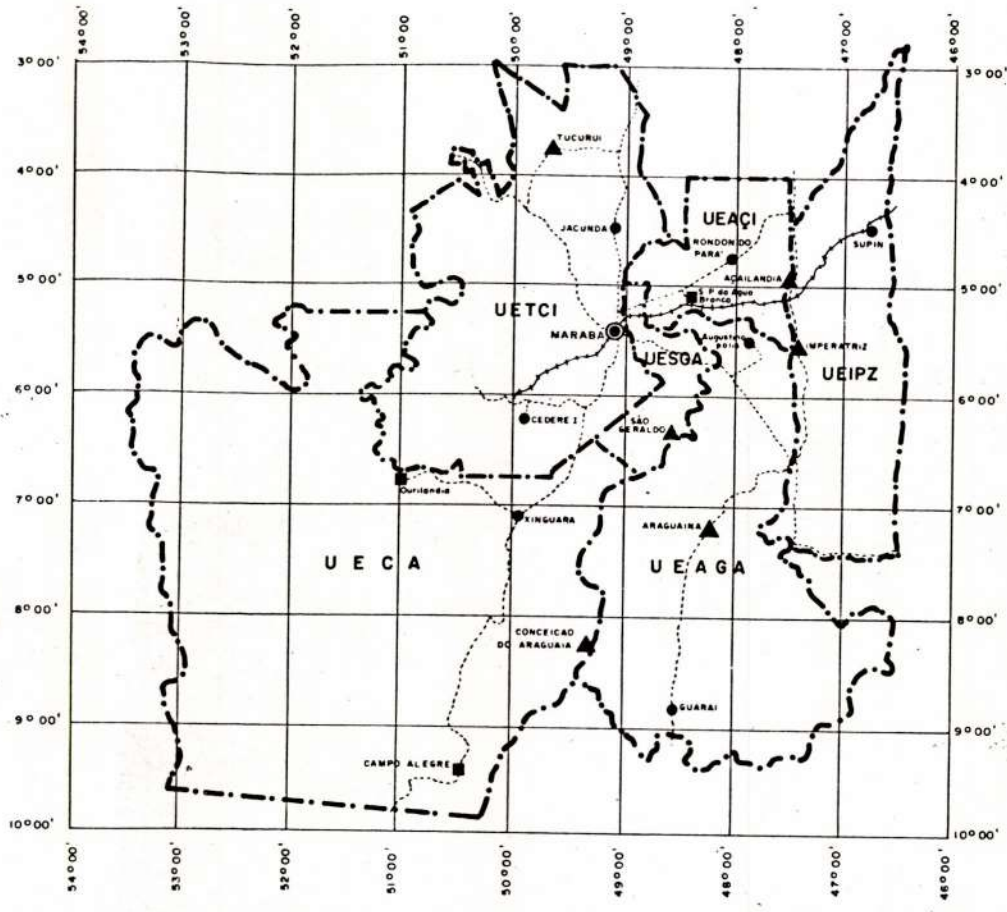
O GETAT que foi criado pelo governo militar, em 1980, ligado ao Conselho de Segurança Nacional, com todo poder de repressão, tinha como objetivo atuar na área mais conflituosa, Araguaia/Tocantins, conflitos estes criados pela inoperância do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Foi desde então, o GETAT, o agente repressivo da região, aparelhado com a Polícia Federal, Polícia Militar e o Poder Judiciário, buscando sempre, viabilizar a implantação dos ambiciosos projetos governamentais e proteger os interesses dos latifundiários e grileiros.

Em 1982 foi criado o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e entregue à direção do general Danilo Venturini, que veio colocar inteiramente, sobre controle militar, a questão agrária.

A partir de junho de 1985 o GETAT tem sob sua direção um civil, que chegou e abriu as portas ao diálogo com os trabalhadores, mas não mudou nada no que se refere à solução dos problemas fundiários, não os tem encarado com a devida responsabilidade.

Em algumas áreas de conflitos tem agido com a simples permuta de área, oferecendo outra área ao "fazendeiro" com direito a título definitivo imediato e outras vantagens, desde que satisfaça os interesses do maior interessado. Nas áreas de conflitos mais sérios, muitos deles históricos, onde já houveram várias mortes de trabalhadores por jagunços contratados por grileiros, não há interferência, pois pode ferir o jogo de interesses.

Dez/85



- LIMITE DE UNIDADE EXECUTIVA
- RODOVIAS PRINCIPAIS
- FERROVIA
- ▲ SEDE DE UNIDADE
- SEDE DE SUBUNIDADE
- SEDE DE DISTRITO DE TERRAS
- SEDE DA COORDENADORIA

ÁREA DE ATUAÇÃO DO GETAT

MUNICÍPIO DE
SEN. JOSÉ PORFÍRIO

MARANHÃO

RIO
TOCANTINS

48°00'

S

Á

I

O

G

49°00'

52°00'

51°00'

50°00'

LEGENDA

TERRAS DE DOMÍNIO PRIVADO

- TÍTULOS EXPEDIDOS PELO GETAT
- TÍTULOS EXPEDIDOS PELO INCRA
- TÍTULOS EXPEDIDOS PELO ESTADO

TERRAS PÚBLICAS

- FEDERAL
- ESTADUAL

ÁREAS INSTITUCIONAIS

- ÁREA INDÍGENA - FUNAI
- RESERVAS FLORESTAIS
- RESERVAS MILITARES

OUTROS

- TERRAS DEVOLUTAS
- ÁREAS SUBJÚDICE
- PROJETO CARAJÁS - MINÉRIO
- PROJETO CARAJÁS - ASSENTAMENTO
- PROJETO TUCUMÃ

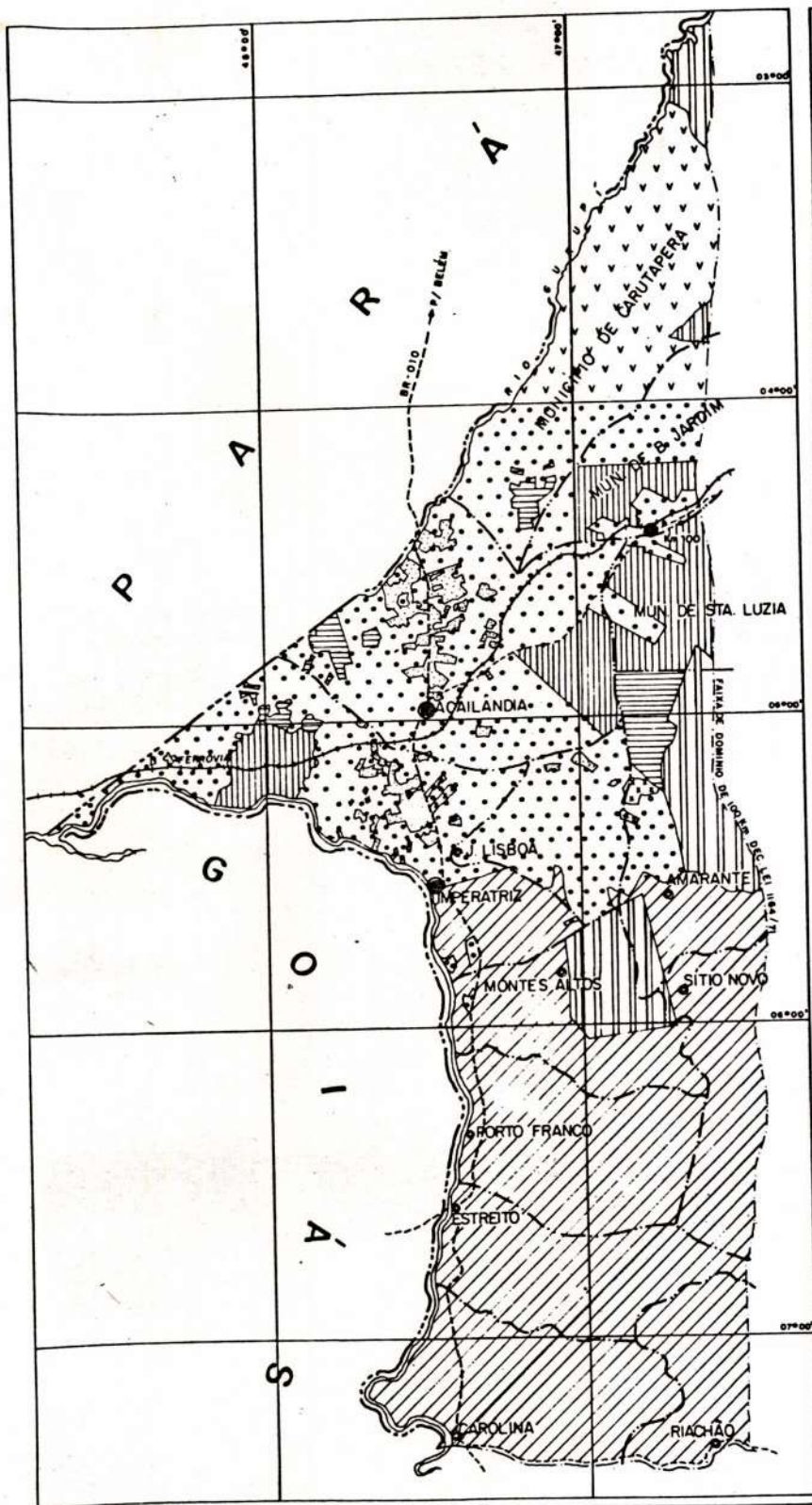
CONVENÇÕES

- SEDE DO MUNICÍPIO
- ESTRADAS
- FERROVIA
- DIVISA ESTADUAL
- DIVISA MUNICIPAL
- SEDE DE UNIDADE
- SEDE DE SUBUNIDADE
- DISTRITO DE TERRAS
- LIMITE DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO GETAT
- SEDE DA PRESIDÊNCIA, COORDENADORIA DO GETAT, SUBUNIDADE DE MARABÁ

ÁREA DE ATUAÇÃO DO GETAT NO SUDESTE DO PARÁ

FUNDIÁRIO

ESCALA: 1:2.000.000
DATA: 31/agosto/85



LEGENDA

TERRAS DE DOMÍNIO PRIVADO

- (with dots) TÍTULOS EXPEDIDOS P/ GETAT
- (with horizontal lines) TÍTULOS EXPEDIDOS P/ INCRA
- (with vertical lines) TÍTULOS EXPEDIDOS P/ ESTADO
- (with diagonal lines) DOCUMENTOS DE ORIGEM DIVERSA

TERRAS PÚBLICAS

- (with horizontal lines) FEDERAL
- (with vertical lines) ÁREAS INSTITUCIONAIS
- (with horizontal lines) RESERVA INDÍGENA
- (with vertical lines) RESERVA FLORESTAL

OUTROS

- (with diagonal lines) ÁREA SUB-JÚDICE

CONVENÇÕES

- SEDE DO MUNICÍPIO
- ESTRADA
- FERROVIA
- DIVISA ESTADUAL
- DIVISA DE MUNICÍPIO
- SEDE DE UNIDADE
- SEDE DA SUBUNIDADE
- LIMITE DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO SETAT
- ~ RIO

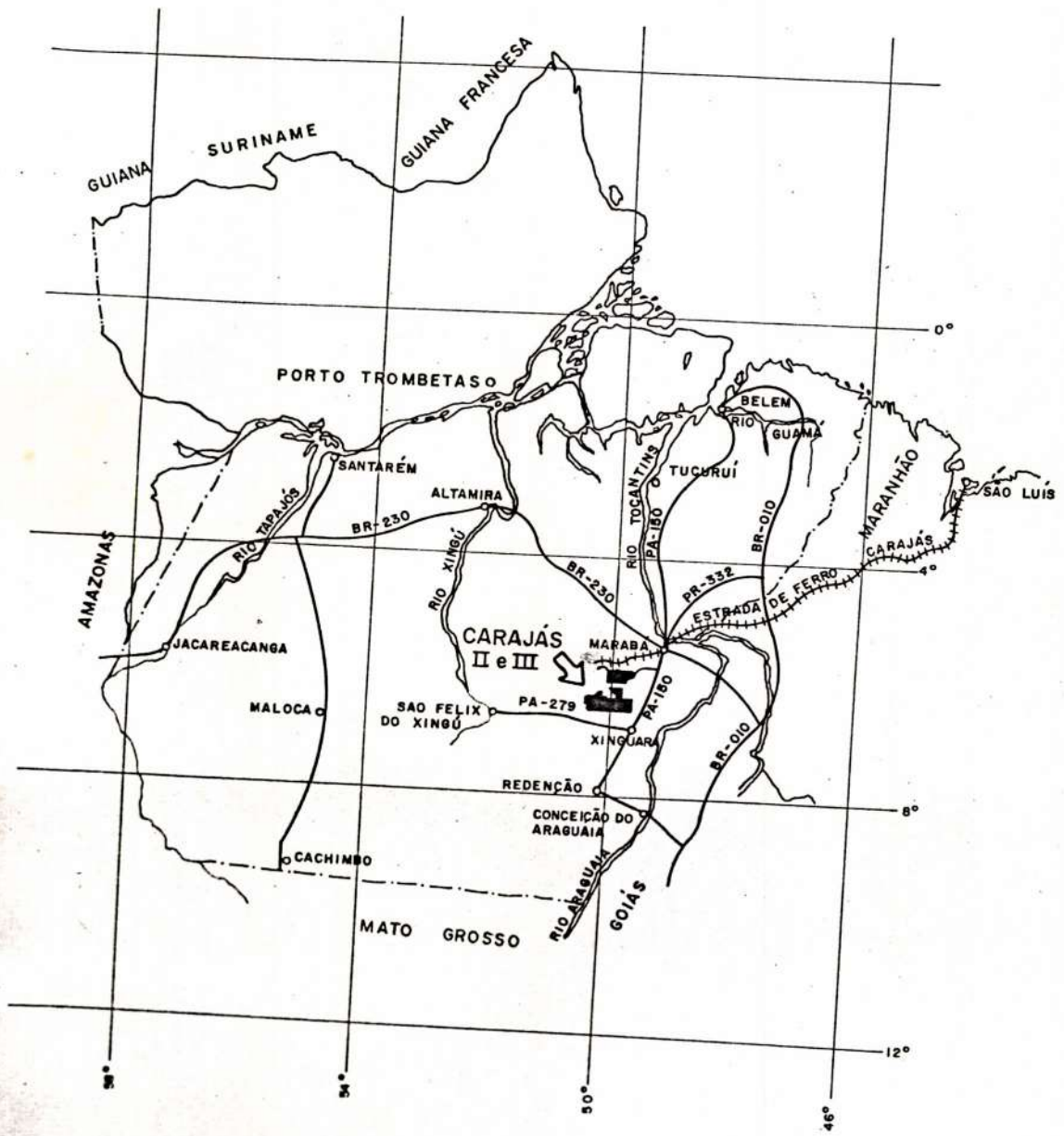
ÁREA DE ATUAÇÃO DO GETAT NO SUDOESTE DO MARANHÃO

MAPA FUNDIÁRIO

ESCALA 1:2.000.000

DATA 30/agosto/85

ESTADO DO PARÁ
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO



Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

Fundado em 23 de outubro de 1984

CGC 04303442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68500 - Marabá - Pará - Brasil

TUCURUI: Expropriados X Eletronorte (atualização)

O ano de 1985, foi bastante difícil na área atingida pelo lago, em torno de 600 famílias foram atingidas pelas águas este ano, nos municípios de Jacundá e Tucuruí.

Até o mês de maio nenhuma providência tinha sido tomada no intuito de solucionar o problema dos expropriados, a não ser algumas medidas paliativas, de remanejamento e fornecimento de alimentação.

Durante este período foram várias as intervenções do poder público, com auxílio da Polícia Militar do Estado e da Polícia Federal, no intuito de fazer calar as organizações dos expropriados, dos sindicatos e as entidades de apoio, para que a empresa, Eletronorte, pudesse impor o arbítrio sem levar em consideração os direitos das vítimas.

Esta atitude foi bastante identificada no município de Jacundá onde o prefeito conseguiu aglomerar parte dos alagados numa escola do município sob guarda e pressão das polícias para que ali pudesse cometer todo tipo de arbítrio sem o conhecimento da opinião pública, o que culminou no baleamento de um alagado por um agente da polícia federal.

Em Jacundá, esta equipe de repressão, contando ainda com o GETAT, selecionaram uma área a 80 Km da sede para fazer o assentamento dos alagados. Para esta área eram levadas as famílias em transporte do GETAT e da Eletronorte. Eram colocados debaixo de barracos cobertos de plásticos, numa área cercada de arame farpa e vigiados por um forte esquema de segurança montado pela polícia federal, com seus agentes muito bem armados, para que as famílias não tivessem o direito de desistir e voltar.

O direito a receber alimentação ficou condicionado a aceitação de ir para o campo de concentração, aquele que resistisse teria cortada a alimentação, todos os membros da família teria que ir para área.

As indenizações eram negociadas entre a empresa e

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

Fundado em 23 de outubro de 1984

CGC 04303442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68500 - Marabá - Pará - Brasil

o prefeito e impostas aos alagados na presença de um esquema policial montado para acompanhar as decisões.

Em Tucuruí as agressões se deram em outros níveis, porque o sindicato dos trabalhadores rurais, nos últimos/anos conseguiu ter sua posição diante as pressões do poder público, lutando em defesa dos expropriados, mesmo sem o apoio da Igreja local, que desde dezembro de 1984 retirou todo seu apoio.

As 360 famílias da gleba tucuruí, boa parte, tiveram seus lotes totalmente inundados, outras somente parte do lote, ficando assim ilhado e sem condições de se deslocarem/por falta de transporte.

As famílias que tiveram seus lotes alagados totalmente foram para Vila de Repartimento, morar em casas de conhecidos ou ficar em barração aglomerados em pequenos cômodos duas, tres famílias juntas, sem nenhuma assistência. As que ficaram ilhadas recebiam assis quinzenais, despachadas por helicópteros, mantimentos sempre insuficientes ao número de pessoas /necessitadas. As produções que conseguiam colher não tinham como transportar, na sua maioria se perdeu por causa das fortes /chuvas que caíam.

As pragas e doenças atacavam as pessoas a cada momento que permaneciam na área, sem nenhuma assistência médica.

Por um lado o STR e a comissão dos expropriados reivindicavam uma outra área para relocação dos alagados, /do outro lado o GETAT e a Eletronorte resistiam, alegando ser viável a permanencia dos ilhados, com a implantação de infra-estrutura adequada, e que o nível d'água não seria mais alterado.

Os Técnicos não conseguiam convencer os alagados, pois eles foram relocados para esta área em 1982, na alegação de que ali não sofreria inundação, quer dizer, eles estavam sendo inundados pela segunda vez, por culpa da própria Eletronorte.

Anexo: Relatório de encontro de trabalhadores

Relatório do técnico da Secretaria de Estado da Agricultura.

RELATÓRIO

ENCONTRO DE TRABALHADORES

LOCAL: Tucuruí

DIAS: 3,4 e 5/5/85

Nº DE PARTICIPANTES:

ENTIDADES: STRT, COMISSÃO DOS EXPROPRIADOS, CPT-MARABÁ, SAGRI-MARABÁ,
CONTAG.

No dia 03 foi feita uma reunião para avaliar o contato mantido neste mesmo dia com o advogado Baraúna, da Eletronorte, no escritório SPI é para elaboração da pauta do encontro. Em relação à discursão com representante da Eletronorte e as futuras tomadas de iniciativas, foi proposta e aprovado o seguinte:

- 1º - Ir à Brasília para ter audiência com:
Ministro das Minas e Energia
Ministro da Justiça
Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário
Presidente do INCRA.
Presidente da Eletronorte.
- 2º - Informar os companheiros para não caírem na cilada da empresa.
- 3º - Cobrar junto ao Ministro da Justiça e Minas e Energia o reconhecimento da Comissão dos Expropriados para acompanhar os Trabalhadores de relocação e indenização dos alagados.
- 4º - Não intervenção da polícia nos trabalhos.
- 5º - Durante a ida à Brasília, ficar companheiros em Jacundá e Repartimento esclarecido as iniciativas da Comissão.
- 6º - Solicitar o afastamento do Newton Barreiro e Dr. Baraúna.
- 7º - Elaborar relatório completo para levar à Brasília.
- 8º - Solicitar a presença do Deputado Ademir Andrade na Reunião com Eletronorte.

ELABORAÇÃO DA PAUTA DO ENCONTRO NOS DIAS 4 e 5.

- 1º - Avaliação do Movimento e a Situação atual nas áreas.

- 1.1 - Afastamento da Assessoria e suas conseqüências.
- 1.2 - Participação da Igreja, antes e agora.
- 1.3 - Readquirir os documentos do Movimento.

2. Qual a posição de Lutas diante da Nova República.
3. Discussão sobre Movimentos Sindicais no País.
4. Elaboração de um programação conjunta na região da barragem.
5. Recursos para desenvolvimento do Trabalho.
6. Avaliação do Encontro.

PONTO 1.

ITUPIRANGA - SEDE E CAJAZEIRAS.

ÁREA URBANA.

O nº de pessoas que tem processo para receber casas em Cajazeiras é de 100, foram construídos apenas 75 casas. Na sede o compromisso era de construção de 86 casas, só foram construídos 75 - (1). Existem 38 pessoas, entre as da sede e de Cajazeiras que não receberam casas.

As casas de Cajazeiras foram entregues em Novembro, mas até o momento não funciona o abastecimento d'água, o que deve ser cobrado a empresa.

Deve ser cobrado da empresa o fornecimento de energia elétrica em Cajazeira, pois foi compromisso firmado pela empresa que em toda localidade que tivesse energia elétrica, os reunidos receberiam nas localidades para onde fossem.

ÁREA RURAL.

As áreas negociadas para assentar os expropriados, grotão do Ricardo e Cametauzinho, não é o suficiente para o assentamento de todos. Segundo informação dos Técnicos, após a conclusão.

JACUNDÁ.

Em Jacundá há problema dos velhos e novos expropriados. Os novos são das Glebas:

Jabutizão do meio, Jacundá, Chiqueirão e Santa Rosa.

Em Jacundá há problema dos expropriados antigo e os novos que foram atingidos já no ano de 1985, nos meses de Janeiro a Março. Os novos são das glebas Jabutizão, do meio, Jacundá, Chiqueirão e Santa Rosa.

Muitas destas famílias possuíram títulos definitivos das áreas, outros em fase da titulação e outros somente com as posses materializadas pelo tempo na área e as benfeitorias existente.

Os expropriados velhos de Jacundá, muitos ainda estão por receber lote urbano ou lote rural e alguns casos de indenizações.

Os expropriados novos são em torno de 255 famílias que se encontram na sede do Município na sua maioria sem receber alimentação por não aceitarem serem removidos para área proposta pela Eletronor té GETAT e o Prefeito, muitas delas foram levadas para áreas e se encontram passando as piores dificuldades em barracos de plástico, cercado de arame farpados e vigiados pela polícia federal, desnecessariamente armados para que os remanejados não possam voltar.

As famílias que resistem ficam na cidade até que sejam entregue outra área, moram em casa alugadas ou famílias acumuladas em casas de parentes.

TUCURUI.

1 - REPARTIMENTO.

A água fornecida aos moradores é transportada através de um carro pita, de um igarapé para uma cisterna, daí bombeado para as residências. Muitas das instalações hidráulicas das casas apresentaram problemas quando do uso, muitas delas apresentam grandes vazamentos. Muitos relocados de Jatobal e remanção, que para tais comunidades não foram dados o direito de reconstrução de outras Vilas para atender especificamente os moradores delas, se encontram em Repartimento sem ter onde morar. Foram fornecidos materiais, terreno e carpinteiro para mais ou menos 15 famílias, mas sem o direito de água e luz.

Em reunião datada de 11/10/84, ficou registrado em ata que a empresa a partir daquela data forneceria médico e medicamento por um ano para atender a comunidade e até agora não apareceu nem médico e nem medicamento.

O campo de futebol não construído, assim como a feira livre e que para tanto já foi destinada a área.

No levantamento dos barrqueiros do velho Repartimento que esperam pela feira, foram encontrados 28 pessoas.

VILA DO RATO.

As famílias da Vila do Rato foram transferidos para as casas da COHAB, com ônus para as famílias relocadas, outros tiveram que passar vários meses morando nos barracos de plásticos até que a empresa resolvesse o que bem lhe conviesse, acarretando sérios problemas as pessoas principalmente as crianças.

Depois de mais de 4 meses estas famílias receberam uma pequena indenização, na seguinte forma: ficando retido na empresa uma quantia que seria para o pagamento de um terreno que a empresa negociaria com o proprietário do loteamento e repassaria ao expropriado.

Até o momento muitos dos casos não foram resolvidos.

BREU BRANCO. (NOVO BREU)

Foram construídas 200 casas, e concluídas as instalações elétricas e hidráulicas.

Falta concluir o campo de futebol.

Os lotes para rurais, que são de exploração agrícolas, não foram todos entregues e falta definições de limites em vários casos.

GLEBA PARAKANÁ.

Vicianis não dão condições de tráfego devido as ladeiras e o estado de destioração, vários lotes foram inundados. Não foram construídas casas e nem paços nos lotes.

Há necessidade de recolocação dos marcos de divisas que foram arrancados com a passagem da máquina.

Não foi titulado nenhum lote desta Gleba.

Falta escolas nas vicinais 2 e 5 assim como posto médico.

Não foram abertas os piques de divisas entre os lotes o que poderá acarretar problemas no futuro.

GLEBA BAIANA.

Redemarcação dos lotes.

Falta construir ponte sobre o rio da Direita.

Falta escolas e postos médico.

GLEBA TUCURUI. (PARA RURAL)

São 320 lotes que foram assentados pelo Getat para famílias já relocadas em 1982, sendo que os moradores desta área, em 1979, foram proibidos de continuar trabalhando.

CONT:

Quase todas vicinais foram inundados pelas água formando a área impossibilitada para a permanência das famílias e para cultivo. Muitos dos lotes foram inundados por completos.

Já se encontram em Repartimento 11 famílias alojados em um barracão sem nenhuma assistência.

A alimentação fornecida aos ilhados por famílias para 15 dias é a seguinte:

02 Kg de açúcar
02 " " feijão
05 " " arroz
01 litro de querosene
03 cxs de fósforo
01 Lit. farinha
01 " de óleo
02 " de leite

O grande problema desta gleba é que a empresa quer que as famílias continuem na área, mesmo ilhadas e sem ter como transportar a produção para os centros de comercialização.

MOJU. Falta concluir campo de futebol

Falta fazer uma tubulação em volta do campo.

Fazer uma cerca com arame liso em torno da área coletiva, campo, centro comunitário e escola.

Muitos do Moju só tinham recebido o material da casa e até o momento não tiveram condições de construir.

As casas que foram construídas em 1979 já se encontram todas destioradas, tendo em vista a péssima qualidade de madeira usada na construção.

RETIRADA DA ASSESORIA E CONSEQUÊNCIAS.

A igreja que apoiava os trabalhadores com assessores contratados pela Diocese, um agrônomo, um advogado e uma agente pastoral além de padres e freiras apartir de 1984, começou a retirada de seu apoio com a demissão do agrônomo, 1985 a demissão do advogado e deslocamento para outra área, da agente pastoral e afastamento total da igreja de Tucuruí.

As consequências foram bastante graves por que durante um período de 6 anos a igreja e Assessoria assumiram de mais o papel de defesa dos direitos dos trabalhadores, junto a uma comissão mista dos municípios de: Tucuruí, Jacundá e Itupiranga, sem capacitá-los a nível de Organização da Categoria, para poderem continuar sozinhos.

- a) - A Comissão dos expropriados ficou reduzida com a saída de algumas lideranças por afastamento da luta e por mudanças de residências para outros Municípios.
- b) - O Sindicato ficou encaminhando só as reivindicações dos companheiros expropriados e não desenvolveu os trabalhos, de organização dos associados, deixando enfraquecido o Sindicato, visto simplesmente na pessoa do Presidente e outros diretores. Deixando margem para críticas da igreja, que já se preocupa em formação de suas novas lideranças para conquista do Sindicato.

POSICIONAMENTO DOS TRABALHADORES DIANTE DA CONJUNTURA ATUAL.

Foi questionado o novo governo, que é chamado de "Nova República" mas formado pelos velhos caciques, que nada fará com respeito a Reforma Agrária nem em relação a outras questões que venham favorecer aos pequenos produtores, posseiros ou lavradores sem terra, favorecendo sempre o que diz respeito aos interesses dos grandes projetos, como Carajás aos empresários e latifundiários.

A posição é de não ficar calado, reunir, discutir, oferecer / propostas e reivindicar os direitos, e como proposta inicial para testar a Reforma Agrária da "Nova República" é reivindicar a desapropriação ao longo da BR - 422 para assentamento dos alagados da gleba Tucuruí e as áreas solicitadas pelos alagados de Jacundá.

MOVIMENTO SINDICAL A NÍVEL NACIONAL.

Foi levantado que falta mas entrosamento a nível local, e regional para um entendimento a nível nacional, que falta muito esclarecimento sobre a situação.

Pela participação em alguns encontros e congressos os trabalhadores percebem muita divisão, não tem conhecimento sobre o que representa CUT nem CONCLAT, precisam de mais discussões e esclarecimentos.

CONT:

PROGRAMAÇÃO CONJUNTA DA LUTA.

Foram escolhidas várias pessoas para fazerem levantamentos por Município sobre a situação dos alagados.

ITUPIRANGA: Sede e Cajazeiras - ANANIAS.

JACUNDÁ: Creuza e João SÁ.

TUCURUI: Gleba Parakanã - Deuzemir e Cazuzá

" Tucuruí-Jão Pontes, Francisco Gomes e Raimundo Rodrigues.

MOJU: Zé Paraense e João SÁ.

BREU BRANCO: Raimundo Albuquerque

VILA DO RATO: D. Rita

REPARTIMENTO: Raimundo Preto, Dominguinha e Antônio Bezerra

OBS: Não foi discutido a questão dos recursos e nem foi feito a avaliação.

R E L A T Ó R I O

ORGÃO : SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
COORD.REGIONAL: RAIMUNDO GOMES DA CRUZ NETO

Com o objetivo de propor e executar junto aos agricultores uma nova técnica de plantio e cultivo nas regiões de ITUPIRANGA, TUCURUI e JACUNDÁ, o que para tal fim, houve uma necessidade de uma permanência mais constante de Agrônomo na área, o que também, tem para si, a incumbência de assessorar os SINDICATOS dos referidos municípios, já que toda a região, vem sendo fortemente afetada pelo problema econômico-social, causado pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, onde a área rural é bastante afetada, o que está dificultando em parte, a aplicação de parte técnica, pela alta desapropriação por inundação de área rural do perímetro do reservatório.

Como os referidos municípios embora de baixo contingente populacional, tinha parte de sua economia e mão-de-obra no campo, não estavam preparados para receber e enfrentar um crescimento populacional, surgido com a construção da barragem, portanto, preocupado com tal problema é que o Sindicato sentiu a necessidade da presença de um Agrônomo a ser contratado, e juntos um alvará para solucionar os casos mais urgentes e para tal, sucederam-se várias reuniões com diretores da empresa Eletronor e (Centrais Elétricas do Norte do Brasil), Ministros de Estado e representantes de órgãos de terras com presidência de SPTAT, CEFRASE e outros.

Diante deste quadro e com a criação de uma comissão de alto nível (Comissão Interministerial), as negociações se tornaram mais fáceis e de soluções mais imediatas, já que esta, fora criada com o objetivo de propor forma de atuação e soluções para os problemas relacionados às populações afetada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica.

Criada a comissão e tendo ela tamanha autonomia e liberdade nas resoluções dos problemas, é que se manteve reuniões no SPI, em Tucuruí, para determinar como, e de que forma seriam negociadas e indenizadas as benfeitorias dos lotes rurais inundados. E na reunião do dia 16.07.85, portanto, três dias antes da criação da portaria Interministerial, ficou acertado no SPI, Tucuruí, que as negociações passariam para repartimento, e que dentro dos processos negociados, seria acrescentado no ato da negociação, todas as benfeitorias que no ato do levantamento não tenha sido relacionada, isto porque, estas não se encontravam na planilha de preços, e que na planilha atual se encontra. Nesta reunião encontravam-se presentes.

- Dr. Luis Claudio - Eletronorte
- Luzinete Farias - Engº Agrônomo
- Raimundo Nonato Azevedo - STR de Tucuruí

Portanto, ainda com os problemas provocado pelo reservatório, e com a chegada do presidente à Tucuruí, marcada para o dia 19.07.85, é que foi elaborado um documento, onde é dada a falta do cumprimento dos direitos humano, bem como, falta de cumprimento de compromissos anteriormente firmado pela Empresa, e ainda, terra para reassentamento de muitas famílias que habitavam área do perímetro do reservatório, este documento foi entregue ao Sr. Presidente da Republica, e contou com a participação de trabalhadores rurais, pres. STR Tucuruí, vereador Raimundo T. R. Nascimento, Engº Agrônomo Luzinete Farias e Advogado Pacival, o qual redigiu o documento.

3

E, para o dia 19.07.85, logo após a visita do presidente havia uma reunião marcada para o escritório central da Empresa, da qual não pude participar por motivos extras, o que posteriormente ficou sabido que dela não surtiu qualquer solução e que, os diretores esperados não puderam participar da reunião, mesmo porque, nesta mesma reunião houve a informação da criação da comissão de alto nível e, que todos os problemas relacionados a expropriação pelo reservatório, ficaria a cargo desta comissão.

Na reunião do dia 24.07.85, entre o SINDICATO RURAL e os trabalhadores rurais da região (Tucuruí), o Pres. Raimundo Norato de Azevedo, fez uma explanação geral de como estavam indo as negociações e, em seguida passou-se as discussões, onde foi feita a leitura de um documento, firmado pelo STRTuc. , GETAT, ELETRONORTE e REPRESENTANTES DE VICINAIS, que apresenta em seu conteúdo, a exigência da indenização e relocação dos colonos da gleba tucuruí dos lotes que encontram no sêco ou ilhados. Diante disto, os trabalhadores se posicionaram contrário a proposta da Empresa de promover o assentamento para a BR 412, dando preferência para gleba pacaiazinho. Dois dias depois da apresentação deste documento, foi constatado um deslize provocado pelos diretores da Empresa e Coordenador do GETAT, em que, ao invés estarem promovendo a relocação dos ilhados e dos que estavam com os lotes parcialmente inundado este documento negava a condição de relocação, por estes, segundo eles, apresentarem condições de trabalho, por isto este documento foi recuperado no escritório da Empresa.

Como a reunião do dia 19.07.85, não pôde ser realizada, a presença dos diretores esperados, esta ficou adiada para o dia 06.08.85, o que só pôde ser realizada no dia 06.08.85, segundo isto com a comissão de alto nível.

Para esta reunião contou-se com a presença de JOSEFINA representando a CONTAG, e juntos, e mais os representantes dos sindicatos rurais de Tucuruí, Jacundá e Itupiranga, elaborou-se uma pauta única e abrangente, onde se encontravam os problemas comuns as regiões afetadas pelo reservatório, daí saíram oito itens reivindicatórios que dos quais apenas dois não puderam ser atendidos. a) a transformação da alimentação fornecida, em um salário mínimo ou mais de acordo com número de pessoas, tendo esta matéria ficado para posterior estudo.

b) a demarcação dos lotes vizinhos fossem feita por pique demarcatório, alegando a Empresa que tais piques constavam em convênio firmado pela Empresa e que este seria feito sempre que fosse constatado um litígio. Esta reunião contou com a presença de:

- Dr. Carlos Nascimento - DS/ELN
- Dr. Aluisio Tadeu M. da Silva - MIRAD
- Dr. Asdrubal M. Bentes - GETAT
- Dr. Daniel Lopes - GETAT
- Dr. Altir de Souza Maia - SPI/ELN
- Sr. Luzinete F. dos Santos - Engº Agrônomo
- STR de Itupiranga
- STR de Tucuruí
- Comissão de Helocandos (Expropriados)

Embora tendo ganho em reuniões por documentos assinado varias reivindicações, ainda existe necessidade de viagens a Brasília, para junto aos órgãos competente, buscar soluções para algumas destas reivindicações não atendida e, no dia 01. 10.85, reuniu-se em Brasília com o presidente do GETAT, Asdrubal, onde foram levantado os problemas da gleba PARACANÁ e área da AERONÁUTICA em Mojú. Quanto a gleba paracanã falou o presidente do GETAT que, era um erro da política indígena mas ele iria mandar fazer um levantamento da área de coloniza

da que inclusive, segundo membro da comissão de expropriados, nesta nova área dos PARACANÁS, existe lote rural com área titulada, e mais, a área de terra que fica por trás da dos PARACANÁS, não tem acesso e, somente os fazendeiros poderão ocupar a área, haja visto, que estes possuem avião e podem facilmente penetrar na área, ao passo que, os pequenos agricultores não possui avião e bastante difícil o acesso nesta área, pois as terras indígenas não podem ser cortadas por estradas, por onde estes poderiam chegar até a área, feito estes esclarecimentos e o presidente do Getat dando sua posição sobre o assunto, que era o de estudar o caso. Fez-se a discutir os problemas das terras da aeronáutica na área de Mojú onde já existe um grande nº de posseiros, ouvindo as explicações sobre a situação, disse que iria junto ao MIRAD para requerer esta área e lotear. Efinalizando mostrou o decreto de criação da gleba PARACANÁ.

Na reunião do dia 03.10.63, na sede da Eletronorte em Brasília, teve o objetivo de cobrar junto a Empresa os compromissos por ela firmados, como, os KIT's das casas dos lotes rurais, construção de estradas vicinais para as glebas de reassentamento e, a liberação de cheques dos processos avaliados e, que, já se encontram na sede da Empresa em Brasília, ao ouvir os motivos prioritários da reunião, disse o Dr. Altir advogado da Empresa, que naquele momento 120 processos se encontravam em andamento. Já o Dr. Carlos Nascimento diretor de Suprimento da Empresa, afirmou que a Empresa irá cumprir tudo o que está no programa. Quanto as estradas disse o Dr. Altir que as equipes da ELETRONORTE, GETAT e BASEVI já estavam partindo pra área para fazer o levantamento, e como o assunto envolvia o Getat e Mirad, e somente a Eletronorte estava presente na reunião, marcou-se uma outra reunião para o dia seguinte, com a presença dos demais órgãos. Nesta reunião estavam presentes. Pela ELM: Dr. Carlos Nascimento, STRTub. Raimundo N. de Azevedo, STRItup. Ananias Lopes, Lurinete F. dos Santos Agrônomo. Sr. Acacio CONTAG, Sr. Raimundo T.R. Nascimento, e Raimundo NotaSTR

Dando seguimento as negociações partiu-se então para a reunião do dia 04.10.85, com a presença do GETAT e MIRAD e Dr. Asdrubal pediu para ^{que} fossem discutido os problemas que estivesse no programa do Getat, pois, ele teria que sair mais cedo, que tinha de viajar e como o que envolvia o Getat era somente as estradas vicinais e demarcação dos lotes, então logo se resolveu o problema, ficando para uma outra reunião em Tucuruí, onde se manteria contato com as empresa empreiteira para a abertura das estradas, com relação aos lote e Dr. Carlos Nascimento, falou que o Sindicato deveria favorecer na ajuda da entrega dos lotes, dando preferência aos casos mais prioritários. Depois de uma cobrança do Sr. Ananias da luz elétrica para Cajazeiras, o Dr. Jair afirmou que estava esperando somente a planilha para orçamento e execução do projeto (convênio). Levantou-se também o problema do agrupado, e ficou acertado que estes em nº de 22, teriam seus processos formulados.

Da reunião em Tucuruí para se tomar as decisões cabíveis, ficou acertado o seguinte: as empreiteiras fariam o rebaixamento das vicinais, assim como, colocar bueiras onde fosse necessário.

Casas rurais: ficou decidido o fornecimento dos KPI's com prioridade para, Jacundá, Mojú e Bréu, e o pagamento da 40 CRTN, e para os que já construíram as casas, o pagamento das 40 CRTN, só se estiver dentro do orçamento, caso contrário só com uma decisão posterior. O Dr. Tadeu do MIRAD comentou, que seu ministério estava se mobilizando dentro da questão para conseguir recursos, e disse ainda, que não seria fácil conseguir estes recursos já que seu ministério dependia de outros. Presentes: Dr. ~~Jair~~, Dr. Altir de Souza, mais ~~outros~~ Dr. Asdrubal M. Santos, CTR Tuc., STR Itap., Sr. Luzinete F. Santos Engº Agrônomo, Raimundo T.R. do Nascimento,

Com tais problemas de desapropriação, e falta de terra para o cultivo da lavoura e, implantação de um trabalho no sentido de fixação do homem no campo, através do cultivo de uma cultura permanente, tornou-se bastante difícil, em face da própria mão de obra para a formação de canteiros e sementeiras que, se torna escassa pelo próprio êxodo rural provocado, pela desapropriação, que nas terras de relocação é bastante difícil, pelo precário acesso que ainda existe. Mesmo assim, foram distribuídos 630 sacos de polietileno para formação de mudas de café, dendê e fruteiras, sendo distribuídos da seguinte maneira:

450 sacos para café.
 120 " " fruteiras
 60 " " dendê

Foram feitas varias tentativas de reuniões com o objetivo de orientar os agricultores na formação de um canteiro bem como, de explanar sobre sua grande importancia mas, isto não foi possível, pelos mesmos não se fazerem presentes no local da reunião, com isto, o trabalho técnico ficou bastante prejudicado, ainda porque, para os locais mais distantes e bastante dependioso, havia o problema da falta de condução

Finalmente, permito-me sugerir que para um melhor andamento e execução dos trabalhos na região, seja solicitada uma viatura para realização dos trabalhos. Segue em anexo relatório de despesas.


 LINETE FARIAS DOS SANTOS

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

Fundado em 23 de outubro de 1984

CGC 04.303.442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68.500 - Marabá - Pará - Brasil

QUESTÕES FUNDIÁRIAS

A região Sul e Sudeste do Pará tem se caracterizado por inúmeros problemas à questão da terra. Até o início dos anos 70 a região se caracterizava pela exploração da castanha nativa, com suas terras se constituindo inúmeros castanhais, possuídos por um pequeno número de famílias, para quem a grande maioria da população trabalhava, ou na forma de aviamento, na época da castanha, ou fazendo roças, durante outra época do ano.

Com o surgimento da Transamazônica, da PA-70, com a chegada de grupos financeiros do Sul do País, há uma mudança na economia da região, que passa do extrativismo, para a exploração da terra (fazendas) e de pequenas indústrias (serrarias) havendo então um choque entre o sistema capitalista em seu avanço para o campo, e restos de regime feudal que ainda prevaleciam.

Por outro lado, o sistema político imperante no país incentivava a migração para esta região, no intuito de acalmar a população do Nordeste, prestes a explodir devido as condições de miséria imperante, e aqui era "pintado" como um verdadeiro oásis: local em que as terras eram abundantes, e em que se prometiam condições de colonização. No início o INCRA e já no início da década de 1.980 o GETAT se responsabilizaram pela colonização nesta região.

A Transamazônica, enquanto estrada, é hoje um projeto falido. Durante as épocas invernosas grande parte desta estrada fica completamente intransitável, principalmente nos trechos Marabá / Araguaina-GO, e Marabá/Itaituba-PA. Enquanto projeto no seu aspecto mais global, a Transamazônica deixa muito a desejar. O projeto de colonização também faliu: faltam aos colonos estradas vicinais, assistência médica, assistência técnica, assistência educacional, as quais são deficientes.

Nos últimos anos na região de carajás, especificamente no Sul e Sudeste do Pará, principalmente no ano de 1.985, os conflitos sociais, em função da ocupação e posse da terra, têm se agravado de maneira assustadora.

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

Fundado em 23 de outubro de 1984
CGC 04.303.442/0001-68
Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111
CEP 68.500 - Marabá - Pará - Brasil

Nesta chacina uma criança de 2 anos foi desaparecida. Um dos corpos foi incendiado e um outro trabalhador sofreu violência sexual. Esta fazenda fica a pouco mais de 100 Km da sede do Projeto Carajás. O dono da fazenda se encontra foragido.

03 - Chacina no Castanhal Ubá:

Entre os dias 13 e 18 de junho deste ano 8 trabalhadores rurais foram barbaramente chacinados no Castanhal Ubá, município de São João do Araguaia, distante apenas 30 Km da sede do município de Marabá. A chacina ocorreu a mando do Sr. Edmundo Virgulino, pretendente do Castanhal. A chacina teve repercussão nacional. (Anexos 2, 3, 4, 5).

04 - Chacina na Fazenda Princesa:

Esta chacina ocorreu nos dias 26 e 27 de setembro de 1.985, na fazenda Princesa, município de Marabá, tendo como vítimas 5 trabalhadores rurais que drasticamente foram assassinados por pistoleiros e pelo próprio pretense dono das terras, Sr. Marlon Lopes Piddi, fazendeiro-garimpeiro. Os trabalhadores foram presos, amarrados e levados até a sede da fazenda. Os trabalhadores foram torturados, inclusive amarrados em cima de formigueiros, tendo em seguida sido assassinados, amarrados uns aos outros em pedra e jogados no Rio Itacaiúnas.

Somente no dia 05 de outubro uma diligência da PM foi ao local, conseguindo resgatar apenas 3 corpos que se encontravam boiando no meio do rio. (Anexos 6, 7, 8, 9).

05 - Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rio Maria - Município próximo à Marabá.

No dia 18 de dezembro de 1.985 mais um crime, cometido por pistoleiros a mando de fazendeiros, acontece no Sul do Pará, área de Carajás. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Rio Maria, João Canuto de Oliveira foi assassinado com 14 tiros. (Anexo 10).

João Canuto teria sido assassinado a mando dos Srs. João Jacques Côelho e Ovídio Gomes de Oliveira, pretensos donos de uma área de terras por nome Canaã.

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

Fundado em 23 de outubro de 1984
CGC 04.303.442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111
CEP 68.500 - Marabá - Pará - Brasil

Nesta chacina uma criança de 2 anos foi desaparecida. Um dos corpos foi incendiado e um outro trabalhador sofreu violência sexual. Esta fazenda fica a pouco mais de 100 Km da sede do Projeto Carajás. O dono da fazenda se encontra foragido.

03 - Chacina no Castanhal Ubá:

Entre os dias 13 e 18 de junho deste ano 8 trabalhadores rurais foram barbaramente chacinados no Castanhal Ubá, município de São João do Araguaia, distante apenas 30 Km da sede do município de Marabá. A chacina ocorreu a mando do Sr. Edmundo Virgulino, pretendente do Castanhal. A chacina teve repercussão nacional. (Anexos 2, 3, 4, 5).

04 - Chacina na Fazenda Princesa:

Esta chacina ocorreu nos dias 26 e 27 de setembro de 1.985, na fazenda Princesa, município de Marabá, tendo como vítimas 5 trabalhadores rurais que drasticamente foram assassinados por pistoleiros e pelo próprio pretense dono das terras, Sr. Marlon Lopes Piddi, fazendeiro-garimpeiro. Os trabalhadores foram presos, amarrados e levados até a sede da fazenda. Os trabalhadores foram torturados, inclusive amarrados em cima de formigueiros, tendo em seguida sido assassinados, amarrados uns aos outros em pedra e jogados no Rio Itacaiúnas.

Somente no dia 05 de outubro uma diligência da PM foi ao local, conseguindo resgatar apenas 3 corpos que se encontravam boiando no meio do rio. (Anexos 6, 7, 8, 9).

05 - Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rio Maria - Município próximo à Marabá.

No dia 18 de dezembro de 1.985 mais um crime, cometido por pistoleiros a mando de fazendeiros, acontece no Sul do Pará, área de Carajás. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Rio Maria, João Canuto de Oliveira foi assassinado com 14 tiros. (Anexo 10).

João Canuto teria sido assassinado a mando dos Srs. João Jacques Cœlho e Ovídio Gomes de Oliveira, pretensos donos de uma área de terras por nome Canaã.

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

==== Fundado em 23 de outubro de 1984 =====

CGC 04 303 442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68 500 - Marabá - Pará - Brasil

No dia em que João Canuto foi assassinado, 18.12.85, em Rio Maria, em Marabá estava sendo realizado um encontro sobre a violência e Direitos Humanos, na sede do GETAT, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, através de seu Conselho Federal, de Seccional do Estado do Pará e da Sub-Secção de Marabá.

Neste palco de violência observa-se a luta entre pequenos e humildes posseiros, trabalhadores rurais sem terras, além da questão dos índios que cada vez mais estão perdendo suas terras, de um lado, e de outro, grandes latifundiários, grileiros, fazendeiros e até multinacionais.

GETAT - Sua origem, finalidade e o que faz:

O GETAT, Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins, foi criado como órgão subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, em 01.02.80, pelo decreto Lei nº1767 e reestruturado em 5 de agosto de 1.980, através do Decreto Lei nº 1.799, decretos estes ainda em vigor.

Atualmente, o GETAT faz parte da Estrutura do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, na condição de Órgão Autônomo, subordinado diretamente ao Ministro de Estado, como consta no Decreto Nº 91.214, de 30 de abril de 1.985.

A área de atuação do GETAT, de aproximadamente / 450.000 Km2. de extensão, o que representa quase duas vezes o Estado de São Paulo, está em 60% no Sudeste do Estado do Pará, abrangendo 18 municípios; 22% no Norte do Estado de Goiás, envolvendo 25 municípios e 18% no Oeste do Maranhão com 13 municípios.

De acordo com a legislação pertinente, o GETAT está investido de poderes relativos à Coordenação e promoção das ações de Reforma Agrária e colonização na sua área de atuação incluindo a discriminação de terras, arrecadação, destinação, licitação, alienação e desapropriação de áreas rurais, legitimação de posses, assentamento de agricultores, emissão de títulos de domínio, recebimento de doações de terras, dentre outros, bem como a celebração de convênios, contratos, termos e ajustes.

Fundado em 23 de outubro de 1984

CGC 04.303.442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68.500 - Marabá - Pará - Brasil

Em julho de 1.985, a Presidência do GETAT, até então sediada em Brasília, Capital da República, foi deslocada para Marabá, quando assumiu a presidência deste órgão o Dr. Asdrúbal Mendes Bentes.

Durante os 8 meses em que o Dr. Asdrúbal Mendes Bentes exerceu a presidência do GETAT, foram gastos 33.697.751.847, somente através de convênios e contratos realizados na área de atuação do GETAT. Com estes recursos foram realizadas obras como por exemplo: construção de quadras de esportes, poços artesianos, eletrificação rural, recuperação de barragem, recuperação da Câmara Municipal de Marabá, construção de escolas, construção de pontes, etc. (Anexo 11).

Na realidade o GETAT não tem desempenhado sua função nem nos termos a que se propôs. Pelo contrário, muitas vezes tem contribuído para com o acirramento dos conflitos na área de Carajás. (Anexo 12 - Relatório da Comissão Pastoral da Terra - CPT Marabá).

O GETAT tem tido uma política de convivência com relação aos diversos conflitos sociais relativos à questão de terra.

O Movimento Social repudia o latifúndio e a violência:

Nos dias 2 e 4 de dezembro de 1.985, reuniram-se em Marabá 210 representantes de 11 sindicatos de trabalhadores rurais do Sul e Sudeste do Pará, para discutirem sobre a violência e conflitos de terras na região. Deste encontro participaram também um representante do MIRAD, um representante do Ministério da Agricultura, o Presidente do GETAT, representantes da CONTAG, da Central Única dos Trabalhadores, da Comissão Pastoral da Terra, dentre outros organismos de movimento popular.

Neste encontro os trabalhadores entregaram um documento, encaminhando ao Presidente do MIRAD, onde diziam que "os conflitos de terra continuam se multiplicando na região, já atingem 67 áreas. Os trabalhadores rurais sem terras, conforme levantamento inicial realizado em nossos municípios, chegam aproximadamente

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

==== Fundado em 23 de outubro de 1984 =====

CGC 04 303 442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68 500 - Marabá - Pará - Brasil

30 mil famílias" (ANexo 13).

No documento, os trabalhadores dizem ainda que " o Poder Público não tem sido suficiente nem se quer para freiar essa situação e, em muitos casos, vem favorecendo aos latifundiários..." Dizem ainda que " a política de conciliação do GETAT tem contribuído para retardar a solução dos graves problemas de terra na região".

Finalizando o documento os trabalhadores solicitam ao Ministro que sejam desapropriadas e ou regularizadas diversas áreas de terras para que sejam distribuídas aos trabalhadores, em módulo de 100 ha para cada família.

Nos dias 18 e 19 de dezembro de 1985 a Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, através de seu Conselho Federal, de seção do Pará e da Sub-seção de Marabá, realizou em Marabá, o II Encontro sobre violência e Direitos Humanos, com o objetivo de estudar os aspectos fundamentais da criminalidade violenta que se instalou na confluência das fronteiras que entre si fazem os Estados do Pará, Maranhão e Goiás.

O encontro foi concluído, dentre outros, ressaltando em seu documento final, (Anexo 14) os seguintes aspectos:

" A violência existente na região decorre de causas estruturais ressaltantes da injusta distribuição de renda e de propriedade que proporcionaram enormes diferenças entre as classes;

" Apesar da cidade de Marabá ser a sede do Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins - GETAT, órgão criado e mantido há cinco anos com a finalidade específica de solucionar a questão fundiária, o que se verifica é a permanência de grandes extensões de terras improdutivas em mãos de poucos proprietários, ocasionando tensão social que a cada dia mais cresce".

" As chacinas da fazenda Ubá, da fazenda Surubim e da fazenda Princesa são manifestações inquestionáveis da dramaticidade com que se apresenta a questão fundiária local, bem como de absoluta impunidade que estimula a exacerbação de criminalidade violenta".

Fundado em 23 de outubro de 1984

CGC 04.303.442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68 500 - Marabá - Pará - Brasil

Iniciativas como a dos Trabalhadores Rurais do Sul e Sudeste do Pará, em se reunirem e clamarem justiça, ou iniciativa como a da Ordem dos Advogados do Brasil, tem se repetido por diversas vezes nesta região. São realizados encontros, são feitos abaixo-assinados, são passados telex, telegramas, são feitas notas de protestos, atos públicos, em fim, a realidade é que nesta área de Carajás a violência impera.

Recentemente o Ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em entrevista ao Jornal "A província do Pará", (Anexo 15) declarou que "com relação a questão agrária, a atuação do Poder Público na Amazônia não se esgota enquanto não enfrentar com serenidade e seriedade o problema da violência rural...". "Os conflitos existem. Mas eles não apresentam a mesma intensidade com que ocorrem no Sul do Pará, no Mato Grosso, no Norte de Goiás e no Maranhão...". "O MIRAD só se intromete nos aspectos agrários de violência: decidir se deve-se ou não desapropriar a área em conflito...". "Algumas pessoas temem a Reforma Agrária porque pensam logo em revolução, sangue, etc. A Reforma Agrária Brasileira não terá nada disso. Ela será feita numa sociedade aberta pluralista. O meu único medo é de que não façamos a Reforma Agrária. Assim, o meio rural será envolvido em conflagração".

No dia em que o Jornal publicava a entrevista de Ministro, (13.02.86) era assassinado o lavrador Antonio Plínio, em frente sua casa, por dois pistoleiros, na área da fazenda Pecaça, no Sul do Pará. Anteriormente outro lavrador foi assassinado na fazenda Pau D'arco, tendo sido ainda assassinado, posteriormente, um terceiro lavrador, na fazenda Santa Teresa, todos no Sul do Pará somente neste ano de 86. (Anexo 16).

Já no dia 07 de fevereiro, dois advogados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá denunciavam, ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, "o vandalismo da Polícia Militar da Vila de El Dourado (onde foi assassinada a Ir. Adelaide) contra Félix Venencio dos Santos e Cícero Gomes de Souza, trabalhadores rurais que estão sendo usados como animais de tração, carregando cargas descomunais, torturados a ponta de faca em vias pú-

Fundado em 23 de outubro de 1984

CGC 04303442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68500 - Marabá - Pará - Brasil

blicas, onde são obrigados a praticar rastejos com soldados pisando-lhes as costas. (Anexo 17).

Enquanto isso, no dia 16.02.86 (domingo) na Agrópolis do GETAT, em Marabá, acontecia uma festa de despedida do Presidente do GETAT. Ele deixou o cargo porque vai se candidatar a Deputado Federal nas eleições de novembro deste ano. A despedida se deu regada a cerveja e Whisky com churrasco de 8 bois, onde foi lançada a sua candidatura. Muitos dos presentes vestiam camisas com o slogan "Asdrúbal 86, a voz do Sul do Pará na Constituinte".

Muitos fazendeiros e políticos da região do Araguaia Tocantins se fizeram presentes ao acontecimento, ocasião em que foram feitos diversos pronunciamentos aluzivos ao lançamento de sua candidatura e ao "maravilhoso" (aspas por minha conta) trabalho desenvolvido durante os oito meses em que esteve na presidência do GETAT. O presidente interino, (que poderá ficar até a extinção do GETAT) Engenheiro Pedro Marques da Silva, em sua oração, durante a solenidade, disse que na sua gestão não vai demitir ninguém dos quadros do GETAT e como Presidente do órgão fará o que por possível para apoiar a candidatura de seu antecessor a Deputado Federal. Disse ainda, o atual Presidente do GETAT, "que vai dar continuidade ao trabalho de Asdrúbal Bentes, um trabalho que, conforme afirmou, acontece profundamente, pois juntamente com Asdrúbal, ajudou a montar sua estrutura. Confirmou que "Asdrúbal terá o apoio integral do GETAT e de todos os funcionários", acrescentando ainda que "não faremos nenhuma mudança porque time que está ganhando não se mexe", concluiu Pedro Marques da Silva, o novo Presidente do GETAT. (Anexo 18).

Se houve mudança na Presidência do GETAT, no Mirad não houve.

A edição de 19.02.86, da revista Veja, (Anexo 19) que nesta semana circulou no País com 701.000 exemplares, traz uma reportagem com o Ministro Nelson Ribeiro, de Mirad. Segundo a reportagem, o Ministro, após audiência de poucos minutos, com o Presidente da República, em 05.02.86, arrasado disse: "Espero que o meu sucessor tenha forças e prestígio para fazer tudo aquilo que eu não consigo seguir".

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

Fundado em 23 de outubro de 1984

CGC 04 303 442/0001-68

Endereço Provisório: Av. Itacaiúnas, 2105 - Cidade Nova - Caixa Postal - 111

CEP 68 500 - Marabá - Pará - Brasil

A partir daí o Ministro viveu 24hs de completa amargura: os jornais do dia 06.02.86 anunciavam a queda do Ministro. Como chefe já destituído de qualquer autoridade, o Ministro foi vítima da vingança de vários funcionários descontentes com sua administração. Até máquinas de escrever tinham desaparecido, que tornaria difícil redigir até um memorando. Todo o material de trabalho do gabinete fora minuciosamente conferido. Em fim, o Ministro passou 24hs de sufoco. Só respirou melhor quando 24hs depois, foi chamado pelo Presidente da República, quando este lhe garantiu a permanência no cargo. Aí o Ministro desbafou: " a bagunça era tamanha que pensei que iam me matar". Portanto, não houve mudança na Direção do Mirad. (documento anexo).

Agora com a nova composição ministerial do Presidente da República, anunciada pelo próprio à Nação, em 14 de fevereiro de 86, composição esta que está como dizem: " mas para a direita do que para o centro", o Ministro Nelson Ribeiro para comandar sua parte e levar adiante o Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil, dispõe de 2,1 trilhões de cruzeiros, para este ano de 1.986. Ano em que a Sociedade Brasileira de DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE - TFP, conclama a todos os fazendeiros do País a defenderem-se, à mão armada, contra quem tentar invadir suas propriedades; Ano em que o Papa João Paulo II já lançou no Brasil a Campanha da Fraternidade com o slogan : " TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS; Ano em que a Central única dos Trabalhadores - CUT e setores progressistas da Igreja Católica se manifestam em favor do dia Nacional de ocupação das terras improdutivas;

Enfim, ano em que serão realizadas eleições visando a elaboração de uma nova Constituição da República Federativa do Brasil, a lei maior do País.

Marabá, fevereiro de 1.986

ADEMIR MARTINS DOS REIS

Presidente do CEPASP.

Participou também ALBERTINA S. MOREIRA REI

SENHOR MINISTRO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Os trabalhadores rurais do sul e sudeste do Pará reunidos em Encontro Regional, em Marabá, de 2 a 4 de dezembro de 1985, com total de 210 participantes, diante do estarrecedor quadro de violência e conflitos de terra na região, vem apresentar a V.Exa. as suas denúncias e reivindicações através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Marabá, Itupiranga, Tucuruí, Jacundá, Conceição do Araguaia, Xinguara, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São João do Araguaia, da CONTAG e da CUT.

Os conflitos de terra continuam se multiplicando na região, e já atingem 67 áreas. Os trabalhadores rurais sem terra, conforme revela levantamento inicial realizado pelos sindicatos em nossos municípios chega aproximadamente a 30 mil famílias.

Somente em 1985, a nossa região foi palco de 37 assassinatos de trabalhadores rurais e de uma religiosa, ocorrendo inclusive chacinas como as de Surubim, Ubá e Princesa.

Em maio deste ano, na área de Surubim a mando do Sr. João Almeida, de Marabá, os pistoleiros comandados por "Sebastião da Terezoa", em uma de suas investidas atacaram com todos os requintes de crueldade uma família inteira, assassinando o esposo, a mulher e um cunhado. Depois de violentar a mulher os pistoleiros queimaram o seu corpo e possivelmente o de uma criança de 2 anos, cujo corpo não chegou a ser localizado.

No dia 13 de junho, na área de Ubá, sob o comando do mesmo pistoleiro "Sebastião da Terezoa", com a participação do pretendente da área Edmundo Vergulino, 8 trabalhadores foram barbaramente assassinados. O referido pistoleiro, embora tenha chegado a ser preso, encontra-se em liberdade.

No dia 27 de setembro, chacina de Princesa, pistoleiros chefiados por Marlon Pídde Lopes amarraram e torturaram 5 lavradores em cima de um formigueiro, matando-os a tiros e jogando os corpos no Rio Itacaiúnas, em Marabá.

O aumento dos conflitos pela posse da terra e a intensificação da violência, acontecem pela não realização da reforma agrária, e em razão da total impunidade dos assassinos e seus mandantes, embora amplamente denunciados. Os latifundiários desta forma se sentem ca

Recbi
04/12/85
[assinatura]

da vez mais a vontade para reforçarem seus exércitos particulares de jagunços espalhando o terror e a insegurança entre os trabalhadores.

A atuação do poder público não tem sido suficiente nem sequer para frear essa situação e, em muitos casos, vem favorecendo os latifundiários, através da participação da polícia militar e civil em despejo, até mesmo sem mandado judicial. A polícia federal chegou a pressionar trabalhadores a desocuparem suas posses em Mãe Maria - Marabá.

A política de conciliação do GETAT tem contribuído ainda mais para retardar a solução dos graves problemas de terra na região.

Diante do exposto, reivindicamos a implantação da reforma agrária com a efetiva participação e controle dos trabalhadores, através da imediata desapropriação e/ou regularização das áreas de conflito, e da desapropriação dos latifúndios e a distribuição dessas áreas em lotes de 100 hectares aos trabalhadores, acompanhada das medidas necessárias de política agrícola e infra estrutura.

Segue, em anexo, uma relação com as áreas de conflito e dos latifúndios da região.

Exigimos, ainda, a rigorosa e imediata apuração e punição dos criminosos e seus mandantes, bem como a revogação da legislação autoritária que criou o GETAT.

Estiveram presentes neste encontro as seguintes entidades de apoio:

Movimento dos Sem Terra

CPT Norte II

CPT Araguaia Tocantins

MEB de Marabá e Conceição do Araguaia

Diocese de Marabá e Conceição do Araguaia

SAGRI de Marabá

Associações de Moradores da Cidade Nova e Nova Marabá

Associação dos Professores de Marabá

Associação dos Moradores de Morada Nova

Marabá-Pa, 04 de dezembro de 1985.

STR de Marabá

STR de Itupiranga

STR de Tucuruí

STR de Jacundá

Antônio Francisco da Silva
Francis Pereira Lopes
Raimundo Costa da Silva
Luiz de Jesus da Silva Aguiar

STR de Conceição do Araguaia Felipe Alves de Macedo
STR de Xinguara Mario da Gama, Paulo
STR de Redenção Edoardo da Silva
STR de Rio Maria Expedito Ribeiro de Souza
STR de Rondon do Pará Benedito da Silva de Oliveira
STR de Santana do Araguaia Matias da Silva Ribeiro
STR de São João do Araguaia Francisco de Moraes Soares
CONTAG Aluisio de Paula
CUT Antonio de Souza

MUNICÍPIO	ÁREAS / CCNFLITO	ÁREAS P/ S/ DESAPROPRIADAS	LEVANT. S/TERRA	CAUSAS DA VIOLÊNCIA
MARABÁ - Gleba Café (Itacaiúnas) Est. Rio Preto		FAZENDA TARTARUGA " ITACAIÚNAS " ANAJÁ " PAULO AFONSO " SÊCO GRANDE " DOURADA " CAPIXABA " NOVA ALEGRIA " PAU PRETO " TALISMÃ " ROSÂNGELA " SANTO ANTÔNIO " SAPECADO ÁREAS PARA SEREM CONFISCA- DAS: FAZENDA PRINCESA " ARAPARI " CIB S/A " PARAÍBA IGARAPE FEIO AO SURUBIM	2.011	Grandes áreas privadas em que os fazendeiros não dei- xam Má administração do GETAT
MARABÁ = CARAJÁS EL DORADO	FAZENDA ALTER VERDE " PEDRA FURADA " ÁGUA FRIA " MOTOR QUEIMADO " BOCA DO CARDOSO	FAZENDA ALTER VERDE " PEDRA FURADA " ÁGUA FRIA " MOTOR QUEIMADO	800	Má distribuição das terras
MARABÁ = CARAJÁS CURIONÓPOLIS		FAZENDA MACAXEIRA " DOS MIRANDA ÁREA DA C.V.R.D. " DO KM 16 À S. PELADA FAZENDA DO TILIM	895	" " " "

MUNICÍPIO	ÁREAS / CONFLITO	ÁREAS P/ S/ DESAPROPRIADAS	LEVANT.S/ TERRA	CAUSAS DA VIOLÊNCIA
MARABÁ = CARAJÁS PARAUPEBAS	FAZENDA RIO BRANCO " MARIBONDO " BOM JESUS " SANTA MARIA	FAZENDA RIO BRANCO " MARIBONDO " BOM JESUS ÁREA DO ESTADO	4.000	Má distribuição das terras
MARABÁ - MORADA NO VA (km 12)	PAU SÊCO ÁGUA PRETA FLEXEIRA	MÃE MARIA CASTANHAL FORTALEZA ÁGUA PRETA FAZENDA MURIAÉ " ALTO BONITO " BOM JESUS	9.930	Porque o trabalhador não tem terra. Falta de providências do GETAT
MARABÁ - SEDE	BAIRRO DA LIBERDADE		101	
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	OITO ÁREAS NÃO REGULADAS	6 ÁREAS FAZENDA JONCOM " TRÊS MORROS " INGÁ " SANTA MARIA " JAPETINGA LOTE 19 e 21	160 (inscritos)	Política de concentração desde Pedro Álvares Cabral. Pelo tipo de capitalismo, duas classes: pobres e ricos. Massacram os trabalhadores. Aumentou na N. República, com a Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará
REDEÇÃO	ARRAIAPORÃ FAZENDA SANTA TEREZA	ARAÇATUBA GUARAPARÃ CUNHA SERRA AZUL CHAPARRAL BACURÍ CAPU VACA BRANCA POLIANA SANTA TEREZA ARRAIAPORÃ	173 cálculo geral: 6.000	- Fome - Corrupção - Monopólio das terras nas mãos dos grandes - Estrutura do país - Política fundiária volta da para os grandes

MUNICÍPIO	ÁREAS / CONFLITO	ÁREAS P/ S/ DESAPROPRIADAS	LEVANT.S/TERRA	CAUSAS DA VIOLÊNCIA
RIO MARIA	FAZ. CANAÃ VALE DA SERRA GLEBA CABACEIRA FAZENDA CICAL FAZENDA SANTA MARIA	VALE DA SERRA SÃO ROQUE FAZENDA CICAL CANÃA GRUPO MAGINCO GRUPO MARINGÁ BANACH	115 - levant. 3.000 - geral	Fome do trabalhador Corrupção desenfreada Monopólio das terras nas mãos dos grandes Estrutura montada Política fundiária volta- da para os grandes
SANTANA	COLÔNIA VERDE BRASI- LEIRA FAZENDA KISHADAR	FAZENDA MANAH FAZENDA KIXADÁ FAZENDA CAMPARÁ FAZENDA SÃO SEBASTIÃO FAZENDAS AGROPECUS, ALDEIA, INAJÁ PECUÁRIA FAZENDA CAPSS, ALÔ BRASIL, SANTA FÉ, CAMPO ALEGRE, JAHÚ, PRAINHA, SANTA LÚ- CIA, RIACHUELO, CODESPÁ, FAZENDAS LUNARDELLI FAZENDA SANTA CRISTINA FAZENDA INAJÁ PORÃ, VOLKS	728 10.000 lavrado res	
XINGUARA	MUSA, JUSSARA, MUCUIM FLOR DA MATA, ETAÓ, BRASÍLIA, CANADÁ, CAIAPÓ, GLEBA 10, SURUBIM, DOIS IRMÃOS, FORMIGA, CAJUEIRO, TABOCÃO, TERRA NOVA, PEDRA DO ALMOÇO, FORTALEZA, PAU FERRA DO, MARAJOARA, LOTE 160 DA TUPÃ	CIB, TABOCÃO, TERRA NOVA, PAU FERRADO, GORGULHO, PACU, LIMÃO, DOIS IRMÃOS, LIMPEZA, CAJUEIRO, FORMIGA FORTALEZA, PEDRA DO ALMOÇO LOTE 160 DA TUPÃ LOTEAMENTO ITAIPAVAS: Lo- tes 147, 142, 143, 126, 127, 134 SERRA DAS ANDORINHAS CARREIRO PRETO	15.600	Existência de lavradores sem terra, Polícia mili- tar, polícia federal, organização do latifúndio influência de políticos, falta de justiça, a deci- são e a morosidade dos po- deres públicos em relação a questão da terra. Desrespeito aos direitos hu- manos. Ação do GETAT em

MUNICÍPIO	ÁREAS / CONFLITO	ÁREAS P/ S/DESAPROPRIADAS	LEVANT.S/TERRA	CAUSAS DA VIOLÊNCIA
XINGUARA (Continuação)	LIMPEZA, GORGULHO, PACU, ALTO BONITO	SANTA ROSA, ETAÓ, BRASÍLIA CANADÁ, JUSSARA, CAIAPÓ, MUSA, MUCUIM, CELETÁ SURUBIM, NOVO MUNDO, TERRAS DO GRUPO QUALHADA, GAMELEIRÁ, FIGURÁS, CAJUEIRO, CATITU, SORORÓ FAZENDA SÃO JOSÉ, CASTANHAL		favor dos grandes Organização dos fazendeiros Repressão em cima dos tra- balhadores rurais.
ITUPIRANGA		ÁREAS DE: MANOEL RIBEIRO (DEPUTADO FEDERAL), AILTON MINEIRO, VITÓRIO, DIONÍSIO CLEIDÉ, FILHO DO OZANIR, RENAN, CLÁUDIO LOCALIZADAS NA PA-150. ÁREA ENTRE O RIO DO MEIO E O RIO DA ESQUERDA FAZENDA HIDROSERVICE ÁREA PARAKANA	3.400	Os fazendeiros seguram a terra, a terra passou a ser capital, o governo per- mite a concentração da terra.
JACUNDÁ	OSANIR SILVA ZEQUINHA	ÁREAS DE: ZEQUINHA, OSANIR ELIMAURO, DR. MARCOS, ANTONIO BRITO, CHIQUITO, DR. ARMANDO, JOAQUINZÃO. FAZENDA MORAM MADEIRA	550	Grandes Projetos, grandes fazendas, concentração de terras, ganância do capi- tal principalmente grupos estrangeiros, GETAT e ITERPA legalizam as grandes fazendas, má atuação da justiça que não apura os crimes contra posseiros
RONDON DO PARÁ	BARONESA, ROLDÃO	ERMILINIO MORAIS, CAMARGO	75	mesmas de Jacundá

MUNICÍPIO	ÁREAS EM CONFLITO	ÁREAS P/ S/ DESAPROPRIADAS	LEVANT.S/TER.	CAUSAS DA VIOLÊNCIA
RONDON DO PARÁ (Continuação)	CAMARGO CORREA, OURO VERDE	CORREA, ROLDÃO, PACHECO, OURO VERDE, SANTA ROBA, CINCO IRMÃOS, BARONESA, ALOISIO, ERMINIO, SANTO ANTÔNIO, FAZENDA DO ALÉ MÃO, PARAIBA, LEZINHO BAIANO, FAZENDA DA MACO NHA		
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	CUXIÚ, ALMESCÃO, CONSUL TA, EMBAOBAL, FLECHEIRA CROÁ, OITO BARRACAS, BRASISPANHA	MARIA MOUSSALÉM, ÁGUA FRIA, VENEZA, SURUBIM ARAGUAIA, FAZENDA DO JEOVÁ, FAZENDA DO PECÍ- LIO, CASTANHAL UBÁ OU ARARA, PASTORIZA	2.000 (faltou fazer o levantamento em 12 povoados)	Má distribuição das terras Latifúndios
TUCURUÍ	ÁREA DA AERONÁUTICA COM 3.000 FAMÍLIAS FAZENDA LADÁRIO	FAZENDA LADÁRIO (ESTRADA TRANSCAMETÁ) - 19 GLEBAS DE 600 ALQUEIRES. ABERTURA DE 60 ALQUEIRES	400 (já no GETAT) 3.000 famílias (Aeronáutica)	Má distribuição das terras pelo GETAT e pela ELETRONOR TE aos desapropriados.

FATOS RELATIVOS À MORTE DA IRMÃ ADELAIDE E DO BALEAMENTO DO DELEGADO SINDICAL ARNALDO, OCORRIDOS NO DIA 14.04.85

Os fatos contados aqui tem um caráter reservado e confidencial: Trata-se do assassinato da IRMÃ ADELAIDE MÓLINARI e do Baleamento do Delegado Sindical ARNALDO DELCÍDIO FERREIRA.

Diante da Lorosidade, da Corrupção e Incompetência da Polícia para apurar os fatos, não nos é possível ter confianças e não/sabemos a quem falar o que apuramos até hoje. É claro que todos os fatos precisam ser verificados- apurados por policiais de inteira confiança e de competência, pois envolvem pessoas que correm risco de vida, se aparecer às claras os nomes dos envolvidos.

Desde muito tempo, o Delegado Sindical ARNALDO DELCÍDIO/ FERREIRA, se sentia ameaçado quando tomou a defesa dos posseiros da Pedra Furada e da área do GRILLO, áreas pretendidas pelo dono da Fazenda ALTER VERDE (Km 7, estrada da Serra Norte, município de Marabá) ALOÍSIO R. VIEIRA que se diz advogado, diplomata de carreira e conselheiro de Embaixada. Faz mais de um mês, Arnaldo pediu garantia de vida na Delegacia Regional de Marabá, dirigida pelo Delegado ELECTO/ REIS- nenhuma providência foi tomada.

Aconteceu que, no domingo 14 de abril, Arnaldo, voltando de Marabá, conversava com a Irmã Adelaide na Rodoviária da Vila El Dorado (Km 2, estrada Serra Norte) quando um pistoleiro que estava na "espera" atirou nas costas do Arnaldo: a mesma bala que perfurou o ombro do Delegado, atingiu mortalmente a Irmã na jugular. Várias pessoas viram o crime.

Uma das testemunhas principal é SEBASTIÃO ALUZINON MORENO, que trabalha na fazenda Flôr da Mata e reside na Rua 7 de junho, nº 1329. Ele prestou depoimento no dia 15 de abril na Delegacia Regional de Marabá. Encontrei-o e ele me contou que, vindo de ônibus da Sapucaia (município de Xinguara) para Marabá, o ônibus encostou em El Dorado, lá na hora da saída, ele escutou um tiro, pulou pela janela/ e correu atrás do Pistoleiro; por duas vezes, o pistoleiro disparou/ contra ele. Mais em frente o pistoleiro entrou numa Serraria ameaçando-o com uma faca, desaparecendo logo em seguida. Sebastião voltou /

na rodoviária chamou os 2(dois) policiais presentes para perseguirem o assassino, porém, os mesmos recuaram-se, foi então que junto a comunitários ele cuidou da Irmã que já estava nos últimos instantes de sua vida, levando-a de carro até o "Km 30"(CURIONÓPOLIS), falecendo no Km 16. Sebastião entregou o corpo às irmãs colegas de irmã Adelaide em Curionópolis. Na segunda-feira, dia 15.04.85, Sebastião foi chamado a depor na Delegacia Regional de Polícia de Marabá.

O advogado contratado pela Diocese, Dr. Paulo Pinheiro, chegando em Marabá no dia 29 de abril de 1.985, dirigiu-se ao Delegado Regional de Polícia em Marabá, Dr. Electo Djalma Reis, afim de saber como estava o andamento do inquérito, qual não foi sua surpresa e decepção ao ver que, só haviam sido tomados dois depoimentos, quando no local do crime encontravam-se inúmeras pessoas, vendo também que não existia laudo de necrópsia da irmã Adelaide, bem como o suspeito de ter sido o mandante, fazendeiro Aloísio Vieira, que tinha intriga com o posseiro Arnaldo Delcídio, em face deste defender os posseiros que ocupam uma área reclamada pelo latifundiário, não havia sido interrogado pelo Delegado e nem havia disposição do mesmo para fazê-lo. Enfim, os decortes de jornais de Belém que enviamos em anexo, contém muito mais informações sobre o crime, de que o inquérito policial, Lembramos mais uma vez que o crime ocorreu em um local público(rodoviária), na presença de inúmeras testemunhas e o depoimento das mesmas não foi tomado. Por quê?

Por outro lado, no dia 15 de abril, compareceu na Igreja de Curionópolis, onde o corpo estava sendo velado, dois policiais, acompanhados pelo médico da Fundação SESP, da localidade, onde foi feita autópsia, tal autópsia não aparece no inquérito, por quê?. Na parte da tarde do dia 15/04, 24hs após o assassinato, policiais civis entraram na Igreja de Curionópolis de forma arrogante e abusiva, empunhando carabinas, num total desrespeito a casa de Deus, e ao povo que estava no velório, querendo levar o corpo para Marabá, o povo não permitiu que o corpo fosse levado.

No dia 16/04, a irmã Lourdes, colega de irmã Adelaide, fazendo uma ligação telefônica no posto da Telepará de Curionópolis para o nosso Bispo, encontrou o fazendeiro Aloísio Vieira, principal suspeito de ser o mandante, acompanhado de um policial, fazendo uma ligação/

telfônica para o Rio de Janeiro, pedindo Cr\$ 10.000.000 e os presentes que ele devia receber, o acompanhamento da polícia ao fazendeiro suspeito de ser o mandante, tem sido constante desde o fatídico dia 14 de abril, em que nossa querida irmã foi assassinada. A polícia ao invés de procurar apurar e colocar os responsáveis por ato, tal ato bestial atrás das grades, é conivente com os suspeitos, dando-lhes total proteção, o que somente será revolta e desconfiança por parte de nosso povo.

Na mesma semana do crime, fomos informados de que houve uma reunião na fazenda "Alter Verde", de propriedade do suspeito Aloísio Vieira, onde cerca de 25 a 30 "fazendeiros" da região, decidiram colocar cada um, dois a três homens à disposição do suspeito, como se achasse pouco a proteção policial.

Diante do descaso e ineficiência da polícia, decidimos / juntamente com vários membros da CEB'S de Marabá, sair a cata de informações sobre quem matou irmã Adelaide, pois é costume da região os pistoleiros não se retirarem após consumarem seus crimes e ainda vangloriar-se em rodas de bebedeiras, o resultado de tais investigações / é o seguinte: Dona Maria que mora na Rua Martinho Mota, minha vizinha e que vende perfume da AVON, veio ultimamente me informar que dois / dias após o crime vendendo perfumes para mulheres na Boite Chanel, cuja proprietária se chama Ina. As mulheres que trabalham na Boite contaram que um pouco antes de escurecer na noite do crime, entrou um homem transtornado e muito nervoso, dizendo que tinha acabado a carreira dele, pois, querendo atirar num cara acabou matando uma freira. As mulheres duvidando não acreditavam, mas ele prosseguiu dizendo que foi na rodovia do Km 2, falando ainda ter sido perseguido por um cara, e que disparou dois tiros nele sem contudo atingi-lo e que o seu perseguidor se voltou para trás, quando ele puxou uma faca, mesmo nervosas e preocupadas as mulheres deram o nome "Zé de Bomba", que acabamos identificando mais tarde com um ex-jogador de futebol do time Banjú de Marabá, que reside em uma casa na Rua do Cabelo Seco, prolongamento da Av. Antonio Maia, entre os números 466 e 472. Esta pessoa / tem o seguro tipo físico descrito pelas testemunhas oculares do assassinato.

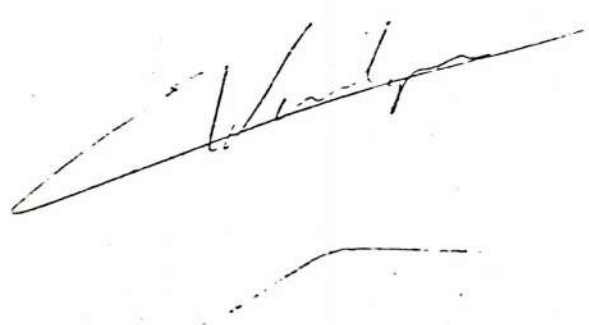
Logo após o assassinato antes do conhecimento destes fatos

esteve em Marabá a mando do Secretário de Segurança Pública do Estado, o Tenente-PL, de nome Roberto que entrou em contato comigo para/colher as informações que eu tinha, mas parece que o Tenente não se encontra mais em Marabá, pois desde o dia 17 de abril, o último contato que tive com ele, nunca mais o mesmo apareceu.

No sábado, dia 20 de abril pela manhã recebi a visita do Procurador do INCRA, Dr. Sinas, a mando de Vossa Excelência, ele veio acompanhado do Dr. Quixabeira, alto funcionário do GETAT em Marabá, estando presente também Ademir Martins dos Reis, presidente do PMDB de Marabá, que eu tinha pessoalmente convidado para a conversa, informamos com detalhes tudo que nós tínhamos conhecimento, porém, /estranhamos o fato de ele não ter feito nenhuma anotação, de nomes, datas, etc..., e não estávamos à vontade na presença do Dr. Quixabeira, entregamos para ele vários documentos sobre questões da região e ele informou-me que foi mandado também para Altamira, região altamente conflitiva, como é do conhecimento de Vossa Excelência, mas que / não era possível chegar até lá por falta de tempo. Estranhamos a presença dele sair, e também o fato de não deslocar-se para Altamira, vista que lá também existem sérios conflitos.

Encontrando as Irmãs colegas de Irmã Adelaide, dias de - pois elas informaram-me que ele as havia procurado, porém sua visita às Irmãs foi igual a visita à minha casa, não procurando inteirar-se dos detalhes do crime e sempre desviando o assunto, querendo falar / sobre trivialidades, sugerindo que as Irmãs remetessem ao Ministro / Extraordinário dos Assuntos Fundiários um telegrama de agradecimento pela visita feita por ele.

Marabá-PA, ... 21 ... de ... Maio ... de 1.985



CHACINA DE TRABALHADORES RURAIS EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA.

No dia 13 de junho de 1985, por volta das 8 horas da manhã, no Km 30 da Transamazônica, no Castanhal Ubá, em São João do Araguaia, sob o comando do Sr. Edmundo Virgulino, seis pistoleiros chacinaram trabalhadores rurais.

O F A T O

Utilizando um táxi Corcel II branco, de sua propriedade, Edmundo chegou na área, acompanhado de 6 pistoleiros, sendo que um era empregado seu, de nome "Santinho". Imediatamente, às margens da rodovia Transamazônica, em área do DNER, em plena luz do dia, chacinaram de maneira brutal e fria, João Evangelista Vilarins, casado, 30 anos, pai de dois filhos menores, e Francisco Pereira Alves, solteiro, 18 anos.

Em seguida, os mesmos continuaram a sua viagem de terror e morte pela rodovia. No caminho encontraram o lavrador Manoel Guedes, querendo matá-lo no ato. Foi quando um dos pistoleiros, de nome Evandro Guedes, reconheceu Manoel como sendo seu irmão, ordenando-lhe que corresse, porque senão seria morto. Pegaram a estrada que vai para a Consulta, passando na casa dum morador conhecido como Raimundo e dirigiram-se para o local da outra chacina. Sempre acompanhados de Edmundo Virgulino, massacraram os trabalhadores rurais Luis Carlos Pereira de Souza, casado, de 32 anos e Januário Ferreira Lima, 27 anos e uma mulher chamada Francisca, 13 anos, grávida de 4 meses, sendo que seu marido, de nome Adércio de Souza está desaparecido. As duas barracas que esses trabalhadores ocupavam foram queimadas, com todos os pertences dentro.

Também foram feridos, à bala, os trabalhadores rurais João Freitas de Amorim, 45 anos, no joelho direito e Manoel Cezar Ribeiro, 22 anos, na mão direita. Os mesmos fizeram curativos no SESP de Marabá, não se sabendo até agora seu paradeiro.

Informados desses fatos por trabalhadores que conseguiram escapar da bestialidade de Edmundo e seus sequazes, comunitários e familiares foram imediatamente resgatar os corpos de João Evangelista Vilarins e Francisco Pereira Alves, às margens da Transamazônica, no Km 30. No sábado, o sargento PM Sebastião, responsável pelo destacamento de São Domingos do Araguaia, requisitou o carro Toyota da Sagri, para se deslocar até a estrada da Consulta e fazer o levantamento da situação. Lá encontrou 2 corpos. Como já estava escurecendo, teve que voltar à São Domingos.

No domingo, articulou-se uma comitiva composta de membros da CPT local, do Diretório do PMDB de São João do Araguaia e Marabá, o soldado PM Alcântara de São Domingos, dois repórteres da Revista "ISTO É" e moradores de São Domingos para fazer uma visita à área. Chegando, encontraram dois corpos em estado de putrefação, sendo de Januário e Luis Carlos. Descobriu-se ainda, pela presença de urubús, um terceiro corpo, o da mulher grávida de nome Francisca. Voltando à Marabá, o advogado da CPT, na segunda-feira, foi até a delegacia regional de polícia do Sul do Pará solicitar a ida até a área do médico legista. Neste mesmo dia, à tarde, membros da CPT, um investigador de polícia e o legista voltaram à área para fazer a autópsia.

Na terça-feira, não tendo a polícia condições de fazer o seu trabalho, o advogado da CPT, acompanhado pelo Coordenador, dirigiu-se para São Domingos, a fim de conduzir as testemunhas para deporem na Delegacia Regional de Marabá. Chegando em São Domingos, às 15:45 hs, foram informados de uma nova chacina na Vila Ubá, localizada no Km 40, em tronco de São João do Araguaia. Após informar a CONTAG em Brasília a equipe, acrescida de moradores e sindicalistas de São Domingos, foi até a Vila Ubá. Lá confirmaram que às 15:30 hs do mesmo dia, 3 homens: um forte, um barbudo e um fino, alto e branco entraram na casa do trabalhador rural José Pereira da Silva, animador de comunidade, conhecido como Zé Pretinho, começando imediatamente o massacre, atirando e matando José Pereira da Silva, casado, 5 filhos e Waldemar Alves de Almeida, casado, 35 anos, 4 filhos. Waldemir da Conceição, irmão de Waldemar, presenciou tudo, conseguindo escapar.



FOTOS ED YOGRIAN

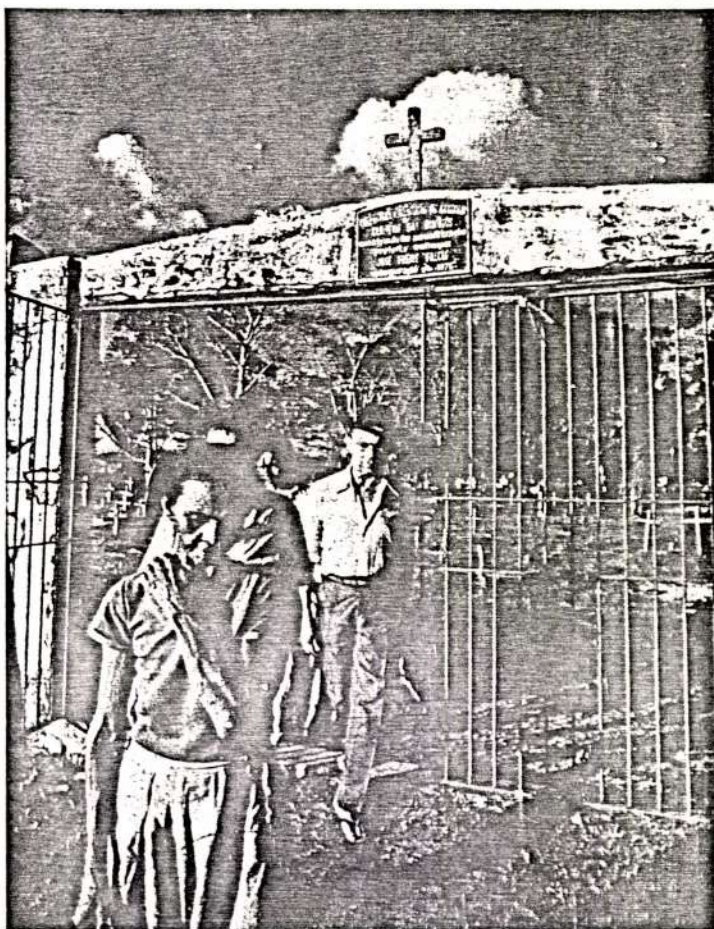
Zé Pretinho, ao fundo, descobre o corpo de uma mulher grávida: dois dias depois é assassinado

SOCIEDADE

Lei do cão no Araguaia

Oito posseiros mortos no massacre da Fazenda Ubá, no Bico do Papagaio

O líder comunitário católico José Pereira da Silva, o Zé Pretinho, um atarracado caboclo goiano de 31 anos, armado com um velho rifle de caça, se embrenhou, às 11 horas de domingo, 16, na mata, no ermo quilômetro 36 da rodovia Transamazônica. Junto com ele, mais doze homens, todos igualmente armados. Estavam buscando os corpos de cinco companheiros, posseiros como eles, assassinados, três dias antes, nas redondezas. Pouco depois do meio-dia, Zé Pretinho localizou, numa pequena clareira, o cadáver seminu de uma mulher grávida. Os homens trocaram olhares revoltados. Na terça-feira, 18, perto dali, na sua casa, às 15h30m, Zé Pretinho também foi assassinado. É a implacável lei do faroeste no Sul do Pará.



À saída do cemitério: a dor dos parentes



Vergolino: direito para matar

Nessa região, encravada exatamente na ponta do chamado "Bico do Papagaio" (ver mapa), onde o conflito agrário é mais agudo do que em qualquer outro lugar do país, chegou a hora da verdade. De um lado, posseiros como Zé Pretinho, sem um palmo de terra de onde tirar seu sustento. De outro, fazendeiros dispostos a pegar em armas para defender suas propriedades contra todos que tentarem resolver fazer a reforma agrária por suas próprias mãos. Se no ano passado o Sul do Pará já detinha a liderança isolada em violência, com 21 mortes registradas, na semana passada a luta recrudescceu. Oito mortos foram encontrados - entre eles Zé Pretinho - só em uma fazenda, a Ubá, um latifúndio de 42 milhões de metros quadrados, de onde só se tira a castanha, nativa da mata amazônica, nos meses de chuva, de propriedade de José Edmundo Vergolino, 48 anos, descendente de uma tradicional família de Marabá, a segunda cidade do Pará.

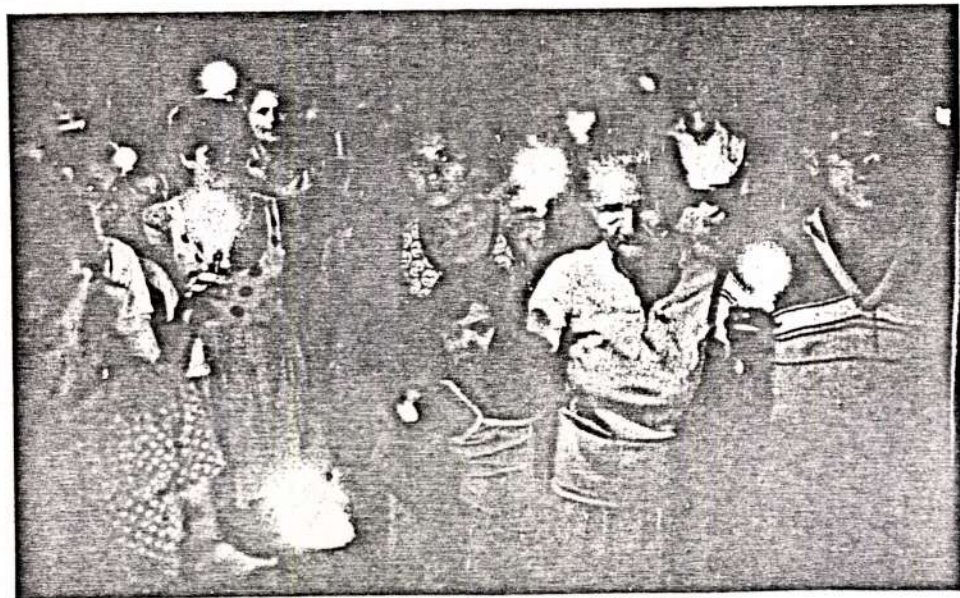
Acostumado à tradicional impunidade dos ricos da cidade, Vergolino saiu às 7 horas da manhã, de Marabá, no seu próprio táxi, um Corcel branco, levando



Os corpos de Luís Carlos e José: por um pedaço de terra



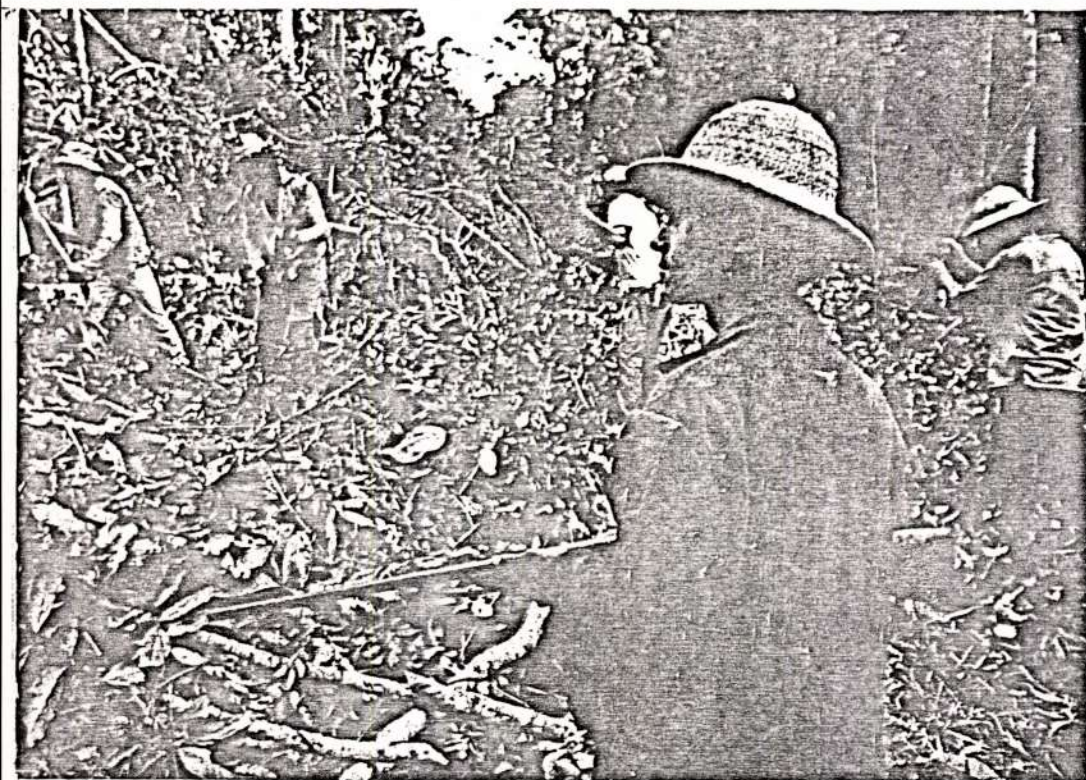
quatro pistoleiros para "limpar" sua fazenda dos "invasores", que armaram barracas e começaram a "brocar" - limpar a mata - para plantar. Por volta das 8 horas, parou na primeira barraca, à beira da estrada, e começou o massacre: dois mortos e a barraca incendiada. Minutos depois os pistoleiros penetravam numa picada no quilômetro 36 - a mesma em que Zé Pretinho entraria no domingo e encontraria mais três corpos. No domingo mesmo foram sepultados no pequeno cemitério da vila de São Domingos, município de São João do Araguaia, João Evangelista Vilarinho, 30 anos, e Francisco Ferreira Alves, 17. Os corpos de Luís Carlos Pereira de Souza, maranhense de Santa Inês, 32 anos, de José Gonçalves de Souza, 27, e da mu-



Procissão chora os mortos e pede terra, guiada pelo...



...padre Cogozzi



Trabalho nas fazendas: vigias contra os "invasores"

Messias: salvo pelo sangue

FOTOS ED VOGIANN

lher não-identificada permaneceriam insepultos na mata, sem ninguém que os reclamasse.

Antes da missa, sob a noite estrelada da vila de São Domingos do Araguaia, centenas de velhos, casais e crianças arrastaram seus pés numa longa procissão, carregando velas e chorando seus mortos. Ao lado de imagens de Cristo, levavam também faixas pedindo justiça. Os cânticos não evocavam apenas a justiça divina. "Já chega de tanta promessa/ já chega de tanto esperar/ a terra na raça ou na garra/ na lei ou na marra/ nós vamos tomar", brandia o coro de vozes agudas, comandado pelo padre José Cogozzi, um meridionale italiano de Salerno, de 31 anos. A ladainha puxada pelo pároco de São Domingos do Araguaia não é, certamente, a que mais agrada aos fazendeiros da região. Tanto mais porque os refrões do padre Cogozzi e os sermões do bispo de Marabá, dom Alano Pena, vêm sendo acompanhados pela ocupação de fazendas e a expulsão de seus proprietários pelos posseiros. Próximo a São Domingos do Araguaia, a Fazenda Niterói, de cerca de 3 mil hectares - toda de castanhais - foi ocupada por posseiros. O proprietário, Antônio Gonçalves dos Santos, o "Tonico Doido", foi atingido por um tiro no ombro e a sede da fazenda, incendiada. Hoje há cerca de duzentas famílias nas terras de Tonico e ele reclama que não pode sair de sua casa em Marabá, porque se sente perseguido.

Invasões como a da Fazenda Niterói, somadas ao anúncio pelo ministro do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, o paraense Nelson Ribeiro, de que a reforma começaria pela região do

Bico do Papagaio, fizeram as tensões se agravar na região. Vergolino exhibe o título de propriedade de sua terra, de 1928, dando a seus avós a posse da Fazenda Ubá. Ele mostra também a cópia de várias cartas pedindo providências à Polícia Federal, à Polícia Militar e ao governo para que tirassem os invasores de suas terras. Todas sem resposta. Ele resolveu, então, emendar um erro com outro pior. Assim entendeu o governador do Pará, Jader Barbalho, que estava em

Brasília, na terça-feira, justamente conversando com dom Alano Pena, quando soube do segundo massacre da Fazenda Ubá. Imediatamente intimou o delegado de Marabá, Electron Reis, a interromper mais uma de suas freqüentes "férias" em Belém e determinar a prisão do fazendeiro.

Uma das testemunhas do massacre da Fazenda Ubá escapou da morte por um triz: Manuel Messias Guedes de Souza, 23 anos, três filhos, que estava no barraco onde foram mortos Vilarinho e

Reforma mobiliza brasilguaios

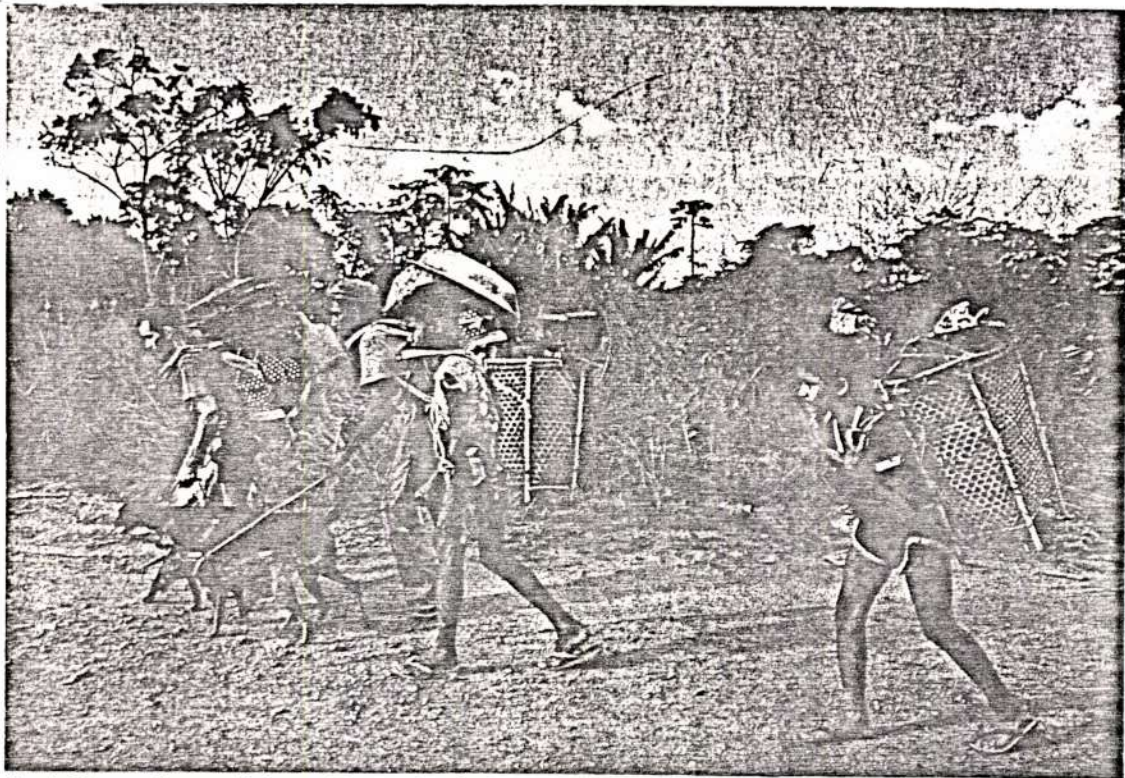
A ligação entre Paloma e Saltos del Guairá, no Paraguai, é feita por uma estrada de terra vermelha, esburacada e cheia de curvas, num total de 36 quilômetros. Auristão Gomes Ataíde, 34 anos, um paulista criado no Paraná, fez aquele percurso de ônibus na quinta-feira passada, chegando às 8h15m da manhã a Saltos del Guairá, cidade de 10 mil habitantes, na fronteira com o Brasil. Integrante, há quatro anos, do contingente dos *brasilguaios* - cerca de 400 mil brasileiros que procuram ganhar a vida nos campos férteis do Paraguai -, o viajante, porém, tinha planos de seguir além: avançar mais 18 quilômetros em território brasileiro e juntar-se ao grupo de quase mil famílias de lavrado-

res, como ele, que já deixaram o Paraguai nas duas últimas semanas, fixando-se num acampamento, que dia a dia se expande, numa área da prefeitura de Mundo Novo, município de 34 mil habitantes, no extremo Sul do Mato Grosso do Sul.

No Paraguai, sem qualquer proteção trabalhista, os *brasilguaios* têm sido su-



Auristão: fugindo do Paraguai



José Gonçalves e Irineu Rosa: fugindo enquanto a paz não chega à terra

Ferreira. Aconteceu que um dos pistoleiros, Evandro Guedes, depois de atirar à queima-roupa nos dois outros posseiros, reconheceu que Messias era o irmão de criação, que não via há 11 anos. Messias conta que Evandro acompanhou o pai quando este se separou de sua mãe. Desde então não o viu mais. Até que, com um rifle calibre 20 apontado para sua cabeça, disse para os outros três pistoleiros que o acompanhavam: "Esse não, sangue do meu sangue dói". E deu

cinco minutos para Messias desaparecer. Apesar de poupado pelo irmão, ele diz que não o pouparia. E prometeu depor contra ele e contra Vergolino. Mas desapareceu de São Domingos do Araguaia quando soube das outras três mortes. Messias era vizinho de Zé Pretinho e de Valdemar Alves de Almeida. O outro morto, Néelson Ribeiro, era administrador de uma fazenda vizinha da Ubá e parece ter sido confundido com posseiro quando caminhava na estrada à procura

de condução. Levou mais de quarenta tiros.

O caso de Vergolino não é, porém, único em Marabá. Em maio último, outro massacre, de mais de dez posseiros, foi denunciado pelo padre Ricardo Rezende, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na Fazenda Surubin, em Xinguara, 250 quilômetros ao sul de Marabá. Outro fazendeiro, Liptoni Nivorello Montezano, 53 anos, não esconde suas convicções e prega abertamente: "Temos que passar fogo em todos os padres e bispos". Mineiro de Muriaé, Montezano chegou há dez anos no Pará para desbravar seus 3 mil hectares de selva, onde colocou oitocentas cabeças de gado. "Andava um dia de barco e mais um

dia em lombo de burro até chegar à minha terra", conta ele. "Agora vou entregar de mão beijada o que conquistei?"

O recrudescimento do conflito no Bico do Papagaio, na semana passada, levou algumas áreas do governo até a pensar em frear a aplicação do Plano Nacional da Reforma Agrária. Os fazendeiros, ante a posse do presidente do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), Asdrúbal Mendes Bentes, cantaram vitória. "O adiamento da discussão do plano por

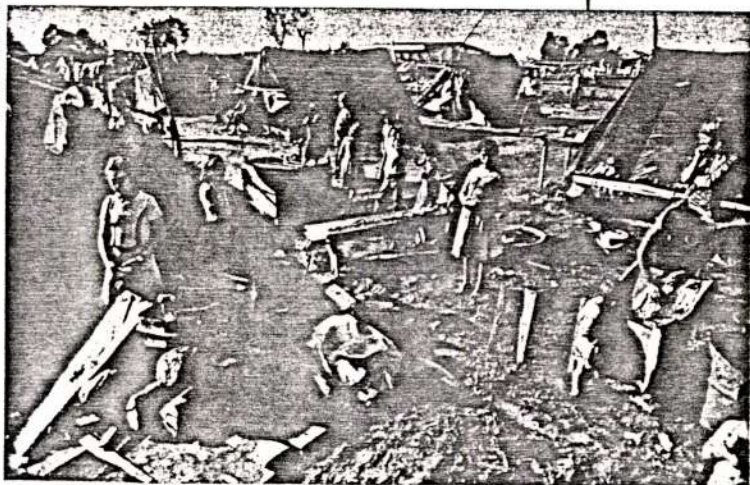
mais trinta dias é um reconhecimento de que o governo perdeu o primeiro round" - afirmou Maurício Fraga, um dos maiores fazendeiros da região. O ministro Néelson Ribeiro terá ali, certamente, o grande teste do seu Plano de Reforma Agrária, e o seu representante na área, o advogado Bentes, anunciou por onde vai começar: "Vamos demarcar as áreas dos castanhais". Com isso, ele acredita que vai descobrir muitos hectares ocupados ilegalmente pelos fazendeiros. "Vai sobrar terra para

distribuir", acredita. Talvez isso traga de volta as famílias de Sebastião Rodrigues e Irineu Rosa dos Santos. Os dois, cessados os tiros na Fazenda Ubá, juntaram os trastes, a família e até os cachorros e botaram pé na estrada. Não chegou até eles ainda o lema da campanha pela reforma agrária: "Paz na terra".

Ricardo Lessa,
de São Domingos do Araguaia ▲

perexplorados e, em termos econômicos, nada conseguem "fazer". Indefesos, no meio do mato, enfrentam o constante assédio dos *comisarios* (delegados de polícia) e dos *gendarmes* (soldados), que se utilizam da ameaça e da repressão para extorquir-lhes parte do que produzem e até dinheiro. Mergulhados nessa adversidade, boa parte dos *brasilguaios* fixados em Paloma e em outras localidades próximas iniciou preparativos "com mira no retorno", conta o paranaense Floriano Pedro, 56 anos, depois do anúncio da reforma agrária no Brasil. Hoje, a expectativa de Auristão e de todos os acampados em Mundo Novo é de que "o governo vai arrumar terra pra gente", e, assim, "a gente se salva". Não será provavelmente tão fácil, nem tão rápido. "Aqui não há nenhuma terra disponível", alerta o contador Ademar Antônio da Silva, 37 anos, prefeito de

RICARDO CHAVES



Acampamento em Mundo Novo: esperança

Mundo Novo. Wilson Barbosa Martins, o governador sul-matogrossense, transfere a responsabilidade: "O problema é do INCRA".

Jorge Batista,
de Saltos del Guairá, no Paraguai,
e Mundo Novo, no
Mato Grosso do Sul

Dia 27 de setembro de 1985, na Fazenda Princesa, localizada na margem esquerda do Rio Itacaiunas, município de Marabá, à mando e na presença do garimpeiro-fazendeiro MARLON LOPES PÍDDE, 29 anos, goiano, residente em Imperatriz - MA, foram chacinados cinco trabalhadores rurais, identificados como Ezequiel Pereira dos Santos, 50 anos, os gêmeos Manoel e José Barbosa da Costa, 38 anos, José Pereira de Oliveira, 28 anos e Francisco Oliveira da Silva, 55 anos, todos casados e naturais de Marabá.

No dia anterior, 26 de setembro, o capataz do mandante, Sr. Lourival Chaves da Rocha, juntamente com dois pistoleiros, todos armados, foram à casa de Ezequiel Pereira dos Santos (Índio Kaiapó), dizendo-lhe que fosse até a sede da Fazenda Princesa, porque o Marlon queria falar com ele, bem como a Juíza de Marabá que, segundo eles, lá se encontrava. Pediram-lhe, também, que levasse a sua rede, pois só voltaria no dia seguinte. E Ezequiel foi com eles...

Na manhã de sexta-feira, dia 27, os gêmeos Manoel e José Barbosa da Costa, José Pereira de Oliveira e Francisco Oliveira da Silva encontravam-se fazendo farinha nas proximidades da Ferrovia dos Carajás. Foi quando apareceu o mesmo trio, que levava o índio. Prendendo os quatro, os amarraram, levaram até a beira do rio e os jogaram numa canoa, subindo, rio acima, até a sede da Fazenda do Marlon.

Na mesma sexta-feira, por volta das 16 horas, o sádico Marlon desceu de sua Camionete, acompanhado de dois pistoleiros, na Fazenda Maravilha, de propriedade do Sr. Rubens Neves, localizada à margem direita do Rio Itacaiunas. Ao chegando, Marlon obrigou um lavrador, de nome Domingos, a levá-lo, numa canoa, até o outro lado do Rio, onde fica situada a sua Fazenda. Quando estavam no meio do Rio, se encontraram com um Senhor que remava uma canoa bem maior, para a qual Marlon e seus dois capangas passaram, para fazer o restante da viagem.

Chegando na Fazenda, imediatamente, Marlon mandou atear fogo na casa de seu capataz. A Sra. Savenir, esposa de Lourival, estava lavando roupa, com os filhos, tendo deixado seu filho de 9 meses no quarto da casa. Vendo o fogo, correu para salvar o menino e, apesar de barrada por Marlon e seus capangas, conseguiu entrar na casa e tirá-lo em tempo.

Nesta mesma tarde, após violentas torturas (amarrando, por exemplo, os prisioneiros sobre formigueiros), os cinco colonos foram chacinados por Marlon e seus seqüezes. Feito "o serviço", os corpos foram amarrados, pelo tornozelo e cintura, uns aos outros e em pedras e jogados no rio.

Às 18 horas, Marlon e seu bando voltou à Fazenda Maravilha e, tomando emprestada a D - 10 do Sr. Rubens, fugiu. Soube-se, também, que no mesmo dia, Marlon fez ameaças a colonos que moram nas margens da Ferrovia.

Passados oito dias, as viúvas chegaram na cidade de Marabá e fizeram as denúncias do desaparecimento e morte de seus maridos.

Dia 5 de outubro, uma diligência, comandada pelo Capitão PM Saldanha, foi até o local da chacina. Depois de ter verificado as marcas e o sangue derramado no local em que os colonos foram torturados e mortos,

20-0-1985
a diligência encontrou e retirou apenas três corpos do rio (os outros dois certamente já haviam sido arrastados pelas águas).

Na noite do dia 7 de outubro, os corpos resgatados (de Ezequiel e dos gêmeos), chegaram à Marabá. Antes do sepultamento, foram velados pelo povo e familiares, com a celebração da Santa Missa, na Catedral.

O resgate e o enterro foram custeados pelo GETAT.

Esses companheiros assassinados não eram posseiros, não haviam invadido terra de ninguém. Tratava-se de humildes colonos, assentados pelo GETAT, numa sobra de terra limítrofe às terras do Marlon.

Até hoje só se soube de mortes de posseiros. Com essa chacina, a situação mudou. Também os colonos passam a ser eliminados pelo braço armado do latifúndio. Somando-se os mortos da chacina da Fazenda Ubá, em São João do Araguaia, temos treze lavradores assassinados coletivamente em nossa região, num período inferior a 4 meses.

O que assistimos é um verdadeiro genocídio dos camponeses. As viúvas e os órfãos aumentam a cada dia. Até quando perdurará esta matança?

Responsabilizemos, em primeiro lugar, a impunidade dos assassinos e mandantes, por esta situação de terror. Acobertados pelo manto de um judiciário inoperante, que nunca puniu pistoleiros e mandantes, fazendo de Marabá o ninho de malfetores, os mesmos sempre ficaram longe das garras da justiça.

Diante disso, EXIGIMOS QUE TODOS OS MANDANTES DE ASSASSINATOS DE TRABALHADORES RURAIS SEJAM PRESOS E QUE SUAS TERRAS SEJAM CONFISCADAS PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA, pois esta será a única forma de se fazer justiça e de resolver a situação pela sua raiz.

A demora na aplicação da Reforma Agrária, que nunca sai do papel, favorece essa situação, pois grandes extensões de terra da nossa região continuam totalmente improdutivas, retidas na mão de uma Oligarquia Rural reacionária, incompetente e violenta, que não produz e não deixa produzir. A desapropriação imediata dessas terras, com o assentamento de lavradores, em muito diminuiria as tensões na área.

PELA PRISÃO DOS MANDANTES E PISTOLEIROS!

PELA IMEDIATA IMPLANTAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA!

Marabá, 11 de outubro de 1985.

CPT de Marabá.

Lembrete: Será Celebrada uma Missa, juntos com os familiares.

Dia 24 de outubro - às 19 horas e 30 minutos -

Na Catedral de Marabá.

Todas as Comunidades estão convidadas.

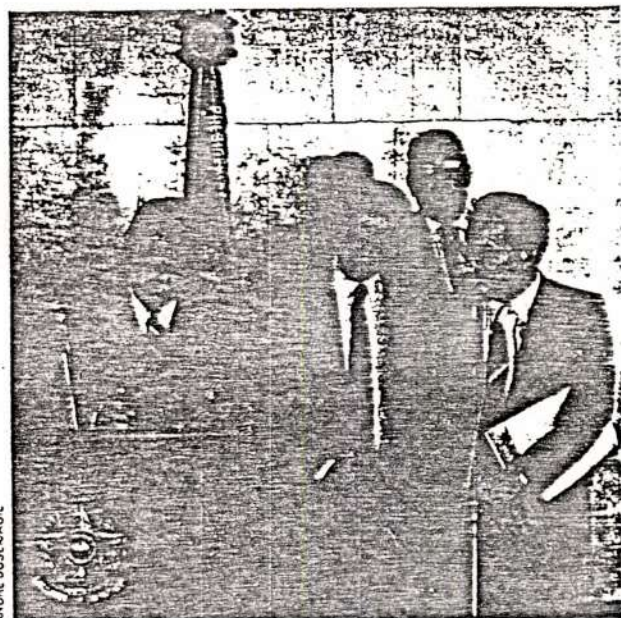
TERRAS

Um plano para o caos

Com o decreto da reforma agrária, o governo tenta intervir numa área de conflitos e muita violência

Ao assinar na quinta-feira passada o projeto que institui o Plano Nacional de Reforma Agrária, o presidente José Sarney demonstrou que está em sintonia com o país que governa. Posto em discussão em maio passado, um esboço do plano, preparado pelo ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, colocou os fazendeiros na defensiva porque era vago em suas formulações e sugeria a possibilidade de que latifúndios produtivos pudessem ser desapropriados para dar terra aos 7 milhões de lavradores que não a possuem e a desejam. A versão definitiva do plano, assinada agora por Sarney, é mais prudente ao garantir que apenas as fazendas ociosas estão na mira das desa-

O plano de reforma agrária pretende assentar 1,4 milhão de lavradores sem terra ao longo de quatro anos e a um custo estimado em 70 trilhões de cruzeiros, equivalente ao de meia hidrelétrica de Itaipu. Isso se fará através de desapropriações, mas os proprietários rurais desta vez parecem solidários com Sarney. "Estamos satisfeitos porque não haverá desapropriação de terras que produzem, como sugeria o documento de maio", aliviou-se Flávio Brito, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que representa os interesses dos donos de fazendas. "Os fantasmas estão exorcizados", completou o cafeicultor Fábio Meirelles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.



Sarney assina o decreto: texto mais prudente

propriações e sai na esteira de um dos mais sangrentos episódios da luta fundiária no país — o fuzilamento de cinco posseiros numa fazenda da região de Marabá, no Pará, cujos corpos foram amarrados e jogados em um rio. As vítimas estavam tentando levantar cercas numa propriedade de 3 600 hectares quando seu proprietário, Marlon Lopes Piddi, 29 anos, um homem que enriqueceu no garimpo de Serra Pelada, resolveu acabar com a intromissão a bala.

CRA, encarregado de executar o projeto. Trata-se, segundo Sarney, de "uma reforma realista, modernizadora, justa, competente". "Nem é espoliativa nem paliativa — é justa", enfatizou no seu discurso de apresentação do plano de reforma, que começará a ser implantado ainda este ano.

O presidente certamente sabe que terá problemas pela frente. No time contrário ao dos fazendeiros satisfeitos, agrupam-se muitos candidatos a um pe-



A polícia recolhe os corpos dos...

daço de terra para quem o plano do governo configurou uma frustração. "Esse plano não corresponde de forma alguma aos anseios dos trabalhadores rurais", reagiu José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Contag. "A reforma agrária virá pela organização e resistência dos trabalhadores e pela ocupação de terras", ameaçou Avelino Gazer, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, no Pará, e vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Está nos planos da CUT bombardear o plano de Sarney, por considerá-lo excessivamente tímido. Assim, a entidade dará apoio a uma escalada de invasões de terras, programada para o início do próximo mês em doze Estados brasileiros. "A reforma agrária ficou na promessa", diz Gazer. É desse foco de resistência que o presidente pode esperar dores de cabeça.

VEJA, 16 DE OUTUBRO, 1985

ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

Fonte: REVISTA "VEJA"

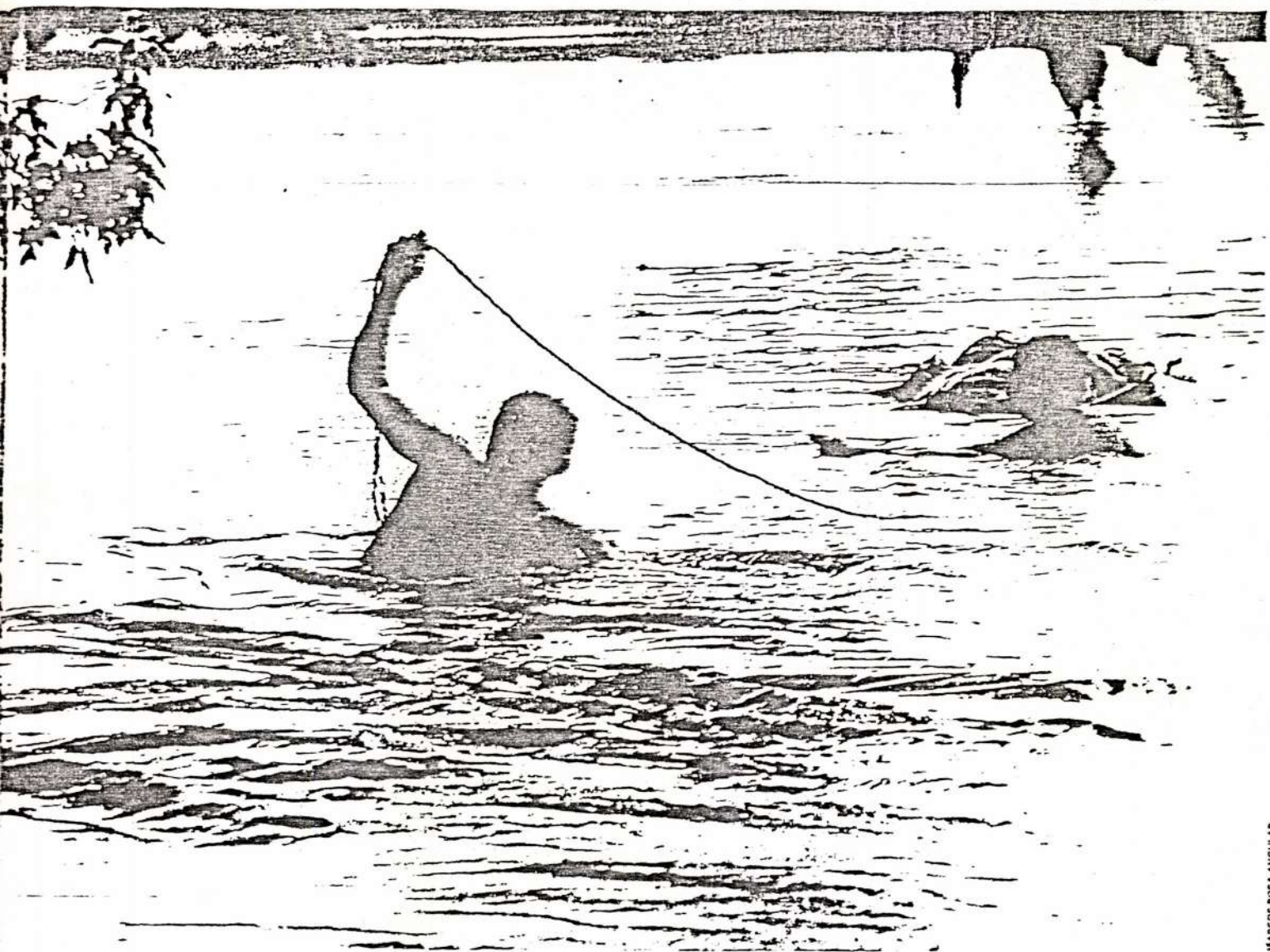
data 16/10/85

Centro de Educação, Pesquisa e

Assessoria Sindical e Popular

CEPASP

Marabá - Para - Brasil



MARCOS RYKA ANGLIAR

...posseiros chacinados, que estavam amarrados e boiavam no Rio Itacaiúnas, numa fazenda da região de Marabá

CORPOS AMARRADOS — A ameaça está encravada por toda parte onde há trabalhadores rurais dispostos a se tornar donos de glebas e fazendeiros assustados com alguma invasão iminente de suas propriedades. Trata-se de um confronto de interesses de solução difícil e a reforma agrária lenta, gradual e cuidadosa não será suficiente para abafar todos os fulcros de descontentamento. No ano passado, 116 lavradores foram mortos no país em cerca de 500 conflitos fundiários que envolveram 70 000 famílias. A guerra adquire seus tons mais sombrios ao norte, no Pará e em Goiás (veja o quadro à página 46), mas também se queimam cartuchos nos Estados ao sul, como Minas Gerais e São Paulo. Pior que isso, trata-se de um combate que se agrava a cada dia — as baixas registradas nos primeiros sete meses deste ano já superaram as de 1984 — e se insufla com planos bem-intencionados como o da

reforma agrária que o governo pretende colocar em voo. "A principal causa dos assassinatos é a impunidade dos culpados, mas a discussão sobre a reforma agrária gerou mais conflitos", admite Daniel Rech, assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra, com sede em Goiânia.

Foi justamente o casamento desses dois ingredientes — a lei da selva que impera em certas regiões do país e o temor ao avanço dos posseiros — que presidiu a chacina dos cinco posseiros no sul do Pará. Na Fazenda Princesa, a 50 quilômetros do garimpo de Serra Pelada e a 90 da cidade de Marabá, o fazendeiro Marlon Lopes Pididi, um homem violento, sempre escoltado por jagunços, resolveu acionar não apenas espingardas mas também um ritual bárbaro de torturas contra os que ocupavam suas terras. Pididi contratou o serviço de um grupo de pistoleiros na cidade maranhense de Imperatriz, amar-

rou os cinco homens aos troncos de duas árvores e espancou-os durante horas antes de ordenar os disparos. O primeiro a ser capturado, Ezequiel Pereira dos Santos, foi amarrado com os pés sobre um formigueiro e ali ficou durante dois dias e duas noites, enquanto os torturadores o espancavam. Por fim, Pididi comandou a chuva de disparos que desfigurou completamente os corpos amarrados e chegou a descascar quase inteiramente o tronco de uma das árvores.

COMO UMA FESTA — "Estou há dezoito anos na polícia e nunca vi tanta selvageria", dizia na segunda-feira passada Manuel Cabral Borges, um dos sessenta policiais que chegaram à fazenda para resgatar os corpos dos posseiros, uma semana depois do massacre. A tarefa exigiu uma excursão até o Rio Itacaiúnas, que corta a fazenda. Atados uns aos outros, três cadáveres

ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO
 Fonte: REVISTA "VEJA"
 data 16/10/85
 Centro de Educação, Pesquisa e
 Assessoria Sindical e Popular
 CEFASP
 Marabá - Para - Brasil

boiavam desfigurados. No fundo do rio estavam outros dois, amarrados a pedras. A história foi contada aos policiais por parentes das vítimas e confirmada em seus detalhes pelo único dos assassinos preso até agora, o capataz da fazenda, Lourival Santos da Rocha. "Enquanto os homens ainda estavam vivos e amarrados, o pessoal do Marlon andava por aí dando gritos e tiros para o alto, como se estivesse numa festa", disse à polícia Maura Miguel, mulher de um posseiro que escapou da chacina porque estava trabalhando numa fazenda vizinha.

A reforma agrária entrou na vida de Piddi há alguns meses, quando ele solicitou a demarcação de sua propriedade ao Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins, o GETAT. O órgão, criado em 1980, está encarregado de amenizar os conflitos fundiários da região através de demarcações de terra e da aplicação de uma reforma agrária em âmbito regional. Quando mediu a fazenda, o GETAT descobriu que ela tinha 300 hectares além do que Piddi havia comprado, um ano antes. O GETAT considerou aquela extensão sem dono um presente do céu e resolveu assentar ali alguns lavradores. Piddi discordou e decidiu liquidar a discussão eliminando os vizinhos. Para se precaver contra outras invasões, agiu com ferocidade, mesmo tendo à sua disposição cinco grandes fazendas em que nada cultiva.

CABINE DUPLA — Eis um dos poucos homens realmente bem-sucedidos em Serra Pelada. Ele chegou ao garimpo com a roupa do corpo há cinco anos, teve sorte nas escavações, apossou-se de um barranco inteiro e colocou outros garimpeiros a fazer força para aumentar sua renda. Hoje, além das fazendas, Piddi possui uma empresa atacadista em Marabá, uma oficina mecânica em Serra Pelada, uma pequena frota de aviões monomotores, automóveis e caminhões. Fez poucos amigos na região. Prefere cercar-se de capangas, com quem é visto a trafegar de um lado para outro dentro de uma caminhonete branca de cabine dupla — a mesma que usou para transportar

os pistoleiros até a Fazenda Princesa e, depois, para carregar as vítimas de suas choupanas até as árvores do massacre.

O fazendeiro Marlon Piddi, uma natureza inclinada à truculência, envolveu-se por linhas tortas com a reforma agrária regional do GETAT. Em Belo Horizonte, 5 000 trabalhadores rurais, de 338 sindicatos mineiros dispostos ao diálogo, fizeram uma passeata na



Marlon Piddi (de óculos): no comando do massacre

última sexta-feira carregando como tema, em suas faixas, a reforma agrária nacional do presidente Sarney. Planejada desde agosto, a marcha seria de apoio ao plano governamental. Ao tomar conhecimento dos termos da reforma, pouco antes de saírem às ruas, os sindicalistas e trabalhadores mudaram o tom da manifestação e realizaram um protesto. Exigiram uma mudança mais radical no campo do que a prometida pelo presidente e culparam os desequilíbrios fundiários pelas mortes de 21 trabalhadores rurais e sindicalistas ocorridas em Minas Gerais nos últimos dois anos.

FAIXA PROVOCATIVA — Os ventos da mudança fundiária, apesar de bran-

dos, ainda assustam muitos proprietários de terras. Em Goiânia, o deputado Manuel Mota, do PMDB e líder do governo na Assembleia Legislativa, denunciou que fazendeiros do Estado estavam arquitetando a compra de armas para resistir a invasões de suas terras. O deputado refere-se aos 3 000 membros da União Democrática Ruralista, que há três semanas realizaram um "leilão dos 1 000 bois" em Goiânia, conseguiram arrecadar 1,6 bilhão de cruzeiros e já se preparam para uma segunda sessão de vendas no martelo. "Mesmo com as mudanças feitas no plano original, esta reforma é uma ameaça", reage o médico e fazendeiro Ronaldo Ramos Caiado, presidente da entidade.

No município de Goiás Velho, localizado a 200 quilômetros de Goiânia, o advogado e proprietário rural Urbano Berguó expulsou um grupo de posseiros de suas terras e mandou hastear uma faixa diante de seu escritório, na cidade, com uma mensagem provocativa. "Vagabundos acampados nas praças não são posseiros nem trabalhadores, mas perigosos bandoleiros", dizia a faixa. Na semana passada os posseiros foram à vingança com uma resposta também gravada em faixa. "Não somos vagabundos, queremos terra para trabalhar", exigiam. Na Parafba, o deputado federal Joacil Pereira (PDS) passou toda a última segunda-feira no

A capital do crime na luta pela terra

No complexo mapa dos conflitos pela posse da terra no país, uma vasta região que engloba o sul do Pará e o norte de Goiás (veja mapa) destaca-se como a principal zona de guerra. Nessa área o centro do tumor localiza-se no território que se espalha ao redor de Marabá, município paraense com 60 000 habitantes, onde mais de 80% da área rural está tomada por latifúndios improdutivos. Ali, é fácil contratar um pistoleiro e há até uma tabela de preços, conforme constatou o economista Carlos Enrique Guanzirolli, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas, do Rio de Janeiro, que esteve no local para fazer um estudo sobre a violência

VEJA, 16 DE OUTUBRO, 1985

ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

Fonte: REVISTA "VEJA"

data 16/10/85

Centro de Educação, Pesquisa e

Assessoria Sindical e Popular

CEPASP

Marabá - Para - Brasil



Posseiros expulsos de uma fazenda em Goiás Velho: uma resposta à provocação

comando de uma operação de intimidação contra sessenta arrendatários instalados em sua fazenda no município de Mulungu, a 90 quilômetros de João Pessoa. "Estou ganhando muito dinheiro para cortar cabeça de gente", repetia, zangado, aos arrendatários um capanga do deputado que atende pelo nome de Onofre. "Saíam se não quiserem ver isso aqui virar cemitério", ameaçava.

ACAMPAMENTOS IMPROVISADOS —
Manifestações desse teor dão idéia da

temperatura a que chegou a briga por terras no país, hoje pontilhado quase de alto a baixo por grupos de lavradores desassistidos e insatisfeitos. Numa nova forma de pressão, muitos deles passaram a reunir-se em acampamentos improvisados com varas e lona para forçar uma concessão de terras em prazo mais curto. Há acampamentos desse tipo em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo, regiões de agricultura desenvolvida, mas com problemas de terras ainda por resolver em seus recantos mais despovoados. "Esses não preci-

sam iludir-se", reage José Richa, governador do Paraná, com três acampamentos montados no oeste de seu Estado. "Não vão ter preferência na distribuição de terras."

O presidente Sarney, que recebera um plano de reforma ousado e pressentiu os perigos que poderia atrair, teve o bom senso de recuar para um projeto prudente, mas nem com isso pôde desfazer com uma penada desafiadora que se acumulam no mapa agrário e agora fervem com mais intensidade. No seu plano não há mais a definição de "áreas prioritárias para a reforma", uma proposta feita no início pelo ministro Nelson Ribeiro. O plano estabelece ainda que o governo "evitará, sempre que conveniente", a desapropriação de fazendas, mesmo que classificadas como latifúndios. Finalmente, deixa claro que se evitará também a desapropriação de áreas que incluam um grande número de arrendatários ou parceiros agrícolas. Com a garantia maior — a de que latifúndios produtivos continuarão na mão de seus donos —, oferece no conjunto um aceno que pode não satisfazer inteiramente os lavradores sem terra. Mas dá o primeiro passo na história do país para a solução de um problema que herdou de todos os governos anteriores. ●

"A morte de um posseiro está cotada em 10 milhões de cruzeiros e a de um delegado sindical custa 20 milhões", revela Guanzirolli.

A causa principal desses confrontos, segundo Pedro Paulo Souza, 38 anos, secretário regional da Comissão Pastoral da Terra, é o constante avanço de

colonos em direção à fronteira amazônica, facilitado pela abertura de estradas nos últimos quinze anos. "O governo abriu as estradas, mas não teve o cuidado de preparar um plano de ocupação ordenada para a região", diz Souza. De duas décadas para cá, a população do Pará saltou de pouco mais de 2 mi-

lhões de habitantes para a casa dos 4 milhões, em boa parte devido às levas de trabalhadores rurais sem terra que afluíram para a região.

Mais recentemente, homens de todo o país foram tentar a sorte no garimpo de Serra Pelada, situado dentro da zona de guerra. Para a maior parte deles, no entanto, a corrida do ouro termina em desilusão. Voltam-se então para a terra e, como posseiros, colaboram para agravar o conflito. De janeiro a agosto, foram mortos no Pará 66 agricultores — uma cifra que representa um recorde. No ano passado, houve 43 assassinatos. Além do ouro e da busca de terras, um terceiro ingrediente põe em ação a violência no sul do Pará e norte de Goiás: os olhos complacentes das autoridades, sob os quais ocorrem crimes que ficam impunes.



Souza: faltou um plano de ocupação ordenada



NOTA À POPULAÇÃO

ANEXO-10

No dia 18 de dezembro, às 15h30m, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, JOÃO CANUTO DE OLIVEIRA, foi barbaramente assassinado, por dois pistoleiros, com 14 tiros, na sede do Município de Rio Maria, no sul do Pará.

Desde cedo, quando ainda residia em Goiás, João Canuto iniciou a sua luta em defesa dos trabalhadores. Chegou à Rio Maria em 1976. Dois anos depois, foi despejado de sua posse. Teve queimados seus pertences e sua casa, tendo falecido, em consequência desse ato de vandalismo, sua mãe.

A partir de 1980, transformou-se em uma importante liderança sindical. Nas eleições municipais de 1982, foi candidato a Prefeito de Rio Maria pelo PMDB, perdendo por poucos votos, devido às fraudes que ocorreram na apuração. Em 1983, assumiu a presidência do STR de Rio Maria.

JOÃO CANUTO era um defensor intransigente dos direitos dos trabalhadores. A sua liderança se projetava além dos limites do Município, tendo participado de diversos encontros e congressos de trabalhadores rurais. Era voz corrente entre os trabalhadores que em 1988 JOÃO CANUTO seria eleito prefeito de Rio Maria.

O assassinato de JOÃO CANUTO não é um fato isolado. Nos últimos meses, dezenas de trabalhadores rurais e lideranças sindicais foram barbaramente massacrados, encharcando de sangue as terras paraenses.

O assassinato de JOÃO CANUTO é mais um passo na escalada de violência dos latifundiários, que organizam verdadeiros sindicatos do crime (Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará, Sindicato Rural, etc.) e milícias de pistoleiros fotemente armados para abater os trabalhadores.

É público e notório a existência de lista de lideranças sindicais, políticas e religiosas, para serem assassinadas. No Município de Rio Maria estão sendo ameaçadas as seguintes pessoas: Jesuino Pereira de Souza, Valderio Pereira dos Santos, Expedito Ribeiro de Souza, Bras Antonio de Oliveira, Roberto Neto da Silva, Manoel Neres de Oliveira, sindicalistas: Pedro das Neves Silva, padre: Raimundo Olímpio de Araújo e Sebastião Vieira da Silva vereadores.

JOÃO CANUTO passava privações mas nem mesmo por isso aceitou qualquer tentativa de corrupção ou de vender a luta dos trabalhadores.

Nos últimos meses estava empenhado na desapropriação das principais áreas de conflito do município, em especial da área conhecida por Canaã, que tem como pretendidos proprietários João Jacques Coelho e Ovídio Gomes de Oliveira, aonde já ocorreram vários despejos com a participação de pistoleiros e policiais, acobertados e favorecidos pela Dra. Ruth Gurjão, quando esta assumia a Comarca do Município de Marabá.

Com o objetivo de conquistar a desapropriação, JOÃO CANUTO esteve reunido até com o governador do estado e com o ministro Nelson Ribeiro, do MIRAD. Nessas ocasiões denunciou a presença ostensiva de pistoleiros e os abusos praticados pela Polícia Militar.

Quando dias antes de ser assassinado, JOÃO CANUTO apresentou uma queixa-crime na Delegacia de Polícia de Rio Maria contra as ameaças de morte que vinha sofrendo juntamente com outros companheiros e ABSOLUTAMENTE NENHUMA PROVIDENCIA FOI TOMADA PARA EVITAR O CRIME. Da mesma forma, nenhuma providência foi tomada no último massacre perpetrado contra os trabalhadores de Rio Maria na área conhecida como Vale da Serra, de pretensa propriedade de Valdomiro Gonçalves de Paula (Vantuí), ocorrido há poucos

dias, com um total de seis mortes e três feridos.

A omissão, a conivência e até a cumplicidade com tantos crimes tem sido a resposta, na maioria das vezes, do poder público.

Os crimes não são apurados e, se apurados, os pistoleiros não são presos, os mandantes não são responsabilizados. As promessas de JUSTIÇA não são cumpridas.

É inadmissível a continuidade dessa situação. **BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA OS TRABALHADORES !** Apenas a Reforma Agrária, conforme resolução do quarto congresso da CONTAG por fim às violências e injustiças que são praticadas contra os trabalhadores.

No entanto, impõe-se a necessidade imediata de:

- 1) Apuração de todos os crimes, prisão e punição dos pistoleiros e mandantes,
- 2) Dissolução das milícias de pistoleiros e dos sindicatos de crime, que se acobertam sob diversos nomes;
- 3) Afastamento e expulsão da Polícia Militar de todos os policiais envolvidos nos diversos crimes ocorridos;
- 4) Imediata substituição dos dirigentes do GETAT em todos os níveis, até a extinção de órgão, por estar a serviço dos latifundiários,
- 5) Imediata desapropriação das áreas denominadas Canaã e Vale da Serra, bem como de todas as demais exigidas pelos sindicatos dos trabalhadores rurais dos doze municípios do Sul e Sudeste do Pará, entregues ao MIRAD no encontro realizado em Marabá, no dia 4 de dezembro de 1985;
- 6) Substituição imediata do Juiz de Direito da Comarca de Conceição do Araguaia, Eronides de Souza Primo, considerado inimigo dos trabalhadores rurais do sul do Pará.

A morte de JOÃO CANUTO representa o desespero dos que querem deter o povo para uma sociedade justa.

Ela caracteriza a luta dos que querem a igualdade e os que buscam a riqueza, a ganância e a exploração.

A violência não vai conter a luta pela reforma agrária. Todos os trabalhadores têm direito à terra e a consciência desse direito é a grande força que fortalecerá a nossa união e organização até a sua conquista.

Rio Maria, 20 de dezembro de 1985.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia; STR de Itupiranga; STR de Marabá; Associação Profissional dos Professores de Marabá; Associação dos Moradores dos Bairros da Cidade Nova - Marabá, Presidente da Associação de Moradores de Serrilho - Redenção; CUT Nacional; Dr. Raimundo Olímpio de Araújo (Vereador e Presidente do Diretório Municipal do PMDB - Rio Maria), Sebastião Vieira da Silva (Vereador do PMDB de Rio Maria); Ademir Martins dos Reis (Vereador e Presidente do Diretório Municipal do PMDB - Marabá); José Marinho (Presidente da Câmara Municipal de Itupiranga); José Milesi (Prefeito Municipal de Itupiranga); Diretório do PT de Redenção; PC do B - Direção Regional; Paulo Fontelles (Deputado Estadual do PMDB), Ademir Andrade (Deputado Federal do PMDB); CPT Regional Norte II, CPT Araguaia-Tocantins; MEB - Marabá; MEB - Conceição do Araguaia; Raimundo Gomes da Cruz Neto (Coordenador Regional da SAGRI-Marabá); Associação Cultural de Xinguara - AJURI, Rede Mulher/São Paulo, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos; Defensoria Pública de Conceição do Araguaia, Equipe de Saúde de Redenção; Pe. Pedro das Neves Silva - Rio Maria; Pe. Ney Barreto Ribeiro - Congregação Santíssimo Redentor/Vice Prov.; Pe. Rubens de Moraes Silva - Xinguara; Ir. Bertila Bicelle - Redenção; Ir. Helena Soares Melo - Irmãs de Jesus Crucificado; Ir. Célia da Silva - Irmãs Pastorinhas; Ir. Ernestina Turíbio - Paróquia Conceição do Araguaia; Pe. José Maria Cavalcante Costa - Paróquia de Floresta; DCE; UJS, Associação dos Moradores da Providência; Associação dos Moradores do Guajará; Associação Prof. dos Servidores Públicos do Pará, Conselho Regional de Assistentes Sociais - 1ª Região; Com. Est. Pro-Federação de Assoc. de Mor. e Centro Comunitário, Sindicato dos Economistas - Pará; José Carlos Castro (Conselheiro OAB-Pará); Sind. Trab. Const. Civil de Belém; Ass. Moradores Cidade Velha; Associação dos Morad. do Marco; União de Mulheres de Belém; Centro Comunitário Aguiá Branca da Marambaia, Centro Cívico M. Barata; Partido Comunista Brasileiro - Pará; Ass. Prof. dos Sociólogos - Pa.

Suyá Imprimiu

As realizações do GETAT na administração Asdrubal

Num discurso de improviso, feito a todos aqueles que foram prestigiar sua festa de despedida do Getat, Asdrubal Bentes agradeceu todo o apoio que recebeu durante sua gestão, "pois somente através desta colaboração e da compreensão da classe política do Sul do Pará, é que pude realizar um trabalho mais profundo", disse. Em seguida, após reafirmar sua disposição de continuar trabalhando pela Região, Asdrubal Bentes passou a fazer um balanço das realizações básicas que desenvolveu à frente do Getat.

Num demonstrativo das ações fundiárias, realizadas durante os oito meses em que esteve à frente do Getat, Asdrubal revelou que foram arrecadados milhares de hectares de terras devolutas, em nome do Getat, para posterior doação aos colonos, assim distribuídos: no Pará, 374.818 hectares; no Maranhão, 78.318; em Goiás

1.020.825, totalizando 1.478.961 hectares. Foram desapropriados 87.249 hectares de terras no Pará, nenhum hectare no Maranhão, e 18.773 em Goiás. O serviço de demarcação, segundo Asdrubal Bentes, foi um dos mais importantes. No Pará, por exemplo, houve a demarcação de 730.834 hectares, transformados em 3.646 lotes. No Maranhão, foram demarcados 161.046 hectares, transformados em 605 lotes. E finalmente em Goiás, 432.987 hectares transformaram-se em 2.995 lotes, após a demarcação.

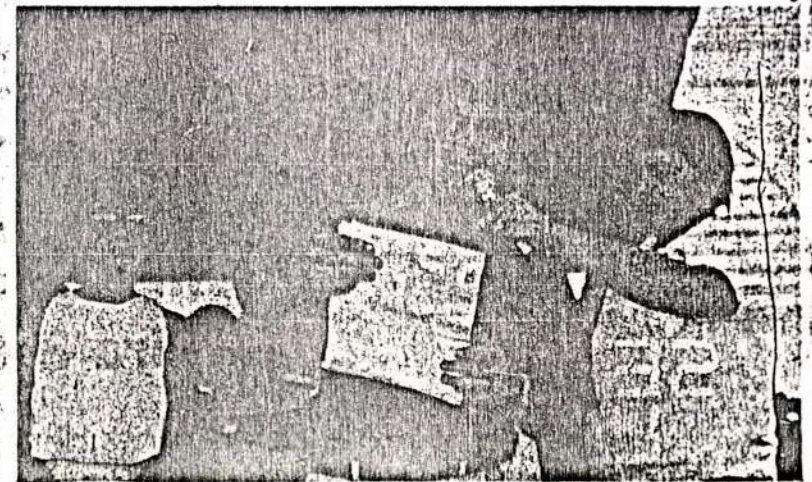
O assentamento de famílias em seus lotes de terra, produziu bons resultados. No Pará, 1.942 foram assentadas em 664.452 hectares de terras; 211 em 124.428 hectares, no Maranhão; e 90 famílias em 308.360 hectares foram assentadas em Goiás. O serviço de titulação produziu a entrega de 4.944 títulos de terra no Pará; 621 no Mara-

nhão; e 1.621 em Goiás. Segundo Asdrubal, ele deixa o Getat com cerca de 1.000 títulos pendentes na Coordenadoria, para publicação.

Com relação aos convênios e contratos realizados, em toda a área de jurisdição do Getat, o demonstrativo apresentou o seguinte: construção e reforma em 79 escolas, num total de Cr\$ 3.154.000.000; construção de 7 quadras de esportes, no valor de Cr\$ 112.000.000; construção de 15 postos de saúde, ao preço de 477.000.000; 6 construções de poços artesianos, num total de Cr\$ 654.000.000; a construção de 1.588 quilômetros de estradas, no valor de Cr\$ 12.253.000.000; 374 quilômetros de pontes, num total de Cr\$ 7.634.000.000; uma unidade mista no valor de Cr\$ 308.839.650; serviço de eletrificação rural em Rio Verde, no valor de Cr\$ 2.266.459.427; plano de assistência social no valor de

200.000 de cruzeiros; manutenção de escolas em Carajás, no valor de Cr\$ 117.000.000; convênio com a Embratur no valor de Cr\$ 955.000.000; manutenção da patrulha rodoviária em Marabá, sob os custos de Cr\$ 70.000.000; CEME - Área de atuação do Getat, convênio no valor de Cr\$ 2.500.000.000; recupe-

ração de barragem no valor de Cr\$ 167.386.610; eletrificação rural em Xambioá, no valor de 2.786.866.160; reforma da Câmara Municipal de Marabá, sob o custo de Cr\$ 110.000.000; e finalmente convênio com a Fundação Legionária do Bem Estar, no valor de Cr\$ 130.000.000.



Asdrubal faz prestação de contas de sua atuação

ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO
Fonte: "CORREIO DE IRACAJINS" data 2ª Quin. de 1986
Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CEPASP
Marabá - Pará - Brasil

PROJETO CARAJÁS II E III: "TERRA DOS OLHOS DO GETAT"

Carajás II e III fazem parte do Projeto Grande Carajás, localizado no Sudeste do Pará, município de Marabá. Esses Projetos integram o "Cinturão Verde" que cerca o Projeto Mineral da Serra Norte e Serra Sul - conhecido nominalmente como Serra dos Carajás.

Esses dois Projetos dependem diretamente da Coordenadoria do GETAT e forma a Sub-unidade Serra Norte (SUNORTE). Essa Sub-unidade merece uma atenção especial, pois aí foram assentados pequenos agricultores, trazidos das áreas de conflitos do Sudeste do Pará, Sul do Maranhão, Norte do Goiás (Bico do Papagaio)... Quase todos os colonos assentados aí têm uma história de conflitos de terra para contar.

O levantamento feito da procedência dos colonos do Carajás II e III é significativo.

ORIGEM DOS COLONOS

É evidente, pelo grande número de entrevistados, que os assentados no Projeto CARAJÁS AGRÍCOLA são, na sua quase totalidade, procedentes de áreas de conflitos fundiários. A situação fundiária dos Estados envolvidos pelo GETAT, sempre foi de expulsões da terra, queimas de casas, morte de posseiros e pistoleiros. A medida achada pelo GETAT (administração IRIS PEDRO DE OLIVEIRA) não foi de solucionar o conflito na sua raiz (fonte), com desapropriação das áreas em conflito, mas sim de transferir alguns posseiros de áreas em conflito para o Projeto Carajás Agrícola, deixando a terra concentrada nas mãos de latifundiários. Alguns poucos posseiros que não vieram de áreas de conflito originaram-se de antigas colônias agrícolas, da época da construção da Belém-Brasília, cujas terras já não produziam mais ou já estavam concentradas nas mãos de poucos.

PROVENIÊNCIA DOS COLONOS DO CARAJÁS II E III

Local de Origem	Nº de colonos (famílias)	Nº de Pessoas
<u>PARÁ</u>	866	5.794
Rio Verde	264	1.848
Marabá	218	1.308
São Geraldo	135	945
Área CVED	93	615
Rio Maria / Xinguara	82	574
Redenção	72	504
<u>GOIÁS</u>	543	5.862
Bernardo Sayão	141	1.028
Axixá	96	672
Araguatins	69	483
Augustinópolis	63	444
São Sebastião	58	406
Araguaína	34	238
Babaçulândia	32	198
Guaraí	26	152
Colinos	24	144

madeira e telhas para a construção da casa, poço aberto e salários nos primeiros seis meses. Esses benefícios, porém, não foram distribuídos para todos. Alguns receberam somente os lotes, e os que receberam os benefícios assinaram um contrato, obrigando-se a pagar depois ao GETAT, em prestações, o que haviam recebido.

Ressalte-se também aqui que, apesar de o Projeto de Colonização, bem como a Sede do GETAT serem em Marabá, para diminuir as dúvidas ou desavenças entre colonos e o GETAT, uma cláusula reza que o fóro de decisões é Belém.

INFRA-ESTRUTURA DO PROJETO

Foram construídos 551 Km de Estradas Vicinais, principais e secundárias, que são conhecidas como VP (Via Principal) e VS (Via Secundária). Algumas estradas de fazendas, já existentes, foram recuperadas, sendo chamadas de VE (Via Existente). Foram colocados 8.855m de bueiros e feitos 240 m de pontes. Após 2 anos, essas vicinais encontram-se sem condições de tráfego no período do inverno amazônico, constituindo-se num alvo das maiores críticas dos colonos ao Projeto, pois ficam isolados, logo após as primeiras chuvas. Eles ficam sem poder escoar a produção e sem acesso à cidade, em casos de doenças. Alguns colonos afirmaram que, se não houvesse recuperação dessas estradas antes do inverno, iriam embora.

Existe no interior do Projeto dois Núcleos Urbanos, denominados de CEDERE (Centro de Desenvolvimento Regional). O CEDERE I, a 25 Km do Rio Verde, é composto de 5 casas de funcionários, uma escola, uma enfermaria, um almoxarifado, um laboratório, um refeitório e alojamento para a seleção dos colonos, 3 escritórios e um posto radiofônico. Situa-se numa área cercada de arame farpado, com guarita e guarda na entrada. No primeiro ano toda essa infra-estrutura funcionou. Depois foram desativados: laboratório, almoxarifado, refeitório, alojamentos, rádio e 2 escritórios. Restam apenas cinco funcionários, que são: 2 enfermeiros, 2 motoristas e o guarda. O médico, que antes residia lá, passou a vir, teoricamente, todas as segundas-feiras - mas tal vinda é irregular, passando às vezes mais de 15 dias sem vir ao posto. Para suprir a ausência do médico, existe uma ambulância para levar os casos graves para Parauapebas - só que, quando não está parada por pane, encontra-se, na maioria das vezes, sem combustível, tendo os colonos que comprar a gasolina necessária para levar seus doentes. Foi ressaltado pelos colonos a boa-vontade dos motoristas e enfermeiros, já que é difícil o motorista trabalhar sem veículo em condições e os enfermeiros atender os colonos muitas vezes sem remédios.

Na memória do povo, a presença dos médicos foi marcante, com lembranças boas e ruins dos que passaram pelo CEDERE II. Os colonos citaram o nome de 3 deles: Dr. Fernandes, de triste memória, pois o mesmo andava armado constantemente, até para fazer consultas, com tratamento grosseiro; Dr. Faisal, do qual eles gostavam, por tratá-los de maneira digna e atenciosa - desentendeu-se com o responsável pelo projeto, Sr. Carlos Henrique Lélis, qualificado pela esposa de um colono como sádico, ditador e maníaco (em conversa com o Dr. Faisal, em Rio Verde, o mesmo confirmou ser o Carlos Henrique apenas um desequilibrado mental). Foi também médico do CEDERE I, Dr. Gabriel, que tentou a criação de um conselho, formado por represen-

que mora e trabalha como agregado num lote de outro colono, na VS-11, foi excluído na seleção por ter um pequeno defeito físico na mão esquerda. Devido a esta deficiência, o GETAT não lhe dá acesso a um lote, onde possa trabalhar. Porém, ao mesmo tempo, é considerado apto ao trabalho pelo FUNRURAL, que não lhe concede aposentadoria, por considerá-lo normal...

Como já foi dito, foram assentados 1,551 famílias de colonos. Na estimativa dos assentados existem, na atualidade, aproximadamente 500 famílias de trabalhadores rurais sem terra, dentro do projeto, esperando receber um lote. Estão morando e fazendo roças nos lotes de colonos conhecidos, já assentados, o que gera, às vezes, conflitos entre o assentado e o não assentado.

Cercando o Projeto Agrícola, e por vezes penetrando, existem muitas famílias, gerando graves problemas, que vão desde os conflitos fundiários até a reconcentração da terra. Na VP-2, por exemplo, o gado do fazendeiro Olinger entrou várias vezes nas roças dos colonos vizinhos, principalmente do colono de nome João Rolino. Em outubro de 1984 os colonos, revoltados, mataram 45 cabeças de gado, que invadiram suas roças. Os mesmos colonos alertaram que, neste verão, o gado continua solto. Na VS-44 A, o gado do fazendeiro conhecido como Gessi, entrou várias vezes nas roças dos colonos. O gado do Gessi destruiu lavouras na VE-2, por 2 anos consecutivos, sendo os colonos mais prejudicados Wilmar, Belchior e Tinozinho, obrigados, pelo fazendeiro, a construírem cercas e mataburros.

Os agricultores que não foram assentados, encontrando-se na categoria dos Sem Terra, estão promovendo ocupações de terras improdutivas, com pretensos donos que denominam tais terras de fazendas. As áreas conhecidas como Gleba 3 Braças e Fazenda Brasil, a última reclamada pelo ex-Deputado Federal por Santa Catarina, Francisco Oreste Libardoni, estão ocupadas.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Dando início ao Convênio MEC - COAGRI - GETAT, foram trazidos jovens técnicos-agrícolas, recém formados, da Escola Agrícola de Castanhal - Pará, e de Escolas Agrícolas do Rio Grande do Sul. Cada um recebeu um lote de terra, em igualdade de condições com os colonos, com a incumbência de fazerem de seus lotes modelos para os colonos vizinhos. Tal "assistência técnica", como era previsível, se tornou um grande fracasso. Quase todos esses jovens técnicos abandonaram seus lotes, retornando aos seus lugares de origem ou procurando emprego na Vale do Rio Doce, Estabelecimento Bancário do Rio Verde, Oficina Mecânica... Os raros "sobreviventes" do projeto devem-no ao apoio recebido de familiares e amigos, sendo atualmente simplesmente colonos.

A razão do fracasso deve-se à total falta de experiência e conhecimento da agricultura local. Enquanto os assentados, na sua totalidade, vinham de áreas em que já tinham desenvolvido atividades agrícolas similares e acompanhados de seus familiares, os técnicos eram jovens recém formados, que vinham para o nato sozinhos, enfrentando, como já foi dito, as mesmas



ANEXO-14

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

Nº

DECLARAÇÃO DE MARABÁ

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, através de seu Conselho Federal, da Seccional do Pará e da Subseção de Marabá, realizou, de 18 a 19 de dezembro de 1985, o II ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS, para estudar os aspectos fundamentais da criminalidade violenta que se instalou na confluência das fronteiras que entre si fazem os Estados do Pará, Maranhão e Goiás.

Essa região, conhecida como "Bico do Papagaio", tem suas principais concentrações populacionais nas cidades de Marabá, no Pará, Imperatriz, no Maranhão e Araguaína, em Goiás.

O II Encontro, realizado em Marabá, reuniu, a exemplo do primeiro, promovido em Imperatriz, advogados, profissionais do direito e pessoas da comunidade, que prestaram declarações, narraram fatos, denunciaram crimes e apresentaram sugestões de como conter a violência.

Este Encontro evidenciou o seguinte:

1 - A violência existente na região decorre de causas estruturais resultantes da injusta distribuição de renda e da propriedade que proporcionam enormes diferenças entre as classes sociais.

2 - O aspecto particular da criminalidade local consiste na existência de grande número de pistoleiros profissionais responsáveis por um índice invulgar de homicídios.

O Poder Público caracteriza-se por uma absoluta ineficiência na prevenção e repressão à criminalidade.

O Tribunal do Juri não se reúne há nove anos. O contingente policial é composto de cinquenta e oito efetivos da Polícia Militar e de vinte e cinco da Polícia Civil, número insuficiente para conter a onda de assassinatos e outros crimes violentos, além de não dispôr de condições materiais suficientes para seu funcionamento eficaz.

O Poder Judiciário local, somente nos últimos dias, vem recuperando a credibilidade pública após a substituição da Juíza Titular da Comarca, que sofreu manifesta e indigna



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

Nº

- 2 -

repulsa de toda a comunidade. O exemplo maior da rejeição a essa Juíza está nas pichações em paredes de prédios e muros com a recomendação: "FORA JUÍZA CORRUPTA".

A nova Juíza, que chegou à cidade em setembro deste ano, vem recebendo grande apoio da sociedade local em face da energia e segurança com que tem exercido suas funções jurisdicionais. Mesmo assim, o Poder Judiciário não exerce sua missão com eficácia, pois não ha recursos humanos e materiais, além do insignificante número de Varas existente.


3 - Apesar de a cidade de Marabá ser sede do Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins - GETAT, órgão criado e mantido há cinco anos com a finalidade específica de solucionar a questão fundiária, o que se verifica é a permanência de grandes extensões de terras improdutivas em mãos de poucos proprietários, ocasionando tensão social que a cada dia mais cresce.

4 - A comunidade de Marabá ainda não se recuperou do impacto ocasionado pela brutalidade de três chacinas quando foram assassinados mais de vinte trabalhadores rurais.

As chacinas da Fazenda Ubá, da Fazenda Surubim e da Fazenda Princesa são manifestações inquestionáveis da dramaticidade com que se apresenta a questão fundiária local, bem como da absoluta impunidade que estimula a exacerbação da criminalidade violenta.

5 - Dois advogados já foram assassinados em Marabá em razão do exercício profissional, sendo que o último era titular do mandato de Secretário da Subseção da OAB. A atividade profissional do advogado manifesta-se perigosa para aqueles que se dedicam a defender as partes mais carentes e menos favorecidas pelo sistema.

6 - A visita às cadeias e delegacias locais realizada por uma Comissão de advogados do ENCONTRO, em companhia da Doutora Juíza de Direito, constatou a existência de presos ha mais de um ano sem terem sido sequer interrogados pelo Juízo, o desaparecimento de inquéritos criminais, bem como outros paralizad^os há bastante tempo. Constatou-se também a condição precária e sub-humana da Delegacia visitada, a exemplo do que


ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
(SECÇÃO DO ESTADO DO PARÁ)

Nº

- 3 -

ocorre no resto do País.

7 - No decorrer dos trabalhos do ENCONTRO, quando ouviam-se as viúvas e parentes das vítimas da chacina da Fazenda da Princesa, chegou a notícia do assassinato a tiros, ocorrido momentos antes, do trigésimo segundo líder sindical morto esse ano no Pará: João Canuto, Presidente do Sindicato Rural do Município de Rio Maria.

8 - Os advogados e os representantes da comunidade presentes ao Encontro, reafirmam a necessidade da eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte soberana, originária, livre e exclusiva, com a finalidade de promulgar nova Constituição que atenda aos verdadeiros anseios da sociedade brasileira, cuidando de estabelecer sistema eficaz de controle e fiscalização do poder econômico e do poder público. Ressaltam, também, a importância do novo texto constitucional conter dispositivos que reformulem substancialmente o Poder Judiciário, que versem sobre a contenção da violência e garantia real dos direitos humanos, incluídos neles os direitos sociais, econômicos e culturais expressos na DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.

Marabá, 19 de dezembro de 1.985

Nélson quer o fim da

violência na Amazônia

A violência rural, fator que coloca a questão agrária como diferenciada na Amazônia em relação ao resto do País foi destacada pelo ministro Nélson Ribeiro, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que colocou, contudo, a dependência do Mirad da atuação das Secretarias de Segurança dos Governos Estaduais, já que o assunto não é diretamente vinculado ao seu ministério. Eis a entrevista:

P— Qual o espaço da Amazônia na Reforma Agrária?

R— Com relação à questão agrária, a atuação do poder público na Amazônia não se esgota enquanto não enfrentar, com serenidade e seriedade o problema da violência rural: problema da violência rural. Talvez a violência, os assassinatos, sejam um dos elementos que distingue a questão agrária na Amazônia, do restante do Brasil. Não que não haja violência por aí afora. Os conflitos existem. Mas eles não apresentam a mesma intensidade com que ocorrem no sul do Pará, no Mato Grosso, no norte de Goiás e no Maranhão. Outro aspecto importante da Amazônia é a ecologia: a ocupação do espaço amazônico deve ser feita preservando o meio ambiente.

P— Com relação à violência, o sr. tem em mente alguma maneira de atacá-la?

R— Veja bem, a violência rural não é assunto diretamente vinculado ao Mirad. Ele é um problema que foge da minha atuação institucional. Ele depende diretamente das Secretarias de Segurança dos Governos estaduais. O Mirad só se intromete nos aspectos agrários da violência: decidir se deve-se ou não desapropriar a área em conflito. Não cabe ao Mirad prender assassinos ou o mandante do crime. Também não podemos pretender que o governo federal passe por cima dos governos estaduais e intervenha nesta questão. É preciso respeitar o princípio federativo.



O ministro Nélson Ribeiro, do Mirad, destaca a participação das Segup's na luta contra violência.

ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO
 Fo. 10. "A PROVÍNCIA DO
 PARA" data 13/02/86
 Cer. de Educação, Pesquisa e
 Assoc. da Indústria e Popular
 EFASP
 Marabá - Para - Brasil

P— Ministro. Mudando de assunto, como o sr. vê o apoio político à Reforma Agrária?

R— Apoio político de quem? Dos partidos políticos? Da sociedade? Bom, se você estiver falando do apoio da sociedade, tenho certeza que ele existe. Se fizermos um plebiscito perguntando à população se ela concorda em que alguns se apropriem de terras e as destinem à especulação; se ela concorda com a grilagem, a resposta a todas estas perguntas seria não.

P— E quanto aos partidos políticos?

R— Bom. Vou falar sobre o PMDB, que é o meu partido. As eleições de 15 de novembro de 1985 nos deixaram uma lição importante: o povo quer mais mudanças. Se o meu partido, o PMDB não vestir a camisa da mudança, da resposta às aspirações sociais, será atropelado — e o termo é este mesmo: atropelado — pelos outros partidos. Ora, o grande problema mudancista do governo é a Reforma Agrária. Eu acho que existem duas atitudes que são permitidas ao PMDB. A primeira delas é a atitude apologética da Reforma Agrária; a segunda é a atitude tático-programática. A postura apologética se esgota na defesa da Reforma Agrária como mudança importante. É uma atitude retórica, que se situa no plano ideativo. A atitude tático-programática consiste em fazer a Reforma Agrária, ou seja, viabilizar sem questionamentos todos os recursos fundamentais à implantação da Reforma Agrária, fazer com que os instrumentos operativos da Reforma Agrária sejam garantidos, ou seja, a atitude apologética se define no "devemos fazer" enquanto que a tático-programática é o "como fazer". Para implantarmos a Reforma Agrária o PMDB deve ter as duas atitudes. Elas se complementam.

P— O Presidente Sarney define como prioridade para '86 a

ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

Arq. "A PROVINCIA DO PARA" data 13/02/86

Centr. de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular

UFASP

Marabá - Para - Brasil

Reforma Agrária e o combate à inflação. Como o sr. vê isto?

R— Olha, eu acho que o Presidente está apenas reiterando aquilo que ele já havia prometido, na noite da morte do Presidente Tancredo Neves. Eu acho isto bom porque é uma resposta àqueles que dizem que o governo federal não quer fazer a Reforma Agrária.

P— Mas, ministro, se o PMDB fracassar ele perde as eleições de novembro.

R— Foi bom você ter tocado neste ponto. Veja uma coisa: qual é o público do PMDB? O público do PMDB é aquele que foi para as ruas, ou que ficou em casa, torcendo pelas "diretas já", e depois por Tancredo Neves. Nós do PMDB temos de entender que não fomos responsáveis somente pela transição do poder. Nós somos responsáveis sobretudo pela transição democrática. A transição do poder terminou quando eixo central do poder passou da órbita militar para a órbita civil. A transição democrática vai além disso. A transição democrática exige que se façam as mudanças que o povo quer. Não porque possamos perder as eleições, mas porque este é um dever moral e ético: cumprir o que prometemos.

P— Mas, ministro...

R— Só para concluir, não podemos pois, ter uma postura do tipo "ora nós do PMDB é que passamos o poder para os civis que mais se exige". Isto significa um partido estacionado, de braços cruzados, para não dizer cretino. Repito e advirto: nosso compromisso é com a mudança. Ai sim podemos falar em democracia.

P— Quer dizer então que a Reforma Agrária é democracia?

R— Lógico. Algumas pessoas temem a Reforma Agrária porque pensam logo em revolução, sangue etc. A Reforma Agrária brasileira não terá nada disso. Ela será feita numa sociedade aberta, pluralista. O meu único medo é de que não façamos a Reforma Agrária. Ai sim, o meio rural será envolvido em conflagração.

P— E as comissões agrárias?

R— Faça-me o favor, transcreva o Artigo 42, Parágrafo 1º do Estatuto da Terra. Veja o que ele diz: "A comissão agrária será concluída quando estiver definida a área prioritária regional de Reforma Agrária e terá vigência até a implantação dos respectivos projetos".

P— Quer dizer que só quando estiverem aprovadas as áreas prioritárias?

R— Exato. É preciso, em primeiro lugar que o Presidente aprove o PRRA's, que já defi-

nem as áreas prioritárias. Então criaremos as comissões agrárias. O texto é bem claro, né?

O sr. tem diálogo com os proprietários?

R— Tenho. O senador Flávio Brito sempre tem mantido comigo um excelente entrosamento. Ele tem me levado muitos proprietários para conversarmos. Não me canso de repetir: Reforma Agrária em sociedade aberta só pode ser feita com muito diálogo. As portas do Mirad estão abertas para os trabalhadores e para os patrões.

P— Como serão constituídas as comissões agrárias e quais os poderes que elas têm?

R— Cada comissão agrária terá um representante do Incra, três representantes dos trabalhadores, três dos proprietários rurais, um representante dos estabelecimentos de ensino agrícola e um representante de entidade pública vinculado à agricultura.

P— Quais os poderes da comissão agrária?

R— Bom, os mais importantes são encaminhar os pedidos de aquisição e desapropriação de terras, selecionar os trabalhadores que serão assentados, além de manter a Delegacia Regional informada sobre o andamento dos programas de Reforma Agrária.

P— Qual a participação do Conselho de Segurança Nacional na elaboração do PNRA?

R— Nenhuma. Na elaboração do PNRA foi do Mirad. O que houve é que, assim como eu solicitei a todos os ministérios, órgãos de classe e partidos, sugestões para o PNRA — veja o que eu disse: sugestões — o ministro Bayma Dennys enviou-me sugestões, assim como todos os demais ministérios, órgãos de classe, partidos políticos. Nós recebemos um total de 621 sugestões. O que não aceito é que se tenha discriminações e preconceitos com os militares. Se todo mundo pode dar sugestões, palpites, porque eles também não podem? A Nova República veio para todos. Inclusive para os militares.

P— A Reforma Agrária sai?

R— É Claro que sai. Solucionar o problema agrário é um dever ético, moral e patriótico. A concentração agrária é um exemplo de desperdício e ociosidade. Nenhum brasileiro, que ame a sua pátria pode ficar contra o uso mais produtivo de terras ociosas. São aproximadamente 170 milhões de hectares de terras agricultáveis não exploradas — cerca de oito vezes a área do Estado de São Paulo — num país que ainda importa alimentos, que onera a balança comercial e paga juros para fora do país, este é um dado vergonhoso.

ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

Fonte: A PROVÍNCIA DA

PARÁ d. ta 13/02/196

Centr. de Educação, Pesquisa e

Assessoria Sindical e Popular

U E P A S P

Marabá - Para. - Brasil

Só este ano, três mortos em conflitos no sul do Pará

Um morto e três feridos é o saldo do conflito de terra registrado sábado passado no interior da Fazenda Santa Tereza, a 30 quilômetros da cidade de Redenção, no Sul do Pará, segundo informações passadas ontem pelo coordenador da Comissão Pastoral da Terra do Araguaia-Tocantins, Padre Ricardo Rezende, e confirmadas pela religiosa Irmã Bertila, com atuação na área de Redenção.

A Fazenda Santa Tereza, com 63 glebas de 900 alqueires cada uma, aproximadamente 283 mil hectares, pertence ao advogado paulista João Linhares e está na relação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário para ser desapropriada, passando as terras para as 800 famílias de posseiros residentes na área.

O conflito, segundo Irmã Bertila, ocorreu quando os posseiros identificados como Tião Fagundes e Baiano saíram da fazenda no sábado. Os dois foram emboscados por pistoleiros que viajavam numa camioneta, na qual também se encontrava o fazendeiro João Linhares. Um dos pistoleiros gritou: "Te vira que vocês vão morrer" e de imediato começou a atirar. Baiano teve morte instantânea com vários balaios pelo corpo, cujo paradeiro é

ignorado. Tião Fagundes, mesmo ferido, conseguiu fugir pelo mato, estando até o momento desaparecido. Informações de Redenção dão conta que o fazendeiro João Linhares paga aos seus pistoleiros CR\$ 10 milhões por cada cadáver de posseiro que lhe é levado.

Segundo a Delegacia de Polícia de Redenção, porém, de fato houve um confronto entre posseiros e peões da fazenda Santa Tereza, mas não houve mortes. Segundo a versão oficial, um funcionário da fazenda, de nome Zequinha Teixeira, é que teria saído ferido. No hospital de Redenção também corria o boato, ontem, espalhado por um peão de nome Cássio, que a Polícia Federal estava rumando para a fazenda Santa Tereza para expulsar os posseiros. A CPT não crê nas versões, de vez que tanto a Santa Tereza como a Fazenda Marajoara, em Xinguara, estão com suas desapropriações em andamento no Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, segundo afirmou o próprio ministro Nelson Ribeiro, disse ontem à imprensa o padre Ricardo Rezende. Segundo o coordenador da CPT da diocese de Conceição do Araguaia dia 18 de fevereiro, já tinham sido re-

gistradas três mortes em decorrência de conflitos de terra no Sul do Pará. A primeira foi do lavrador Severino Santos, de 35 anos, em Pau D'Arco, Redenção. A segunda foi no dia 13 de fevereiro, de Antônio Plínio, assassinado por dois homens na frente de sua casa na fazenda Pecososa; e o terceiro, Baiano, na Fazenda Santa Tereza.

Mas em Xinguara também é grande o clima de tensão com as prisões arbitrarias que a Polícia vem efetuando, a mando do gerente da Fazenda Marajoara. Até ontem tinham sido presos três lavradores: Antônio Lopes da Silva, Estevão de Sousa Neto, e João de tal — acusados de invadirem a fazenda. O detalhe é que alguns foram presos na própria cidade de Xinguara e um deles empregado numa construção civil. Segundo o agente de pastoral Marilza Santos Lopes, a fazenda Marajoara, de propriedade de Manoel de Sá, tem cerca de 1.800 alqueires (9 mil hectares) e está planejando desmatar uma área de 1 mil alqueires para implantação de um pasto, justamente para fugir à qualificação de latifúndio improdutivo.

ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

Fonte: "O LIBERAL"

data 19/02/86

Centro de Educação, Pesquisa e

Acessoria Sindical e Popular

CEPASP

Marabá - Pará - Brasil

Polícia Militar tortura lavradores em Eldorado

Os advogados Osvaldo Pinto Coelho e Paulo Pinheiro, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, denunciaram, ontem, ao secretário de segurança Lélcio Alcântara, a quem pediram a instauração de um inquérito, que a Polícia Militar da vila de Eldorado, a 102 quilômetros de Marabá, está submetendo sistematicamente a sessões de torturas dois pequenos agricultores.

Em telex enviado à Segup, os advogados denunciam "O vandalismo praticado pela Polícia Militar da vila de Eldorado contra Félix Venâncio dos Santos e Cícero Gomes de Souza, trabalhadores rurais que estão sendo usados

como animais de tração, carregando cargas descomuns, torturados a ponta de faca em vias públicas, onde são obrigados a praticar rastejos com soldados pisando-lhes as costas".

Além da tortura, Félix e Cícero são obrigados a comer pedregulhos, quando pedem alimentos. Por isso, "solicitamos providências contra essas violências inomináveis, para que Venâncio e Cícero não sejam somados no rol de vítimas da Polícia de Marabá como Arnold James, contabilista da Estacon aqui assassinado nas mesmas condições" finaliza o telex.

ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

Fonte: "O LIBERAL"

data 08/02/86

Centro de Educação, Pesquisa e

Assessoria Sindical e Popular

ETASP

Marabá - Para - Brasil









SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ANTROPÓLOGOS NA
ASSESSORIA DE ÓRGÃOS PÚBLICOS OU DE PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os antropólogos do Grupo de Trabalho sobre Política Indigenista, membros da equipe de avaliação e assessoria do Programa Polonoroeste e Ferro-Carajás, depois de 3 dias de reuniões na ANPOCS, chegaram em conjunto às seguintes conclusões:

I - Cada vez mais os antropólogos estão sendo chamados para assessorar tanto órgãos públicos quanto projetos de desenvolvimento governamentais. Estes projetos, via de regra, têm sido extremamente nocivos às populações locais e às minorias étnicas. Bancos multinacionais e órgãos públicos foram levados pela mobilização da opinião pública e ação de entidades civis de defesa ao índio e meio-ambiente a recorrer à assessoria antropológica, entre outras, embora continuassem a manter uma visão predominantemente tecnocrata e economicista no planejamento econômico destes projetos.

As primeiras experiências já realizadas - CVRO (Projeto Ferro-Carajás) e avaliação para a SUDECO (Polonoroeste) - que foram discutidas na ANPOCS, mostram em primeiro lugar, que a incorporação pura e simples de profissionais da área de Ciências Sociais, sem delegar a estes profissionais um peso político de-

cisório ao nível do planejamento e andamento dos Grandes Projetos, limita extremamente a eficácia de sua ação e não propicia mudanças substanciais na ótica desenvolvimentista destes Grandes Projetos.

Uma política de Desenvolvimento que atenda as necessidades econômicas do país deverá também admitir a proteção às minorias étnicas e populações locais e uma política de preservação do meio ambiente. Neste sentido a assessoria, através da elaboração de propostas que tornem possível esta compatibilização, tem um caráter crítico com relação à política de Desenvolvimento Nacional. No caso específico das populações indígenas afetadas pelos Grandes Projetos, cabe aos antropólogos, enquanto conhecedores da cultura, da língua, das aspirações e dilemas dos grupos com os quais convivem, tentar interferir na ótica dos Grandes Projetos, advogando os interesses indígenas.

A participação dos antropólogos como avaliadores e assessores nos Grandes Projetos, garantem também maior participação dos índios nas decisões que lhes dizem respeito, na medida em que permite assistí-los na formulação de suas reivindicações, assim como informar a opinião pública sobre as medidas da política indigenista e os efeitos dos programas econômicos nas áreas indígenas. Os antropólogos podem levar aos índios um conhecimento maior dos processos políticos da nossa sociedade, permitindo que tenham respostas aos problemas de demarcação e defesa do território, de assistência à saúde e para que compreendam a natureza das transformações a que estão sendo submetidos. Quanto mais informados estiverem os índios sobre formas de atuação e mecanismos políticos da nossa sociedade, maiores possibilidades terão de tomar em mãos seu destino político e administrar com autonomia recursos financeiros destinados as suas comunidades.

Assim, enfatizamos a necessidade da presença de antropólogos, como avaliadores e assessores, nos Grandes Projetos e Programas de Desenvolvimento, em especial os que tem financiamento internacional e, por representarem um volume de recursos substancial, afetam de maneira radical a sobrevivência das populações indígenas, intervindo na qualidade de vida das populações regionais de maneira acelerada. Projetos como o Polonoroeste (1,5 bilhões de dólares), Ferro-Carajás (US\$ 6 bilhões) ou os que se anunciam agora, como o de saneamento das estatais (3 a 4 bilhões de dólares), necessariamente têm que contar com um componente de proteção aos índios e ao meio-ambiente. A introdução do componente de proteção aos índios foi uma vitória dos movimentos ecológicos e de defesa aos índios e uma resposta à mobilização da opinião pública mundial. Assim acentuamos que é preciso que este componente continue a existir, com qualidade e volume de recursos que o tornem um fato efetivo e não apenas formal.

II - Uma preocupação e um receio permanentes dos antropólogos que acompanham os projetos econômicos como Carajás e Polonoroeste é que sua ação se limite a legitimar os programas econômicos em curso, que têm efeitos desastrosos para a sobrevivência indígena sem meios concretos de influenciar e alterar a política indigenista. Não se pode aceitar que o trabalho do antropólogo fique adstrito a denúncias pós-fato ou a recomendações que por mais elaboradas, completas e detalhadas que sejam, acabam sempre engavetadas. Neste sentido apontamos a seguir uma série de medidas que deveriam ser tomadas:

- 1) Os antropólogos, avaliadores e assessores, devem ter uma participação efetiva no planejamento do componente de proteção às comunidades indígenas e nas decisões a serem tomadas. A

política de alocação de recursos tem que considerar suas recomendações com a participação das comunidades indígenas.

- 2) O desrespeito às recomendações dos antropólogos deve ter consequências de fato. A possibilidade de sanções força os órgãos executores a ouvirem e consultarem os antropólogos. Assim sugerimos que as verbas sejam sustadas quando: a) a aplicação de recursos nas áreas indígenas não tenha seguido a orientação da assessoria, resultado das discussões entre assessores e comunidades indígenas; b) as demarcações de área não satisfaçam os interesses dos índios; c) for evidenciada tolerância, ou mesmo conivência, dos órgãos governamentais para com os invasores de área indígena; d) for evidenciada a liberação do patrimônio indígena para a exploração das reservas de madeira ou de minério; e) finalmente, deveriam ser criados mecanismos para que, caso as recomendações dos antropólogos não sejam levadas em conta, possa ser comprometido o conjunto dos programas em execução, e não apenas a parte destes programas afeta aos índios. Somente através deste poder de veto em casos graves, a atuação dos antropólogos em assessoria e avaliação seria de fato um elemento de pressão junto aos órgãos responsáveis pelos Grandes Projetos.

- 3) É importante uma escolha apropriada de canais institucionais através dos quais os fundos financeiros destinados à proteção indígena cheguem, de fato, às comunidades. As experiências do Polonoroeste e do Ferro-Carajás mostraram que as verbas alocadas não têm garantido o fortalecimento interno das comunidades indígenas e nem possibilitado a estas comunidades fazer frente ao impacto causado pelo crescimento, acelerado e desordenado da região devido a implantação destes Projetos. Ao contrário, estes recursos têm reforçado a infra-estrut

tura da FUNAI, aumentando seu controle e seu poder de barganha sobre as populações indígenas. Alertamos também que o repasse de fundos através de instituições sujeitas a pressões contrárias aos interesses indígenas é um risco permanente. Neste sentido, o planejamento e alocação de recursos deveria ser feito através de órgãos menos sujeitos a pressões econômicas, fiscalizados por entidades científicas e universidades e não somente por consultorias privadas.

- 4) A avaliação do componente de proteção indígena tem que ser independente da sua execução. Não é admissível que uma instituição avalie o seu próprio desempenho, mesmo que isso seja feito através de órgãos diferentes de um mesmo ministério. O ideal é que esta avaliação esteja ligada a universidades ou instituições de pesquisa de reconhecido valor científico, o que assegura autonomia na expressão de recomendações e linhas de ação.
- 5) Para a autonomia da avaliação e assessoria dos antropólogos, é preciso ainda que certas condições mínimas de trabalho sejam preenchidas:
 - . garantia de trabalho e pesquisa, com contratos para toda a duração do projeto e meios financeiros para todas as viagens necessárias. Têm sido muito prejudiciais ao trabalho de avaliação/consultoria e por conseguinte aos programas indígenas, as interrupções e atrasos nos trabalhos de avaliação que têm ocorrido com frequência, especificamente no caso do Polonoroeste;
 - . tem que haver liberdade de acesso às áreas indígenas, sendo inequitáveis as proibições de entrada em área indígena dos

antropólogos e assessores, feitas pela FUNAI, tanto no caso Carajás como Polonoroeste. Estas proibições sempre se deram em represália a críticas à política indigenista ou a medidas mais fortes propostas em defesa dos índios, principalmente em relação à demarcação de algumas áreas indígenas;

- . acesso a todas as informações existentes na FUNAI ou órgãos públicos cuja política afete a situação dos índios, principalmente INCRA, MIRAD, IBDF, CPRM, etc;

- . os relatórios dos antropólogos que participam da assessoria aos grandes Projetos devem ser enviados à ABA (Associação Brasileira de Antropologia) ou outras entidades científicas e de defesa dos direitos humanos, de modo que os projetos sejam acompanhados pelo maior número possível de profissionais competentes, que possam julgar da qualidade das assessorias e sua indentificação com os interesses das comunidades indígenas. O acompanhamento por entidades científicas, com informação sobre a atuação dos antropólogos as assessores, dá força e aval às reivindicações dos índios. Por outro lado, se houver antropólogos assessores que façam recomendações contrárias à defesa das minorias, as associações científicas teriam suficiente informação sobre as áreas indígenas para se pronunciar a respeito.

6) Bolsas de estudo e fundos de pesquisa deveriam ser estimulados pelas entidades de pesquisa para maior conhecimento das populações indígenas. Assim CNPq, ABA, SBPC e outras deveriam recomendar que agências financiadoras como FINEP, CAPES, FORD, FAPESP, Unesco, etc, incentivem as pesquisas sobre os efeitos dos Programas de Desenvolvimento, tanto para as popu

lações indígenas como para as populações regionais.

III - As experiências que já existem de avaliação/ass_{er}ria nos casos Carajás/Polonoroeste mostram que existem alguns pontos críticos nos programas de proteção que deveriam ser re-vistos:

- 1) Há uma falta de coordenação entre políticas públicas (colonização, energia, estradas, proteção ao meio ambiente e índios), e atraso do componente de proteção aos índios com relação aos demais. A definição e demarcação do território indígena tem sido feita depois da construção de estradas e da ocupação territorial e povoamento da área (o que estimula invasões e conflitos entre índios e colonos e dá maior força a empresas que se apropriam do território indígena). Grupos indígenas sem contato estão sendo dizimados, como os que estão em fuga das levadas de imigrantes trazidas pela recém construída BR-429 (Costa Marques - Presidente Médici)^{-RO}. Hidrelétricas são construídas e planejadas em áreas indígenas sem qualquer discussão pública. No Polonoroeste, um exemplo é o primeiro projeto de colonização em Rondônia ter sido em 1973 e somente agora ter saído um decreto de demarcação da área Urueu-wau-wau ou como no projeto Ferro-Carajás, cuja estrada já está operando e as áreas Guajá e Kríkati ainda não estarão demarcadas.
- 2) Há uma falta de conhecimento público e discussão ampla de políticas governamentais (como hidrelétricas, projetos de colonização) que indiquem soluções mais convenientes, tanto para a população brasileira em geral como para as comunidades indígenas. O fato de que muitos dos planos importantes de go

verno partirem de empresas de consultoria particulares deveria merecer uma maior atenção.

- 3) A participação indígena é quase inexistente nas decisões, embora reuniões de índios tenham sido recomendadas com recursos necessários na programação dos projetos. É preciso que estes prevejam parte dos recursos para as organizações indígenas e para as reuniões das lideranças das áreas envolvidas. A orientação equivocada até agora adotada pelos órgãos responsáveis nos Programas de Desenvolvimento, consistia no repasse dos fundos do componente "proteção indígena" à FUNAI, creditando a ela a legitimidade da representação dos interesses indígenas e, portanto, transformando-a em sua única interlocutora, em detrimento das lideranças indígenas.
- 4) Os recursos do componente de proteção indígena são desviados para outras aplicações por parte da FUNAI. A título as vezes de "empréstimo" dos Projetos Especiais (como são referidos na FUNAI os fundos dos componentes indígenas) a serem desenvolvidos mais tarde, nem por isso são menos prejudiciais aos programas. O controle do cronograma do componente indígena praticamente não existe, entretanto, sabemos que estes recursos vêm sendo utilizados como fonte para que a FUNAI mantenha o "exercício de suas atividades normais, contrariando, no caso de Carajás, a cláusula 5a. do Convênio que determina à FUNAI "manter o exercício de suas atividades normais junto às reservas indígenas... independentemente da implantação dos projetos de que se originou o presente Convênio". (jun-82)
- 5) A política indigenista brasileira está cada vez mais ineficiente, não só quanto à demarcação das terras indígenas, pro

teção à saúde e a sua própria administração), mas em relação à preservação do patrimônio cultural e histórico. A FUNAI precisa ser reestruturada, com a participação dos índios, antropólogos e indigenistas, e ser desvinculada do Ministério do Interior, cujos objetivos básicos são exatamente contrários à proteção ao índio. Se o Congresso Nacional e os partidos políticos tivessem maiores informações sobre a política indigenista atual, os índios sem dúvida, teriam uma força maior para fazerem valer os seus interesses.

Grupo de Trabalho Política Indigenista
Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais
Águas de São Pedro (SP) - outubro 1985

ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

CAPES - Coordenadoria para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

OS POVOS INDÍGENAS E O PROJETO FERRO-CARAJÁS:
AValiação DO CONVÊNIO COMPANHIA VALE DO RIO DOCE-FUNAI

Fevereiro de 1985. Era inaugurada a Estrada de Ferro Carajás, ligando a mina de Carajás (PA) ao porto de Itaqui, em São Luís (MA). O complexo mina-porto-ferrovia constitui o Projeto Ferro-Carajás, a cargo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa de economia mista. A Estrada de Ferro Carajás é o suporte principal do chamado Programa Grande Carajás, de concepção multinacional, que engloba minero-metalúrgicos, agropecuários, de reflorestamento e colonização, numa área de 900.000 km².

O Banco Mundial - um dos principais financiadores do Projeto Ferro-Carajás - condicionou a concessão de empréstimos à destinação, pelo Governo brasileiro, de recursos especiais no projeto, voltados para a garantia de melhores condições de sobrevivência aos povos indígenas afetados, observando a demarcação oficial e proteção de suas terras. Estas áreas, situadas entre a pré-Amazônia maranhense, o sudeste do Pará e o norte de Goiás, encontram-se nas zonas de impacto direto e indireto de tal projeto, como decorrência da implantação de estradas vicinais e novos núcleos habitacionais de apoio à ferrovia.

Visando assegurar o cumprimento de tais recomendações a FUNAI elaborou às pressas um projeto orçado em US\$ 13.6 milhões, quantia que seria aplicada nas áreas indígenas afetadas, sendo a CVRD a geradora e repassadora desses recursos à FUNAI. Com esta finalidade, junho de 1982, foi firmado um convênio entre a CVRD e a FUNAI, com a vigência de cinco anos. Tal convênio tem por objeto "a prestação, pela CVRD, de apoio financeiro à FUNAI, para implantação, de projetos sócio-econômicos beneficiando as comunidades indígenas localizadas na área de influência do Projeto Ferro-Carajás" (cláusula 1ª). Esse apoio financeiro, atualmente, é distribuído entre vinte e três áreas indígenas, abrangendo um total aproximado de doze mil índios.

No Convênio CVRD-FUNAI consta como obrigação da CVRD "destacar antropólogo para acompanhamento no campo dos trabalhos relacionados com os projetos sócio-econômicos, através de visitas rotineiras." (cláusula 4ª, alínea C). Tais antropólogos, segundo a cláusula 4ª, alínea D, devem ser indicados pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Esta cláusula é consequência de contatos da CVRD com a pre

sidência da ABA, no final de 1981, nos quais foram solicitadas indicações de pessoas credenciadas para assessoramento nas áreas atingidas pelo Projeto Ferro-Carajás.

Os antropólogos assumiram tal assessoria com a perspectiva de poder discutir, junto às comunidades indígenas e à própria CVRD, alterações que, levadas a efeito, pudessem melhor instrumentar as sociedades indígenas para o convívio com o processo acelerado de transformações que se verifica na região que habitam.

Desta maneira, assessoria se propôs, desde o início, buscar a garantia de que os índios tivessem voz e fossem ouvidos em suas reivindicações, participando efetivamente do plano de aplicação dos recursos. Propôs-se também tentar executar uma política de programação específica adequada a cada grupo indígena. Por fim, enquanto assessores, objetivávamos a possibilidade de acesso às informações sobre a situação nas áreas, para divulgação entre a opinião pública e os próprios índios.

Desde o início, o problema básico com que a assessoria se deparou foi de que ao diagnóstico e recomendações apresentados pelos antropólogos, se sobrepôs o programa de aplicação das verbas elaborado pela FUNAI, de acordo com o "Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas", objeto do convênio firmado em 1982. Tal projeto possuía graves defeitos de concepção: entendia por atendimento às populações indígenas a manutenção e implementação da infra-estrutura da FUNAI.

No orçamento proposto, o maior volume de recursos destinava-se à rubrica "administração", contrariando a alínea C da cláusula 5ª do Convênio - cabe a FUNAI "Manter o exercício de suas atividades normais junto às reservas indígenas, em consonância com seus objetivos legais, independentemente da implantação dos projetos de que se originou o presente convênio." O mais grave é que tal projeto não considerava as reais necessidades de cada grupo e suas especificidades.

Através do trabalho de assessoria, foram apontados, à CVRD, a inoperância e a inadequação dos "modelos" de "projetos de apoio" concebidos pela FUNAI, atestadas pela manutenção e reforço da mesma estrutura arcaica, pelas contratações desnecessárias de pessoal não qualificado, bem como pela farta aquisição de equipamentos e construções com recursos oriundos do convênio. Tal política de aplicação tem servido para sustentar a máquina falida que é hoje a FUNAI, muito mais do que prestar uma real assistência às comunidades indígenas.

Inúmeras foram as mudanças administrativas recentes ocorridas àquela agência governamental sem que, todavia, se registrasse qualquer indício de uma nova política indigenista voltada para a efetiva proteção a essas populações e, sobretudo, aos territórios tribais. A demarcação e a proteção das áreas indígenas, juntamente com a adequada assistência à saúde devem constituir-se prioridades na aplicação dos recursos.

A experiência nestes anos de Convênio CVRD-FUNAI mostra que a simples administração, pela FUNAI, de recursos financeiros abundantes, não acarreta em mudanças políticas mais abrangentes, capazes de promover o fortalecimento dos grupos indígenas, de maneira que possam melhor enfrentar as mudanças advindas da implantação de tais projetos.

Diante da permanência destes equívocos da política indigenista oficial, refratária a mudanças qualitativas, um dos poucos resultados positivos alcançados através do trabalho de assessoria, consistiu em acelerar pendências relativas aos processos de demarcação da maioria das áreas indígenas atingidas no projeto, além de tentar "frear" o dispêndio de recursos do convênio, a partir de 1984, com o objetivo de reformular princípios norteadores de sua aplicação. Daí todo o impasse surgido em relação à atuação da maioria dos antropólogos consultores da CVRD.

Torna-se claro que a garantia dos territórios, de uma assistência eficaz à saúde e da participação efetiva dos índios nas decisões que lhes afetam, somente será possível com uma reestruturação do órgão tutor e a formulação de uma política indigenista que defenda realmente os interesses e os direitos indígenas. Neste processo, é imprescindível a participação das comunidades indígenas, bem como das entidades científicas e de apoio à causa indígena e da sociedade civil.

É fundamental também que, em futuros convênios, representantes das sociedades indígenas constem formal e juridicamente como partes intervenientes, uma vez que, ao órgão tutor, cabe legalmente assisti-los e não representá-los.

A elaboração e a execução de convênios desta natureza podem ser aprimorados, mas não constituem a solução ideal; são apenas soluções paliativas. A existência e os direitos dos povos indígenas deveriam ser considerados quando do planejamento dos projetos, buscando-se estudar todas as outras possibilidades que não firam a integridade des

ses povos e de seus territórios.

São Paulo, 3 de dezembro de 1985

Antônio Carlos Magalhães

João Paulo Botelho

Iara Ferraz

Lúcia M.M. de Andrade

Lux Vidal

Mara Manzoni Luz

Maria Eliza Ladeira

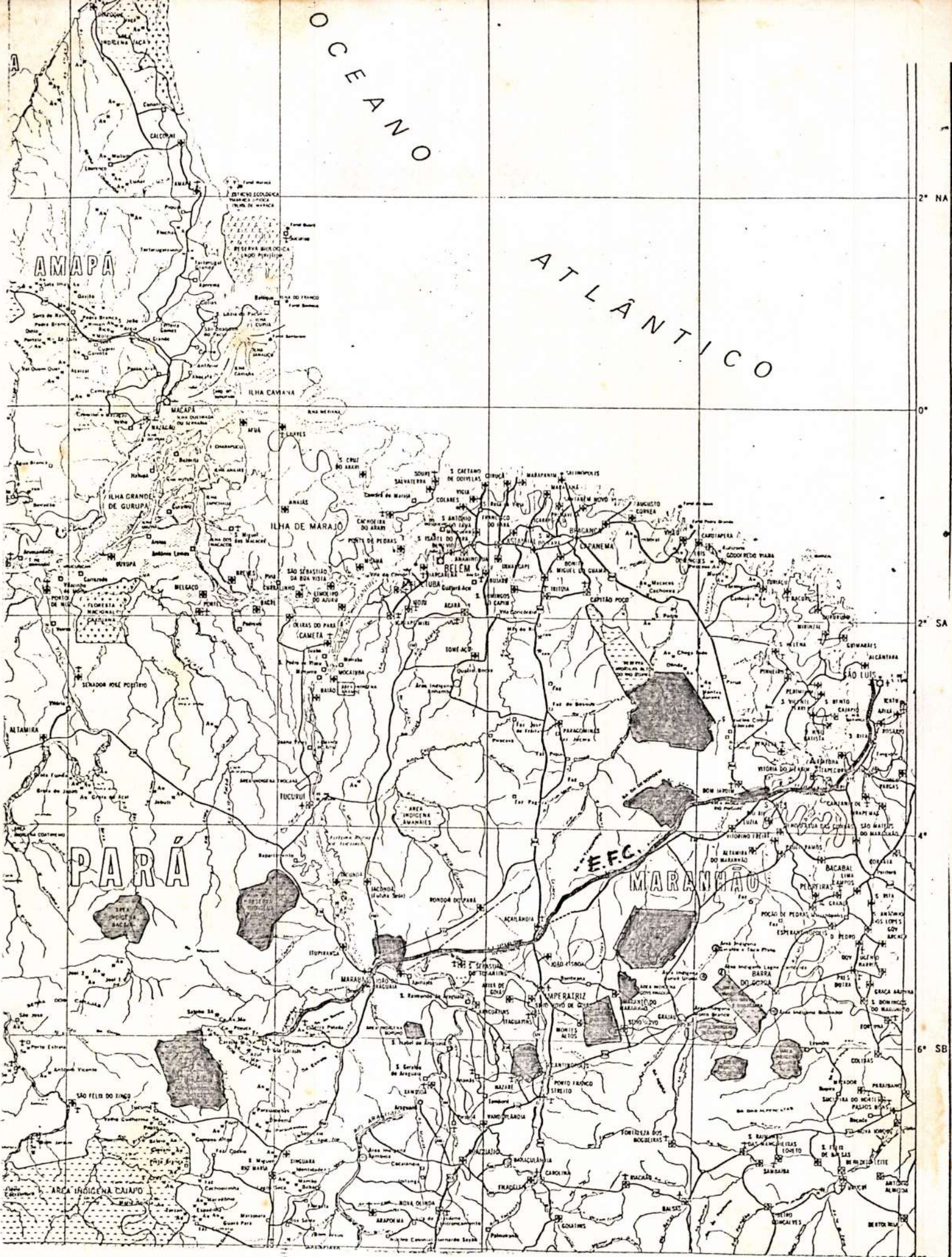
OCEANO

ATLÂNTICO

AMAPÁ

PARÁ

MARANHÃO



2° NA

0°

2° SA

4°

6° SB